

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JOÃO EURÍPEDES DE ARAÚJO

**ESCRAVIDÃO, FAMÍLIA E LIBERDADE: RESISTÊNCIAS E SOCIABILIDADES
DE SUJEITOS ESCRAVIZADOS NA UBERABA OITOCENTISTA (1816-1888)**

UBERLÂNDIA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOÃO EURIPEDES DE ARAÚJO

**ESCRAVIDÃO, FAMÍLIA E LIBERDADE: RESISTÊNCIAS E SOCIABILIDADES
DE SUJEITOS ESCRAVIZADOS NA UBERABA OITOCENTISTA (1816-1888)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

Coorientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A663
2025

Araújo, João Euripedes de, 1964-
ESCRAVIDÃO, FAMÍLIA E LIBERDADE: RESISTÊNCIAS E
SOCIABILIDADES DE SUJEITOS ESCRAVIZADOS NA UBERABA
OITOCENTISTA (1816-1888) [recurso eletrônico] / João
Euripedes de Araújo. - 2025.

Orientadora: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro.
Coorientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.131>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Carneiro, Maria Elizabeth Ribeiro ,
1955-, (Orient.). II. Ribeiro Júnior, Florisvaldo Paulo
,1967-, (Coorient.). III. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em História. IV. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 26, PPGHI				
Data:	Vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	09:03	Hora de encerramento:	11:55
Matrícula do Discente:	12212HIS011				
Nome do Discente:	João Eurípedes de Araújo				
Título do Trabalho:	Escravidão, Família e Liberdade: resistências e sociabilidades de sujeitos escravizados na Uberaba oitocentista (1816 - 1888)				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Territorialidades, Cultura e Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	História, Cultura e Poder: escritas, categorias, experiências e identidades em movimento				

Reuniu-se de forma presencial, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professoras doutoras: Sandra Mara Dantas /UFTM; Maria Andréa Angelotti Carmo / INHIS/UFU; Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidenta da mesa, Dr. Maria Elizabeth Carneiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidenta concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Mara Dantas, Usuário Externo**, em 24/02/2025, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andrea Angelotti Carmo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2025, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6056492** e o código CRC **83415A70**.

JOÃO EURÍPEDES DE ARAÚJO

**ESCRAVIDÃO, FAMÍLIA E LIBERDADE: RESISTÊNCIAS E SOCIABILIDADES
DE SUJEITOS ESCRAVIZADOS NA UBERABA OITOCENTISTA (1816-1888)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-graduação em História / PPGHI da Universidade Federal de Uberlândia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro – PPGH – INHIS-UFU (Orientadora)

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior – PPGH – INHIS-UFU (Coorientador)

Profa. Dra. Maria Andréia Angelotti Carmo – INHIS-UFU

Profa. Dra. Sandra Mara Dantas – IELACHS-UFTM.

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

“Quem sonhou só vale se já sonhou demais.”¹

Depois de muita expectativa, é com imensa alegria e emoção que finalizamos uma parte dessa importante etapa, sonhada algum tempo atrás. Foi um longo caminho percorrido e as dificuldades abriram novos horizontes e novas manhãs. É um trabalho cujo resultado só foi possível pelos esforços coletivos e, considerando isso, seguem os agradecimentos.

Por ter acreditado em nosso trabalho e aceitado nos orientar e pela ajuda na realização desse sonho, agradecemos imensamente a nossa orientadora, Professora Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro. Ela nos ajudou a superar – com palavras de incentivo, amizade e consideração – os momentos de angústia e inquietação e nos sentimos muito honrados em tê-la como orientadora, parceira e amiga.

Ao nosso coorientador e companheiro de senzala e do dia a dia, no pé do eito, professor Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior: muito obrigado!

O reconhecimento e a gratidão por tudo que vocês fizeram, levaremos por toda a vida e além dela, confiando no muito que ainda temos para fazer juntos.

Agradecemos aos professores e às professoras das muitas “carteiras de escolas”, que contribuíram para a nossa formação. Somos gratos aos professores Dr. Amon Santos Pinho, Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, Dr. Gilberto Cezar Noronha, Dr. Marcelo Lapuente Mahl e a outros, pelo apoio. Agradecemos o professor Dr. Marcel Mano, pelas conversas agradáveis e pelas viagens que fizemos juntos, oportunidades preciosas de conhecer diversas culturas.

Agradecemos aos amigos e às amigas do curso de mestrado pelas trocas de ideias, pela contribuição no início, principalmente nas aulas remotas, quando se tratava do computador, e pelas angústias e aflições que passamos juntos.

Agradecemos a todas as pessoas da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, em especial, os nossos sinceros agradecimentos à Renata Andrade, pela paciência e pelo atendimento cordial de sempre.

Agradecemos a todos os amigos e amigas, companheiros de trabalho do Arquivo Público de Uberaba: Amábilé Beatriz Mendonça, Elaine, Sr. Hélio, Luiz Henrique Caetano Cellurale, Luís Fernando, Priscilla Mariano, Raquel Blancato e Miguel Jacob Neto (o Mestre), pelas trocas de ideias e pela prestatividade de sempre.

¹ GUEDES, Beto. **Canção do Novo Mundo**. Rio de Janeiro. EMI-Odeon. 1981. 1 disco sonoro (37 minutos).

Ao superintendente do Arquivo Público de Uberaba, José Rodrigues de Resende Filho, nosso muito obrigado pela paciência, amizade e respeito que sempre teve, quando precisamos de sua colaboração.

À professora e amiga Dra. Sandra Mara Dantas, que sempre acompanhou nossa paixão pela temática escravidão, em especial a família escrava, meus mais sinceros agradecimentos. Muito obrigado Dra. Maria Andréia Angelotti Carmo, pelas ótimas observações na construção desse trabalho e emoções que compartilhamos.

Obrigado ao professor Dr. Robert Mori e à professora Iara Fernandes pelas trocas de ideias e o carinho que sempre tiveram por nós, a cada solicitação.

A todos os colegas de graduação, em nome de Graziela, José Augusto, Tuca e Antônio, nossos agradecimentos e abraço fraterno.

Acharam que tínhamos nos esquecidos? Agora é a vez dela: a nossa família, esteio das nossas existências! Agradecemos, em primeiro lugar, a Deus, e aos nossos Orixás (aos ancestrais). Obrigado a nosso pai Ronan de Araújo e aos meus irmãos, pelas dificuldades e alegrias que, desde pequenos, passamos e estamos vencendo juntos.

Por fim, e sobretudo, meus agradecimentos a duas mulheres especiais na minha vida, que amo muito: a minha mãe Marlene Trindade de Araújo (Iya Marlene de Ogun-Já) e, para a Dora com amor, gratidão, compreensão, paciência e carinho de sempre.

RESUMO

A dissertação é resultado da pesquisa realizada sobre as experiências cotidianas de escravizados nas senzalas da chácara Boa Vista, no município de Uberaba, no século XIX. Os documentos pesquisados, que abrangem o período de 1816 a 1888, possibilitaram reunir marcos institucionais e compreender como os sujeitos cativos e suas famílias se organizaram. O tratamento e cruzamento dos registros pesquisados - cartas de liberdade, processos criminais, escrituras de compra e venda, inventários *post mortem*, registros paroquiais de casamentos e batismos, atas da Câmara Municipal e relatos de viagem, entre outros – permitiram rastrear trajetórias e acompanhar histórias de vida, estas que desvelam estratégias que os escravizados utilizaram para constituírem suas famílias, laços de solidariedade e de compadrio. Uma das principais fontes utilizadas na pesquisa é o processo de inventário *post mortem* do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, iniciado no dia 6 de fevereiro de 1832 e finalizado em 24 de maio de 1845. O documento em relação com os outros fornecem pistas relevantes para investigar a trajetória dos personagens principais escolhidos nesse estudo, que são as famílias dos escravizados José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela, e Manuel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra e os seus filhos.

Palavras-chave: História. Escravizados. Família Escrava. Uberaba/MG

ABSTRACT

The dissertation results from a research about daily lives of slaves in chácara Boa Vista, Uberaba, State of Minas Gerais, in the Nineteenth Century. Researching documents from 1836 to 1888 it was possible to understand institutional marks and also to think about how slaves and their families were organized at that time. Treating and crossing different sources – as letters of freedom, criminal processes, inventories, marriage and baptism registers, official acts, among others – it is possible to examine narratives and discourses to pursue slave strategies to create and maintain affective bonds and families. Documents and informations in relation offer relevant clues to investigate paths of slave people's life, mainly the families of José de Nação Benguela, married to Marianna de Nação Benguela, and Manuel Bento Cabra, married to Pulcheria Cabra and their children, chosen as protagonists in this History.

KEYWORDS: History. Slave Family. Brazilian Slavery Studies

LISTA DE MAPA

Mapa do centro da cidade de Uberaba, onde foi edificada a Igreja Matriz e, mais no alto, à esquerda do mapa, o local onde foi instalado o Instituto Zootécnico, antiga chácara Boa Vista. Mapa de 1911.

LISTA DE TABELA

Fonte: tabela confeccionada de acordo com os dados pesquisados no acervo de inventários da Superintendência de Arquivo Público de Uberaba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I.....	17
Explorando uma historiografia e um território: a família escrava e o Sertão da Farinha Podre.....	17
Repensando a família escrava na história social, na historiografia do Brasil e nas Minas Gerais.....	25
CAPÍTULO II.....	42
A Igreja e as Famílias: relações de compadrio, escravidão e liberdade.....	42
CAPÍTULO III.....	69
Sujeitos escravizados e família no interior das senzalas: uma abordagem de inventários da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.....	69
Senzalas do Tenente Joaquim da Silva e Oliveira.....	73
Senzalas do Capitão Domingos da Silva e Oliveira.....	76
Senzalas do Barão de Ponte Alta.....	77
Senzalas da Fazenda da Barra.....	80
Senzalas da Chácara Boa Vista.....	82
Africanos de Nação.....	87
CAPÍTULO IV.....	92
Famílias Cativas: trajetórias das famílias de José e Marianna de Nação Benguela e de Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra.....	92
Marianna e José de Nação Benguela ou de Nação Angola?.....	95
Relações de Compadrio.....	97
Família de José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela.....	98
Cativos solteiros, filhos de José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela.....	100
O casal Pulcheria Cabra e Manuel Bento Cabra.....	102
Laços de família e parentesco.....	105
Outros vestígios do inventário.....	109
A Família de Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra.....	111
Considerações Finais.....	120
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.....	124

INTRODUÇÃO

O Sertão da Farinha Podre, atual região do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, durante décadas, foi uma região administrada por diferentes capitanias: até 1748 era parte de São Paulo; entre 1749 e 1816, com a criação da capitania de Goiás, esteve sob jurisdição goiana e, desde 1816, é administrada por Minas Gerais.

As relações entre os escravizados que aparecem, e que são os personagens mais importantes desse estudo, na Freguesia¹ de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, não se reduzem apenas aos instantes estipulados pelo recorte temporal estabelecido entre 1816 a 1888. Uma das formas usadas para buscar os rastros dos(as) africanos(as), crioulos(as) no tempo, foi pesquisando as fontes remanescentes. Nesse sentido, o professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior, afirmou:

Há um recurso ao tempo, no intuito de reconstruí-lo a partir dos fragmentos que nos restam. Essas reelaborações remetem-nos a muitos presentes, em que nem sempre se observa o desejo de ocultar as deliberações em prol do conveniente apagamento de uma ou várias lembranças, e reintroduzem também, nos seus termos, a luta passada e toda a disputa vivida em torno do que deve ser lembrado e esquecido².

Sob esse ponto de vista, pretendemos mostrar que desde a formação do arraial³ de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba, quase todos os tipos de serviços foram executados pelos africanos que vieram residir nessas paragens e seus descendentes. De acordo com a historiografia uberabense, o Sargento-Mor Antônio Eustaquio da Silva e Oliveira – considerado o fundador da cidade – e seus escravos se instalaram em Uberaba por volta de 1812.

¹ Elevar-se qualquer povoado à freguesia representava, segundo a estrutura colonial instituída pelo estado português, a institucionalização da vida das comunidades que se dava pela sua elevação um dia a Matriz, que significava a ascensão de toda uma região ao status de Paróquia. Não era só o acesso à assistência religiosa permanente que se obtinha, mas também o reconhecimento oficial da comunidade perante a Igreja e o Estado. Era a garantia do registro oficial, de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas as implicações jurídicas e sociais. Representava o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar. CANASSA, Flávio Arduini. Boletim Informativo do Arquivo Público de Uberaba. Edição Especial Origens de Uberaba. Nº 6, março de 1995. p. 3.

² RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. De Batuques e Trabalhos: Resistência Negra e a Experiência do Cativo – Uberaba, 1856/1901. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social. Mestrado, março/2001. p. 10.

³ Povoação de caráter temporário, lugarejo de caráter provisório, temporário, pequena aldeia, aldeola, lugarejo. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1ª edição (13ª impressão). Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. p. 136.

Lafayette de Toledo, jornalista, que viveu em Uberaba durante muitos anos, enviou para o jornal **Gazeta de Uberaba**, entre 1888 e 1889, transcrições de uma série de documentos que estavam em seu poder. São correspondências entre autoridades públicas, tratando, entre outros, assuntos relativos a Antônio Eustáquio. Segundo Toledo, em uma dessas correspondências, o Sargento-Mor faz solicitações para si, enumerando tudo o que tinha feito por conta própria para a região, convidando os moradores de comarcas vizinhas a se instalarem nesse novo arraial. Revela também o trabalho realizado pelos seus escravizados: abrindo estradas de comunicação, derrubando matas, edificando ranchos para os novos habitantes.⁴

Em seus artigos, Toledo afirma que, que desde os primórdios da ocupação da região da Farinho Podre, os cativos estiveram presentes, exercendo todo tipo de trabalho. Esquecimento e memória encandeiam esses momentos e o debate que ora se estabelece discorre sobre os escravizados, enquanto agentes históricos do processo no qual estiveram inseridos.

A interpretação da história da escravidão vivida em Uberaba que, nessa circunstância, eleva-se, precisa de outros trabalhos de pesquisa acerca dos africanos e crioulos que vieram para esse rincão e as fontes nos permitiram verificá-las e pressenti-las. Memorialistas e intelectuais locais silenciaram sobre aspectos da escravidão e, em especial, sobre a presença das famílias escravas constituídas por africanos e seus descendentes, na Freguesia. Segundo Lafayette, em seus artigos denominados “Excavações Históricas – Fundação de Uberaba”, desde o início da formação do arraial, os cativos executaram diversos serviços como na derrubada das matas e na edificação de ranchos, para os novos habitantes que vieram morar nesse local.

O contato com diversas fontes relativas à escravidão que estão sob a guarda e preservação do Arquivo Público de Uberaba (APU) durante a elaboração do *Catálogo para Estudo da Escravidão em Uberaba*⁵, com data limite de 1815 a 1888, publicado pelo Arquivo Público em 2012. Ao longo das pesquisas de construção do Catálogo, foram feitas: a identificação, leitura e uma breve descrição de cada um dos documentos referentes à escravidão. Nas diversas fontes encontradas nesse processo de organização, foi possível perceber a recorrente presença de africanos(as) e crioulos(as) identificados como casados, ou mães com

⁴ TOLEDO, Lafayette de. Jornal Gazeta de Uberaba de 15 de setembro de 1888, p. 2. Ano X. Nº 590.

⁵ uberaba.mg.gov.br / Abas: Institucional; Administração; Arquivo Público; Produções Digitais; Catálogo para Estudo da Escravidão em Uberaba, 2012. 1ª ed. Publi Editora e Gráfica Ltda. A elaboração do catálogo foi com o objetivo de agregar todos os acervos referente a escravidão para facilitar a busca para historiadores e pesquisadores.

filho natural, e indícios de uniões não oficializadas que, por sua vez, torna nítida a formação de família, ao constar a presença de escravos, escravas e crianças.

A elaboração do *Catálogo para Estudo da Escravidão* conduzida, em primeiro lugar, pela paixão relativa à temática e, em segundo, devido à grande procura, por parte de historiadores e pesquisadores, e às dificuldades encontradas para fazerem as leituras dos manuscritos do século XIX. A leitura e uma breve descrição de cada um dos documentos permitem aos leitores compreenderem a que se referiam as respectivas fontes.

Iniciamos o trabalho de organização do catálogo solitariamente, fazendo levantamento de todos os documentos relativos à escravidão que constam no acervo do Arquivo Público de Uberaba, referente ao século XIX. Após dois anos de trabalho, convidamos os servidores do APU, a professora Iara Fernandes e Raquel Blancato para assessorar na organização dos textos e do catálogo temático, e, posteriormente, uniu-se a esse grupo o professor Luiz Henrique Caetano Cellurale. A partir desse momento, tivemos o privilégio de atuar como coordenador e pesquisador na elaboração do citado catálogo.

Consta no acervo do Arquivo Público documentos oficiais dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Com relação à documentação do Poder Executivo e Legislativo, referente ao século XIX, constam no acervo livros de Atas (1857 a 1888) e Ofícios Expedidos (1845 a 1872). No acervo do Poder Judiciário (1839 a 1887), constam Cartas de Liberdade; Contrato de Locação de Serviços; Distrato de compra e venda de escravo; Doação de escravo; Escritura de Compra e Venda de Escravo; Fiança de Escravo; Hipoteca de Escravo; Penhor de escravo; Petição de Carta de Liberdade; Procuração de Escravo; Revogação de Contrato de Hipoteca de Escravo; Troca de escravos; Secretaria da Primeira Vara Cível; Arrolamentos; Manumissão; Inventários *Post-Mortem* (1815 – 1888); Secretaria da Segunda Vara Cível; Inventários *Post-Mortem* de (1850 – 1888); Secretaria da Primeira Vara Criminal (1873 – 1887). Da Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus (Igreja Matriz de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba), Batismos (1840 – 1888); Certidões de casamento (1884 – 1888).

Extraímos dessas fontes todos os registros referentes aos africanos, crioulos, os seus descendentes e o trabalho foi concluído após três anos. O *Catálogo para Estudo da Escravidão em Uberaba*, disponível no site da Prefeitura Municipal de Uberaba/Secretaria de Administração (APU). Com a elaboração do Catálogo, facilitou para os pesquisadores e interessados pelo tema, a localização rápida e informações de cada documento, passando a ser

ferramenta fundamental para estudar os africanos e crioulos na região do Sertão da Farinha Podre.

Com relação aos trabalhos acerca da cultura popular, principalmente quando se refere “aos sujeitos invisíveis”, Fernanda Bindaco da Silva Astori e Maria Nilceia de Andrade Vieira, no artigo *Caminhando com Michel de Certeau: contribuições epistemológicas para a pesquisa em Educação*, ressaltaram:

A partir de trabalhos sobre a cultura popular marginalizada, Certeau interroga as práticas cotidianas, buscando compreender a lógica empregada nas maneiras de fazer, que coloca em jogo “[...] uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU. 2011. p. 41)⁶, cujas táticas do fraco são colocadas em jogo para tirar proveito das estratégias de controle do mais forte e politizar as práticas cotidianas.

Considerando essa disputa, Certeau explica os jogos de poder entre o forte e o fraco pelo uso de estratégias e táticas, afirmando que as estratégias são possíveis a partir de um lugar próprio de onde se geram relações de poder com uma exterioridade. Esse lugar próprio implica no domínio sobre objetos que podem ser controlados, como ocorre na racionalidade política, econômica ou científica. Ou seja, as estratégias estão baseadas e definidas pelo poder.⁷

As autoras afirmaram, ainda, que:

No sentido contrário, a tática está definida pela ausência de poder. Assim, a tática não tem lugar próprio nem localiza o adversário num espaço distinto e objetivável, só tendo por lugar o outro. Opera golpe a golpe aproveitando as ocasiões e as possibilidades de ganho, visto que a tática depende do tempo, é criatividade, é astúcia, é a parte do fraco. Importante demarcar que o que distingue as táticas das estratégias “[...] são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (CERTEAU, 2011, p. 87).⁸

A documentação de inventário *post mortem* registrou a presença de africanos e crioulos na freguesia desde 1815, certificamos nessas fontes que a presença quantitativa de cativos não pode ser desprezada e, principalmente, levando-se em conta as estratégias, as táticas que africanos e crioulos desenvolveram para criar as suas redes de sociabilidades, suas práticas

⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.

⁷ ASTORI, Fernanda Bindaco da Silva; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Caminhando com Michel de Certeau: contribuições epistemológicas para a pesquisa em Educação**. p. 15. revista pró-discente, vitória, v. 25, n. 1, p. 10-26, jan./jun. 2019.

⁸ Ibid., p. 15.

sociais, os laços de família e de solidariedade, evidenciadas nos documentos de inventários, batismos, casamentos e outros.

Através do contato com as fontes é possível enxergar aspectos do viver em cativeiro, suas relações de sociabilidades e laços afetivos. Dessa maneira, procuramos aqui direcionar uma investigação com o intuito de priorizar o dia a dia dos escravizados que constituíram famílias, tentando reconstruir historicamente as suas práticas sociais, no interior dessa formação coletiva através das suas “esperanças e recordações”.

Na busca pelos fragmentos: literatura dos viajantes, inventários *post mortem*, registros paroquiais de casamentos e batismos, entre outros, foi possível reconstituir um pouco da vida dos sujeitos de duas famílias escravas que foram mencionadas no inventário *post mortem* do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira.

O inventário *post mortem* citado acima é uma das principais fontes desse trabalho, nesse sentido, não podemos deixar de comentar a respeito do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg⁹ como uma fórmula eficiente para aguçar o olhar do historiador para minúcias aparentemente tidas como assessorios, mas que podem estar ali camufladas para a decifração de percepção de uma sociedade num determinado período de tempo.

Como dito anteriormente, que uma das nossas principais fontes é o inventário *post mortem*, o paradigma indiciário aventado pelo historiador italiano Ginzburg estimulou o gênero historiográfico conhecido como micro história, no qual as pesquisas apresentam recorte em proporção mínima, mas investigando a fonte à exaustão, de modo a apurar, os diversos pormenores contidos na fonte, no nosso caso, o inventário *post morte* do Sargento-Mor e o universo de uma comunidade que vivia nas senzalas da chácara Boa Vista, para além dos seus personagens.

Os inventários *post mortem* têm como finalidade registrar os bens deixados por alguém que morreu. O mais importante nesse momento são os escravos, sujeitos dessa história que foram inventariados, muitas vezes com os seus valores de mercado estipulados pelos avaliadores, seus deslocamentos quando das partilhas dos bens, características físicas dos homens e mulheres, idade e muitas vezes o estado civil, filiação e seus rebentos.

⁹ GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (primeira edição italiana como Mitti, emblemi, Spie: morfologia e Storia. Turim, Giulio Einaudi Editore, 1986).

Constam nos livros de casamentos vários registros de africanos e crioulos que contraíram núpcias, aparecem também os proprietários, padrinhos, madrinhas (testemunhas), com suas respectivas condições se eram cativos, livres, libertos e, se havia uma terceira geração, os avós. De acordo com as pesquisas na documentação do Poder Judiciário, o inventário mais antigo que encontramos no acervo do Arquivo Público de Uberaba é de 1815, depois, foram inventariados grande número de escravizados como casados e, também, registram-se uniões que não foram oficializadas pela Igreja, que se descortinam claramente como uniões consensuais entre os cativos.

Documentos de batismos apontam características semelhantes às dos casamentos e permitem observar redes de parentescos e sociabilidades conquistadas por esses sujeitos na pia batismal da Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

As literaturas dos viajantes auxiliaram na recuperação de aspectos de vida, sociabilidade, não somente dos cativos, dos seus familiares e parceiros de escravidão, mas também como as de outros moradores do arraial.

As informações das datas abrangem o século XIX. Foram pesquisados, ainda, os processos criminais do poder Judiciário envolvendo africanos e crioulos, a data limite é de 19 de dezembro de 1837 a 21 de maio de 1887, contendo 138 processos. Os livros do Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações – Fúlvio Márcio Fontoura pesquisados se referem ao período de 1839 a 1901, contendo 40 livros. A documentação do poder Legislativo é de 7 de janeiro de 1857 a 23 de fevereiro de 1900. Os livros de atas da Câmara Municipal de Uberaba tem uma lacuna de 1879 a 1887, contando com 3 livros. Os livros de ofícios expedidos e ofícios de comunicações da Câmara se referem ao período de 10 de abril de 1845 a 2 de junho de 1899, totalizando 6 livros. Os inventários da 1ª Vara Civil se referem ao período de 1815 a 1888, constando 875 processos. A 2ª Vara Civil com data limite de 1823 a 1888, conta com 445 processos de inventário. No total constam 1.320 processos de inventários.

Pesquisando em tais acervos, buscamos reunir documentos e explicitar o protagonismo de duas famílias escravas, seus descendentes e parceiros de cativo que moravam nas senzalas da chácara Boa Vista. Dedicamos os nossos esforços a fim de entender um pouco dos aspectos da sociedade escravista que se formou na região do Sertão da Farinha Podre, observando rastros, parcelas, relações, na intenção de reconstituir aspectos das redes de solidariedade, sociabilidades, companheirismo entre os cativos, forjados mesmo com as imposições reiteradas pela dominação senhorial.

Com relação à região do Sertão da Farinha Podre e às suas características diferentes das regiões de extensas lavouras, Ribeiro Júnior, revelou que:

Em segundo lugar, estabelecia-se, ainda que implicitamente, uma ligação entre atividades a agro-exportadora e a presença de mão-de-obra escrava. Como a região do Triângulo não correspondia a essa característica inicial, supunha-se a ausência ou irrelevância daquela mão-de-obra. Em terceiro lugar, essas posições foram se consolidando a partir da desatenção a toda uma produção historiográfica que vinha, desde os finais dos anos 1970, apresentando novas informações, dialogando com diversas fontes, procurando explicar o chamado “apego” dos proprietários mineiros para com seus escravos¹⁰.

Com o fim da mineração nas Minas Gerais, foi construído o mito da decadência mineira, segundo Luiz Augusto Bustamante Lourenço:

Tal idéia foi, contudo, refutada por Sérgio Buarque de Holanda (1985). O historiador paulista afirmou, que, ao contrário, durante o meio século de exploração aurífera desenvolveram-se paralelamente atividades agropecuárias de grande importância, estimuladas pela própria presença do ouro como meio circulante, e voltadas para o mercado interno.¹¹

Na mesma linha de pensamento, Kenneth R. Maxwell, afirmou:

A economia regional, com suas propriedades rurais horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque de transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro e que mingou na proporção direta do declínio da produção aurífera.¹²

Com o final da exploração aurífera em Minas Gerais, principalmente no Julgado do Desemboque na região do Sertão da Farinha Podre, no início do século XIX, geralistas¹³ deslocaram do Desemboque e criaram o Arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

¹⁰ Ibid., p. 14. Ver Cf. LENHARO, Alcir. Obra citad; MARTINS, Roberto B. **Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora**; LIBBY, Douglas Cole. **LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em Uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Braziliense, 1988; SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX**. In: Estudos Econômicos. São Paulo: vol. 18, nº 3, 1988; LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. **Economia Escravista em Minas Gerais**. Mimeo, s/d., entre outros.

¹¹ Ibid., p. 106.

¹² MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal – 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 112.

¹³ Geralista relativo ao pertencente ao estado brasileiro de Minas Gerais, natural ou habitante de Minas Gerais.

Em diálogo com as fontes e a historiografia da escravidão, principalmente, na reinterpretação dos relatos de viagem, nos inventários, registros de casamento e batismos, foi possível enfocar as experiências registradas e, particularmente, observar que há a ampliação da noção de família, entre outros aspectos. A historiografia brasileira tem procurado dar relevo à organização familiar de cativos como eixo articulador na construção de sujeitos escravizados e suas singularidades familiares, como evidência da participação dos escravos na elaboração de sua própria cultura, ou ainda, como campo de batalha no interior do sistema escravista e, ao mesmo tempo, fonte da construção de identidades, principalmente, a partir da evocação de padrões culturais trazidos da região centro africana¹⁴ e aqui traduzidos.

Os crioulos são chamados os escravizados que nasceram em terras brasileiras. Ao longo do trabalho utilizamos denominação crioulo em letra minúscula e em outras ocasiões maiúscula. Nesse caso, exemplo: Maria Crioula, usamos a letra maiúscula, como utilizamos também para os escravos de Nação, em letra minúscula utilizaremos se não estiverem acompanhando o nome dos cativos, como nomes próprios. As denominações, as movimentações, as fazendas e regiões, as relações descritas nos diferentes registros são objeto de nossa investigação atenta.

A dissertação organiza-se em quatro capítulos, dispostos da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, *Explorando uma historiografia e um território: a Família Escrava e o Sertão da Farinha Podre*, procuramos desenvolver dois eixos que fundamentam todo o texto. Em um primeiro momento, em diálogo com a historiografia, procedemos a uma reflexão sobre a visibilidade da família escrava nos estudos da escravidão, desvelando as presenças e os protagonismos de homens e mulheres escravizados, fossem eles africanos ou crioulos, na configuração desses lugares e de suas singularidades. Em um segundo momento, delineando o território, procuramos narrar o processo de produção dos espaços da região do Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), desde os inícios do século XIX, a partir de olhares variados de viajantes, memorialistas, jornalistas.

No segundo capítulo, *A Igreja e as famílias: relações de compadrio, escravidão e liberdade*, nosso objetivo é mostrar através de pesquisas e análises feitas no acervo da Igreja Matriz – nos livros de registro de casamento e batismo; na documentação do Cartório do 2º Ofício, as cartas de liberdade -, e no arquivo Judiciário – os registros de inventários *post mortem*

¹⁴ Cf. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

– e, através do cruzamento dessas fontes, dar ênfase nas relações de compadrio, as conquistas de liberdade e o tempo de convívio que permaneceram juntos alguns casais.

No terceiro capítulo, *Sujeitos escravizados e famílias no interior das senzalas: uma abordagem de inventários da freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba*, o objetivo é mostrar aspectos das famílias negras, mencionando estudos sobre os plantéis de escravos de algumas propriedades, a partir da análise de inventários. Na região investigada é satisfatório o número de cativos africanos e crioulos que vieram para essas paragens e, nesse sentido, fizemos breve estudo sobre a quantidade de cativos do sexo masculino e feminino que vieram morar na freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

No quarto capítulo, *Famílias cativas: perseguindo as trajetórias das famílias de José e Marianna de Nação Benguela; Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra*, o objetivo é mostrar as trajetórias de vida dos casais de escravizados José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela e de Manuel Bento Cabra e sua mulher Pulcheria Cabra, considerados os principais personagens desse estudo. Aspectos da formação dos casais e das famílias, suas relações de compadrio, sociabilidades, laços de parentescos, entre eles e outros cativos que moravam na chácara Boa Vista e em outras fazendas são objetos de nosso olhar e da escrita que se segue.

CAPÍTULO I

Explorando uma historiografia e um território: a família escrava e o Sertão da Farinha Podre

Nosso objetivo, neste capítulo, é narrar o processo de produção dos espaços da região do Triângulo Mineiro (Sertão da Farinha Podre)¹⁵, desde os inícios do século XIX, a partir de olhares variados de viajantes, memorialistas, jornalistas e em diálogo com a historiografia. Além disso, pretendemos evidenciar as presenças e os protagonismos de homens e mulheres escravizados, fossem eles africanos ou crioulos, na configuração desses lugares e de suas singularidades. Não obstante a violência da escravidão, os esforços para “pacificar” as etnias indígenas e as particularidades das atividades econômicas desenvolvidas nesses espaços, são significativos os indícios de que os escravizados se organizaram em grupos familiares, articulando tradições culturais africanas, trazidas da região centro-oeste do continente, e práticas do catolicismo popular, desde quando habitavam os territórios do Desemboque e dos sertões paulistas.¹⁶

Quanto aos relatos e suas peculiaridades, focalizamos os viajantes e seus registros dos elementos da vida social do Sertão da Farinha Podre, no Oeste das Minas Gerais, que nos permitem analisar as dinâmicas sociais instaladas a partir da chegada de proprietários de terra e escravizados, vindos da região do Desemboque e de localidades paulistas. Por exemplo, o militar e escritor português, Luiz D’Alincourt, que transitou por duas vezes, nestas paragens e, na primeira, em 1817, ressaltou:

Farinha Podre, é lugar de quinhentas pessoas de confissão; as casas, que aí são geralmente cobertas de palha, estão dispostas segundo o capricho de seus donos, [...]

¹⁵ O historiador Robert Mori, em sua dissertação de mestrado “Os aldeamentos indígenas no caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no “sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) - séculos XVIII e XIX”. 2015, ressaltou que o Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba eram conhecidos, até meados do século XIX, como “Sertão da Farinha Podre”. Segundo seus estudos: “No século XVIII, quando se tornou importante ponto de passagem para as bandeiras que objetivavam adentrar o interior da América portuguesa, outros nomes foram utilizados para denominar essas regiões [...]. O Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba correspondiam, então, ao sul da capitania de Goiás, recebendo, em diferentes períodos, a denominação de Sertão do Rio das Velhas, Sertão do Novo Sul, Sertão dos Novos Descobertos do Paranaíba e, por fim, Sertão da Farinha Podre” (PONTES, 1978. p. 15.).

¹⁶ O julgado do Desemboque abrangia o Triângulo Mineiro atual e todo o Sul de Goiás, menos o julgado de Santa Luzia. (PONTES, Hildebrando de Araújo. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Oficinas da Rio Grande Artes Gráficas S. A, Jornal da Manhã. 1970. p. 55.).

o principal negócio desta gente consiste de gado, e capados; e planta legumes, milho e algodão¹⁷.

Não obstante a precariedade das moradias, seu relato explicita a existência de uma produção de subsistência baseada na criação de gado, grãos e algodoeiros. Em sua segunda entrada pelo sertão, cinco anos depois, D'Alincourt notou que:

Causa prazer notar o quanto êste Arraial tem aumentado no curto espaço de tempo, que há decorrido desde 1818, até êste ano de 1823! A população da Freguesia anda em duas mil almas de confissão, o negocio é grande, vão-se formando ruas, as casas são em muito maior número, e quase todas cobertas de telha; e os sítios e fazendas das circunvizinhanças, têm-se multiplicado; muitas famílias de Minas, aqui se tem vindo estabelecer. Hoje está muito mais polido, e civilizado, 1823. [...] essa povoação cresceu de 1818 a 1823 [...] a 2.000 indivíduos em idade de se confessar [...] em 1823, contava 91 casas, sendo que a população de toda a freguesia era de 2.000 almas [...]

¹⁸.

Otimista quanto ao crescimento e à 'civilização' do lugar, o viajante português não se referiu à presença de escravizados, ainda que estimativas elaboradas indiquem que nesse período havia cerca de 420 escravizados na região.¹⁹

Em 1819, o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire também transitou pelo sertão e relatou que:

As pastagens nas cercanias de Farinha Podre são tão boas que, apesar da prolongada seca que ainda se fazia sentir quando passei por lá, os campos queimados estavam cobertos por um espesso tapete verde e viçoso. Os colonos da região souberam tirar proveito dessa enorme vantagem. A criação de ovelhas, de porcos e principalmente de bois constitui sua principal ocupação, sendo que vários deles já possuem de 500 a 1.000 cabeças de gado (1819). Os negociantes de Formiga, que não é demasiadamente distante do arraial, costumam vir até ali para comprar bois e em seguida enviá-los a capital do Brasil²⁰.

Os números de cabeças de gado, por proprietários, são imprecisos e parecem sobrevalorizados. No entanto, a observação do viajante francês indica não somente o crescimento, mas as primeiras evidências de que a região tinha potenciais de um entreposto

¹⁷ D'ALINCOURT, Luiz. **Memórias sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 75.

¹⁸ Ibid., p. 75.

¹⁹ SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, Fatos e Homens**. Volume 1. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971.

²⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, S.P., Ed. Da Universidade de S. Paulo. 1975. p. 151.

comercial para escoar os excedentes de sua produção de subsistência, ou a intermediação de mercadorias destinadas às regiões do Rio de Janeiro e de Campinas.

Os relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire nos trazem indícios sobre as atividades produtivas, a presença de escravizados, de pobres livres e de grupos de senhores de escravos abastados, cujos modos permaneciam rudes. Esses conteúdos possibilitaram aos memorialistas da região do Triângulo Mineiro elaborarem as suas narrativas sobre a história das localidades, constituindo-se, num primeiro momento, em memórias propícias às elites regionais, entre os séculos XIX e XX.

Os memorialistas que descreveram os acontecimentos relativos à cidade de Uberaba utilizaram as narrativas dos viajantes e seus registros são importantes, na medida em que nos permitem reconstituir os processos de ocupação regional cujo curso se deu no início do século XIX.

Hildebrando de Araújo Pontes (1879-1940), que escreveu livros importantes para a reconstituição da história da cidade, também se dedicou a explicar as questões relativas à formação das sociedades regionais e segundo ele:

A zona dos julgados de Araxá e Desemboque teve primitivamente o nome de Nôvo Sul, Novos Descobertos do Paranaíba e mais tarde Farinha Podre (4) e atualmente Triângulo Mineiro. (5a). Esteve inculta e despovoada, a oeste, até os primeiros anos do século próximo findo. A única parte conhecida era a estrada de São Paulo a Goiás. Para qualquer dos lados desta só se deparava o sertão desconhecido, habitado pelo caiapó e feras, e, à margem, aquelas 18 aldeias, das quais a mais importante era a de Sant'Ana do Rio das Velhas, fundada, segundo Milliet de Saint Adolfe, 1m 1741, ou 1751, segundo Cunha Matos, pelo coronel Antônio Pires de Campos. Esta aldeia, em 2 de setembro de 1761, foi erigida em paróquia e, sucessivamente, pertenceu às comarcas de Santa Cruz e Santa Luzia, de Goiás, e posteriormente a 1768, à Nôvo Sul ou Desemboque.²¹

Vê-se que Pontes assume a tarefa de reiteração de preconceitos contra os povos indígenas e do lema dos invasores ao se referirem ao território como “despovoado e vazio”. Mesmo descrevendo o processo de migração de proprietários originários de áreas mineradoras das Gerais, ele cumpre o papel de dissimular as violências contra indígenas e outros escravizados africanos e crioulos, legitimando-as.

²¹ PONTES, Hildebrando de Araújo. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. 2ª Edição. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Oficinas da Rio Grande Artes Gráficas S. A, Jornal da Manhã. 1970. p. 73.

O memorialista Dr. Edelweiss Teixeira, em seu livro, descreveu uma espécie de linha do tempo referente ao Desemboque, durante o século XIX:

Em 1761 – 19 homens brancos e 69 escravos negros – número de habitações ignorados. 1766, na informação otimista de Pe. Félix, possivelmente exagerando as coisas, noticiava ao Governador Dom Manoel que o arraial de N. Sra. do Desterro do Desemboque tinha 196 casas e 1.000 habitantes. Ora, Vila Boa de Goiás, em 1819, a maior cidade de Goiás, tinha 1.000 habitantes (Saint-Hilaire). Em 1816 – Eschwege, quando aí esteve, contou 65 casas. Com a média de 6 habitantes por casa, dariam 390 habitantes. 1823 – na estatística de Silva Pinto, Desemboque compreendia toda a freguesia (atualmente com seis cidades nessa região), 191 fogos (casas) e moradores, 924. 1876 – o Almanaque da Província de Minas Gerais registra: 5 ruas e 42 casas (x 6 = 252 habitantes), [...] ²².

Os exploradores foram atraídos a essa localidade – fundada por volta de 1760 – e pelas promessas da mineração aurífera, porém a extração do minério teve vida curta no Arraial, chegando ao final em 1781. Sobre isso, afirmou Antônio Borges Sampaio:

Todavia, o Desemboque não saiu a regra geral da decadência que sobrevem povoações, tornadas opulentas pela mineração, quando o minério falha: essa povoação de grande movimento nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do XIX, está quase desabitada; ficou reduzida a poucos moradores, conservando apenas, como disse, o fôro do distrito, o da paróquia, uma estação postal e uma escola ²³.

José Mendonça, advogado e memorialista, em seu livro “História de Uberaba”, ressaltou que:

[...] a história do Julgado do Desemboque sofreu todas as condições de fastígio e de decadência, com a mineração, com os “rendimentos do quinto real”, com a questão dos limites entre Minas e Goiás, história cheia de torturas e de dramas [...] O governo de Goiás, por ato de 2 de maio de 1766, erigiu o Arraial do Rio das Abelhas em “Julgado de Nossa Senhora do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas” (Julgado do Desemboque), que abrangia o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás, com exceção do Julgado de S. Luzia ²⁴.

Jorge Alberto Nabut, no livro “Desemboque Documentário Histórico e Cultural”, revelou:

Fundado por volta de 1735, como Descoberto do Rio das Abelhas, por aventureiros, faiscadores de ouro, vindos de Pitangui, o arraial do Desemboque, como veio a se chamar mais tarde, teve o desenvolvimento característico das povoações que se

²² TEIXEIRA, Edelweiss. **O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)**. 1ª edição. Intergraff Editora. Uberaba/MG – 2001. p. 84.

²³ SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, Fatos e Homens**. Volume 1. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971. p. 273.

²⁴ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro – Bolsa de Publicações do Município de Uberaba. 1974. p. 17.

formaram, em Minas, ao redor das minas, época que se convencionou chamar de “o ciclo do ouro”.²⁵

Afirmando ainda:

De 1743 e 1781, [...] saíram das minas do Desemboque 100 arrobas de ouro. Outros historiadores, aludindo aos roubos e ao contrabando, falam de muito mais. Mas, ainda que fossem as 100 arrobas, tem-se 1 milhão e 500 mil gramas. Ao preço de hoje, seriam 9 milhões de cruzeiros novos.²⁶

Com o fim das explorações auríferas, muitos entrantes²⁷ e geralistas²⁸ embrenharam sertão a dentro e alguns se instalaram no arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, como aconteceu com o Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, que fixou residência no município, “atraído pelo córrego Lage, afluente, da margem esquerda, do rio Uberaba, rico de águas e matas²⁹”.

O historiador Cristian Vicente Rodrigues, questionando as interpretações dos memorialistas, seus destaques e silenciamento, destaca:

Início esse capítulo problematizando alguns marcos da história de Uberaba tendo em mente que os escritos forjados por esses memorialistas atribuem sentidos que visam enaltecer a condição da cidade, com base em argumentos calcados na premissa “incontestável” de que a região possuía terras férteis propícias para a agricultura e a pecuária.

A partir da problematização das narrativas dos memorialistas, verificamos que ocorreu a elaboração de uma imagem heróica de Antônio Eustáquio como desbravador e maior responsável pela gênese do município. Todavia, devemos ponderar que para a concretização desses anseios foi necessário o genocídio de população indígena e quilombola local, algo que não pode ser interpretado como gesto de bravura.³⁰

Ainda que os memorialistas tenham negligenciado, em seus escritos, a presença e participação dos escravizados na construção dos espaços regionais, o jornalista Lafayette de Toledo, escrevendo no jornal **Gazeta de Uberaba**, em 1888, sobre a chegada, na região, do

²⁵ NABUT, Jorge Alberto. **Desemboque Documentário Histórico e Cultural**. Fundação Cultural de Uberaba. Arquivo Público de Uberaba. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Composto e impresso nas oficinas de: Pinti – Editora A. Gráficas LTDA. Uberaba – Minas Gerais. 1986. p. 51-52.

²⁶ Ibid., p. 94.

²⁷ Entrante é o que entra, ingressante, o que está para começar.

²⁸ Geralista refere-se ao que pertence ao estado brasileiro de Minas Gerais, natural ou habitante de Minas Gerais.

²⁹ PONTES, Hildebrando de Araújo. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Centra**. 2ª Edição. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Oficinas da Rio Grande Artes Gráficas S. A, Jornal da Manhã. 1970. p. 78.

³⁰ RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social - Uberaba 1865/1935**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. 2009. p. 31.

Sargento-Mor Antônio Eustáquio³¹, considerado por memorialista e historiadores o fundador do arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, ressaltou que o fazendeiro não poupou os seus escravos do trabalho de derrubada das matas sertanejas:

[...] abrindo estradas de comunicação derrubando matas e edificando ranchos para os novos habitantes, tudo isso à sua custa, no que não só tem empregado o serviço dos seus escravos, mas também consumido uma grande parte dos seus bens, pois que ao contrario tornar-se-ia infructifero [...].³²

É provável que os trabalhadores escravizados trazidos à região pelo Sargento-Mor³³ tenham sido relacionados no seu testamento e inventário de 1832. Esse documento, em que as propriedades estão listadas, pode nos aproximar de duas famílias: a de José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela, e a de Manuel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra.

Muitos dos que vieram para estas paragens, buscavam terras agricultáveis, novos meios de vida, bons negócios, outra maneira de sobrevivência e, principalmente, o enriquecimento financeiro. Alguns desses mineiros, por meio de outorga de sesmarias, se instalaram na região, construindo fazendas. Outros decidiram fixar morada próximo ao retiro construído pelo Sargento-Mor. Logo, foi edificada uma capela, com orago a Santo Antônio e a São Sebastião, e, nas adjacências do santuário, foram se instalando os moradores, em um processo de

³¹ Ver: PONTES, Hildebrando de Araújo. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Oficinas da Rio Grande Artes Gráficas S. A, Jornal da Manhã. 1970. PONTES, Hildebrando de Araújo. **Vida, Casos e Perfis. (1879-1940)**. Arquivo Público de Uberaba, junho de 1992. PONTES, Hildebrando de Araújo. **Personalidades Uberabenses**. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014. PRATA, Pe. Thomaz de Aquino. **Memória Arquidiocese de Uberaba**. Edição: Fundação Cultural de Uberaba – Museu de Arte Sacra. 1987. Composição, Arte Final, Fotolito e Acabamento: Editora Rotal. Edição Comemorativa dos oitenta anos de criação da Diocese de Uberaba, 1907 – 1987. Impressão e Acabamento: Grifo Editora e Gráfica Ltda. SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, Fatos e Homens**. Volume 1. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971. SILVA, Padre Antônio José da. **História Topográfica da Freguesia do Uberaba - Vulgo Farinha Podre**. O Caderno da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. 10 de maio de 1970.

³² TOLEDO, Lafayette de. Coluna Excavações Históricas. **Gazeta de Uberaba**, p. 2, ano X, nº 590, 15 de setembro de 1888.

³³ Para o historiador Robert Mori, o local onde o Sargento-Mor Eustáquio se instalou foi escolhido estrategicamente: “A escolha deste local não se deu de maneira aleatória. Um dos motivos para a escolha deste lugar para o estabelecimento de sua moradia foi a proximidade com o sítio indígena de Uberaba Falso, pois Antônio Eustáquio também acumulava o cargo de “diretor de índios”. Este sítio era habitado pelos descendentes dos Bororo que foram estabelecidos por Antônio Pires de Campos a partir do ano de 1748, no primeiro aldeamento construído entre os Rios Grande e Paranaíba: Rio das Pedras. Muitos dos que vieram para essas paragens, buscavam novos meios de vida, bons negócios, nova maneira de sobrevivência e, se enriquecer. Alguns desses mineiros, através de outorga de sesmarias, se instalaram na região construindo fazendas. Outros forasteiros decidiram se instalarem próximo ao retiro construído pelo sargento-mor Antônio Eustáquio. Logo foi edificada uma capela com orago a Santo Antônio e São Sebastião, e nas adjacências do santuário foram se instalando os moradores, “em um processo de urbanização típicos dos oitocentos, ganhou contorno o Largo da Matriz, local cujas famílias mais abastadas estabeleciam residências” (MORI, 2013. p. 8).

urbanização típico dos oitocentos. A área logo tornou-se o largo da matriz, local cujas famílias mais abastadas estabeleciam residências e, nesse sentido, o historiador Robert Mori revelou:

Com a construção de uma capela destinada a Santo Antônio e São Sebastião, e a ocupação da região localizada no entorno desta ermida, em um processo de urbanização típico dos oitocentos, ganhou contornos o largo da Matriz, local cujas famílias mais abastadas estabeleciam residência. Aos mais pobres, ou detentores de medianos recursos, o lugar preferencialmente ocupado, era a Rua Direita.³⁴

No documento identificado como *Distrito da Matriz, ou Uberaba Falsa*, estão registradas as famílias que viviam nas proximidades da Capela, somando o total de 10 fogos (casas, residências), organizadas da seguinte forma: moradores brancos ricos, reverendos, homens brancos livres e pobres, pretos escravos e libertos, idade e estado civil.³⁵

Nesse documento, discernimos dez residências, numeradas de um a dez, e em todas elas constam as presenças individuais de homens e mulheres negros e negras, ou ainda de grupos que sugerem a existência de famílias negras, na incipiente urbe. Em nossa visão, se nas casas dos vigários havia homens pretos, todos eram livres e solteiros; e se na morada do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira constava a presença de Manoel Vicente, preto, 26 anos, casado, e Roza Maria, preta, 23 anos, casada, é provável que eles fossem livres e casados entre si. No entanto, não poderíamos afastar as hipóteses de serem casados com sujeitos que orbitavam a influência do Sargento-Mor, ou, se casados com cativos, estariam alocados nas propriedades rurais, não tão afastadas da ‘cidade’.³⁶

Dentre os dez fogos (casas), em seis havia moradores reconhecidos como pretos.³⁷ De acordo com os moradores que foram identificados na fonte, esses fogos estão situados próximo à capela erigida no arraial. As residências de número 1, 2 e 3, eram de sacerdotes e, junto a essas famílias, constatamos um escravo em cada residência. No fogo nº 1, moravam o vigário, Antônio José da Silva, seu irmão Carlos José da Silva e um preto, sem indicação sobre ser cativo, livre ou liberto. Os pretos que moravam nos fogos não informaram suas origens Nação, nem suas condições e alguns poderiam ser escravos desses proprietários, enquanto outros

³⁴ MORI, Robert. **A história da Puri Victoria e seus descendentes: escravidão indígena e resistência no Sertão da Farinha Podre no século XIX**. Monografia - Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, 2013. p. 8.

³⁵ Documento identificando moradores do Largo da Matriz de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, entre os anos de 1826 a 1832. (Fonte: Arquivo Público de Uberaba - APU).

³⁶ Cópia de documento avulso, sem procedência (não consta), digitalizado pelo Arquivo Público de Uberaba. Fundo: Câmara Municipal de Uberaba. Identifica moradores do Distrito da Matriz ou Uberaba Falsa, entre os anos de 1830 a 1832. p. 1. (Fonte: Arquivo Público de Uberaba - APU).

³⁷ Ibid., p. 1. As residências mais ou menos abastadas da área urbana explicitam a presença de escravizados e de famílias de escravizados, desde os momentos iniciais da operação de ocupação do território desses sertões.

seriam donos dessas casas. O padre Francisco Ferreira da Rocha morava, com mais cinco pessoas, no fogo nº 2 e tudo indica a possibilidade de serem uma família, além de constar também um casal que não eram os pais dos outros, mas poderiam ser parentes do reverendo.

No fogo nº 3, em companhia de dois homens pretos de 19 e 38 anos, supostamente seus escravos, morava o padre Zeferino Batista do Carmo. O fogo nº 4 abrigava o Sargento-Mor, Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira e a sua mulher, Dona Antônia Angélica de Jesus, dois rapazes de 14 e 15 anos, todos brancos, e mais três pretos, sem constatação de serem livres, libertos ou escravizados, pois o manuscrito só informa se eram casados ou solteiros. Essa residência era visitada, eventualmente, pelo casal, principalmente aos finais de semana, para assistirem à missa, pois, de acordo com o inventário *post mortem* do Sargento-Mor, sua casa de morada era a chácara Boa Vista.

Anexo ao fogo nº 4, havia um retiro para criação de animais e uma tenda de ferreiro, além de pretos que caracterizavam a formação de uma família escrava: o possível casal Manoel Vicente, casado, de 26 anos, e Roza Maria, casada, de 23 anos, e o preto José Quintiliano, solteiro (não consta a idade). No fogo nº 7, vivia um casal de brancos e um preto de 20 anos, e no nº 10, uma família extensa de moradores brancos.

Os fogos de nº 8 e 9 chamam a atenção pelo fato de serem propriedade onde os moradores são todos pretos, com casa de morada na parte central do arraial. Na residência nº 8, viviam Theodoro da Silva Brandão, preto com 70 anos, José, de 9 anos, e Anna, de 12 anos. Tudo indica que Theodoro era liberto e não está identificado como viúvo. Pelas idades, as crianças podem ser seus netos, filhos naturais de mãe falecida e, considerando a idade de Anna, eles estavam juntos há doze anos. Já no fogo nº 9, vivia um casal de pretos: Cândido Justiniano, de 25 anos, e a preta Maria Theodora, de 20 anos, juntamente com os filhos Ritta, preta de 4 anos, Maria, preta com 3 anos, e José, de 1 ano.

De acordo com o documento e os moradores que viviam nas adjacências da Igreja Matriz, podemos afirmar que nem todos eram proprietários brancos e abastados, principalmente pela presença de escravos ou libertos que ali residiam e, todos eles foram identificados como preto ou preta. Podemos sugerir que esses homens e mulheres adultos, morando nesses primeiros arranjos urbanos, eram trabalhadores especializados e domésticos.

Com relação aos afazeres desses escravizados, de acordo com as fontes de inventários e os processos criminais, tanto para os cativos, que moravam na zona rural, quanto para os habitantes do perímetro urbano, identificamos os seguintes ofícios/ profissão: alfaiate, carpinteiro, carreiro, doméstica, cozinheira, ferreiro, fiandeira, jornaleiro, lavrador, oficial de carapina ou oficial de carpinteiro, oficial de pedreiro, sapateiro e serrador.

Outra hipótese que o documento supracitado nos leva a crer é que quando os senhores vinham de suas fazendas, roças, chácaras e sítios para trazer as suas mercadorias, ou fazer compras no Largo da Matriz, local onde aconteciam as transações comerciais, seus escravos vinham em sua companhia, para descarregar ou carregar os carros de bois e carroças. Nessas ocasiões, enquanto os senhores, autoridades e outros moradores, falavam sobre os acontecimentos da capital da província e do Império, os escravos também escutavam conversas e tomavam ciência de outros fatos, pois, nessas idas e vindas, os encontros entre os escravizados que moravam no perímetro urbano e aqueles do espaço rural eram inevitáveis.

Durante o século XIX, o município, em curto prazo de tempo, passou também por transformações significativas: em 1820, elevou-se de arraial para Freguesia³⁸ de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, desligando-se da igreja do Julgado do Desemboque, para realizar os sacramentos de batismo, casamento e óbito; a Câmara Municipal, instalada em 1836, teve sua primeira sessão em 7 de janeiro de 1837 e, em 1856, a vila ganhou a categoria de cidade. Segundo os representantes na Câmara, a população, a essa época, chegou a 3.200 fogos e 20.000 habitantes e entre esses havia 5.000 escravizados.

A própria Câmara não tinha segurança sobre os dados informados ao Governo Provincial ou os inflou, propositalmente, pois dois anos depois, os edis afirmavam que a população era composta de 11.000 livres e 4.000 escravizados. Chama a atenção também, nesse ano, os 750 nascimentos: 550 livres e 200 cativos, levando-nos a considerar significativa a quantidade de escravos nascidos nas senzalas, do ventre das mães escravizadas, resultando de uniões consensuais com homens escravizados, libertos e livres, mas, não custa nada lembrar, frutos da violência do sistema escravista e sua incidência sobre os corpos das mulheres escravizadas africanas e crioulas.

Repensando a família escrava na história social, na historiografia do Brasil e nas Minas Gerais

Os relatos de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil ao longo século XIX, produziram concepções estereotipadas acerca da viabilidade, entre os escravizados e a formação de famílias. Olhares racializados, que inferiorizavam os negros (africanos ou crioulos),

³⁸ As freguesias eram uma divisão administrativa religiosa que indicava a presença de um núcleo de povoamento organizado, uma “[...] consolidação de áreas de ocupação com certa representatividade econômica ou expressão política”. WAGNER, Ana Paula. **Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819)**. In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p.152).

determinavam a incapacidade dos escravizados para uma vida social ‘civilizada’. O francês Charles Ribeyrolles (1812-1860), por exemplo, que esteve no Brasil em 1859, observando a dança do lundu, uma cadência melodiosa de matriz africana, não se furtou em imprimir uma imagem marcada pelo preconceito racial, destacando os corpos, nos quais o olhar, os seios e as ancas provocavam, uma espécie de convulsão ébria e alegrias grosseiras, cheias de voluptuosidades e febres libertinas.³⁹

Outros viajantes, entre eles Burmeister e Rugendas, assinalaram que, na sociedade escravista brasileira do século XIX, a família cativa era uma impossibilidade devido à violência e à imoralidade dos escravizados.

O viajante francês, Jean Baptiste Debret (1768 - 1848), que residiu no Brasil, além de reiterar as afirmações, muito comuns da época, sobre a natureza promíscua dos homens e mulheres negros, salientou, em seus relatos, a gestão dos corpos cativos desenvolvida pelos senhores, suas estratégias de disciplina e, talvez, de reprodução natural dos planteis.

Como um proprietário de escravos não pode [...] impedir aos negros de frequentarem as negras, tem se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; [...] essa concessão é feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade.⁴⁰

No caso brasileiro, é possível notar que as elites políticas do Império adotaram com seu discurso racista – qualificado por Slenes como “o olhar branco” que assegurava a dinâmica do sistema de *plantation* – a ideia de que as “negras peçadas” eram impelidas ao desmazelo pelo tratamento dos filhos”. Em nada nos surpreende essas justificativas racializadas terem frequentado a pena de escravistas e abolicionistas, como Joaquim Nabuco.⁴¹

Os proprietários de escravos eram confrontados com críticas formuladas a partir de uma visão empresarial sobre a gestão dos corpos escravizados, principalmente aqueles resistentes à criação de condições para uma gestação regular e para os quais o cuidado das “negras” com suas “crias” era considerado algo que:

não valia a pena aturar as crias que só depois de dezesseis anos darão igual serviço. E em consequência as negras peçadas e as que amamentavam não eram dispensadas da

³⁹ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pittoresco. História-descrições-viagens-instituições-colonização**, edição bilíngue (francês-português), 3 tomos em 1 volume, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1859, tomo III, p. 40-41.

⁴⁰ DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, 3 volumes em 2 tomos, Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, tomo I, v II, p. 268.

⁴¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

enxada, duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguavam a secreção do leite, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos e daí as doenças e a morte às pobres crianças.⁴²

Otoni acrescenta que “dos nascidos da escravidão não escapavam certamente mais de 5%”. Ainda que na historiografia brasileira sobre a sociedade escravista do período, as formas de reprodução e da sexualidade tenham sido silenciadas ou consideradas desregradas, porque exercitadas no interior da dominação senhorial e patriarcal, que permite aos proprietários tomar posse da descendência trazida por mulheres cativas, não há indícios de que tenham sido cogitadas formas de reprodução forçada da mão de obra escrava. Em defesa da maior rentabilidade, os proprietários argumentavam em favor da continuidade do tráfico para substituir a força de trabalho. Por outro lado, seria importante considerar que – para além dos discursos morais, literários e cotidianos, veiculados naquela sociedade e disseminados por instituições médicas e religiosas, no período – as diferentes formas de união conjugal e de família existentes fora das regras do matrimônio da Igreja Católica e da norma burguesa de família nuclear representaram formas de convivência, sobrevivência e sociabilidades, ao menos para segmentos considerados livres ou libertos, embora não haja registros.

Com efeito, o argumento circular – a partir do qual Otoni tentou explicar os motivos de tão pouco investimento na reprodução natural – resumia-se em os senhores não dispensarem as escravas grávidas do trabalho duro da lavoura; estas, por sua vez, debilitavam-se fisicamente emprestando esse estado aos fetos e aos recém-nascidos, e tal situação resultaria no desmazelo dessas mães para com seus rebentos, identificando-se, então, uma das motivações para as altas taxas de mortalidade entre as crianças cativas.⁴³ Além de justificar a inviabilidade da vida familiar entre cativos, essas explicações denunciam a dificuldade da vida cotidiana sem se aproximar da raiz do problema. Mais que isso, fomentam representações racializadas sobre as mães negras, reproduzidas e reiteradas desde a primeira metade do século XIX, principalmente, sob a responsabilidade de médicos, viajantes e intelectuais.⁴⁴

⁴² A emancipação dos escravos. Parecer de C. B. Otoni, 1871, p. 66-68. Citado em: Nabuco, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 72.

⁴³ Ver: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil-Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. Mimeo, 1982. PAIVA, Clotilde; LIBBY, Douglas Cole. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. In: **Latin American Population History Bulletin**, nº 23, Spring, p. 2-15, 1993. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fabio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. In: **Varia História**, v. 23, n. 37, p. 184-207, 2007.

⁴⁴ Ver: ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1988. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Ver também: CARNEIRO, Maria. E. R. “Procura-

As interpretações acerca das sociedades escravas das Américas – particularmente Brasil e Sul dos Estados Unidos –, baseadas nos relatos dos viajantes, tenderam a reiterar uma visão que desqualificava a humanidade dos escravizados e assinalaram a inviabilidade, entre eles, de laços familiares sólidos. No período de 1950 e 1960, a historiografia brasileira e a norte-americana, procurou demonstrar a incapacidade dos escravizados de constituírem sociabilidades familiares, afirmando que o núcleo familiar escravo era inconsistente ou incapaz de existir. Alegaram também a falta de apego do cativo à família, argumentando sobre os escravizados viverem em meio à promiscuidade disseminada nas senzalas. A compreensão de que a escravidão coisificava os escravos e de que os lançava num estado de anomia marcou, inclusive, a produção historiográfica brasileira até o fim da década de 1970.

Maria Helena Machado, ao realizar um balanço da historiografia da escravidão brasileira, detectou o aparecimento de novas tendências:

Buscando definir os contornos históricos da instituição escravista, os historiadores têm se voltado para a análise de diferentes variáveis relacionadas a conjunturas diversas, da organização do trabalho e da vida escrava e das relações sociais em suas transformações ao longo do tempo. Novas tendências historiográficas têm redundado num alargamento do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil à medida em que superam modelos cristalizados nos quais a escravidão por explicada de antemão prescindia de estudos localizados e relegava ao escravo o papel de figurante, incapaz de interagir eficazmente no processo histórico.⁴⁵

O acesso a outros arquivos, a diferentes corpos documentais, sejam eles documentos judiciais ou cartoriais, e o estabelecimento de novos aportes teórico-metodológicos possibilitaram abordagens diversificadas em relação aos historiadores da escravidão:

Interessada na recuperação do processo histórico em suas mediações multivariadas, a abordagem social tem colocado à disposição dos historiadores o arsenal teórico que tem balizado os novos estudos, propiciando uma renovação do conhecimento histórico da sociedade brasileira. Além disso, os historiadores têm sido desafiados a reavaliar as fontes documentais disponíveis sob uma nova perspectiva. Se durante muito tempo a crença da inexistência de fontes adequadas para a recuperação da escravidão no Brasil desestimulou a pesquisa documental, hoje os estudiosos redescobrem nos arquivos e cartórios os instrumentos necessários para o avanço do conhecimento a

se **‘Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa’: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista**”. 2006, 417f. Tese (Doutorado em História) PPPGHIS/Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 228-232.

⁴⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. **Em Torno da Autonomia Escrava: Uma nova direção para a história social da escravidão**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 8 nº 16. pp. 143-160. mar. 88/ago. 88. p. 144.

respeito da escravidão no Brasil. Em, “O que Rui Barbosa não Queimou”, Slenes apresentou uma vigorosa síntese das novas perspectivas de estudo da questão.⁴⁶

A autora assegura que nos estudos das obras clássicas a respeito da escravidão no Sul dos Estados Unidos da América, o historiador Eugene Genovese reconstituiu os padrões das relações de dominação, vida social e trabalho dos escravos, nas lavouras do Sul dos Estados Unidos. Para ele, o processo de produção de uma cultura escravista achava-se profundamente imbricado nas relações escravistas, à medida em que a opressão dessas relações fora respondida com a constante improvisação de mecanismos de resistências e acomodação. Assim, se por um lado não se poderia falar numa vida cultural afro-americana pura ou totalmente independente do regime escravista, por outro lado, esse mesmo ponto de vista leva à consideração dos comportamentos escravos como fatores de pressão permanente, no meio socioeconômico no qual estes achavam-se integrados.⁴⁷

A partir deste ponto de vista, Genovese traçou um amplo painel da vida escrava, recuperando a riqueza da produção de uma cultura oprimida em sua inesgotável capacidade de improvisar novas estratégias de sobrevivência, refazendo suas mediações com as classes dominantes, estabelecendo espaços de autonomia no interior do próprio sistema escravista.⁴⁸

As estratégias utilizadas pelos escravizados foram vitais para diversas conquistas como: a alforria, o casamento e a relação de compadrio, dentre outras. Outro caminho foi aberto, segundo Machado, por Herbert Gutman, que explorou:

as possibilidades de constituição de uma cultura escrava autônoma àquela veiculada pelos senhores, debruçou-se sobre a questão da constituição da família escrava, da permanência dos laços de parentesco e da construção de um senso de comunidade independente de escravos nas plantations do Sul dos EUA. Assim, *The Black Family in Slavery and Freedom*, utilizando-se das listas nominativas de algumas fazendas, da correspondência entre escravos e dos depoimentos de libertos contidos no Federal Writers Project reconstitui o processo de formação e sedimentação de um padrão de vida familiar entre escravos.⁴⁹

⁴⁶ Ibid., p. 144.

⁴⁷ Ibid., p. 146.

⁴⁸ Ibid., p. 146.

⁴⁹ Ibid., p. 146-147.

Suportando à inconstância intrínseca ao sistema escravista à continua ameaça e atemorização de desintegração e o desafio de estabelecer e restabelecer, a partir de padrões específicos, a organização familiar arruinada, a família nuclear e os laços de parentescos feitos entre cativos tornaram-se, de acordo com Gutman, a base da transferência da experiência da escravidão e a coluna sobre a qual se consolidaram as possibilidades de elaboração e proliferação de uma cultura escrava autônoma.

O que sugere Gutman é que o historiador social defronta-se com o árduo trabalho de se despir das “verdades” bem sedimentadas e, da revalorização das fontes, recuperar aquilo que se encontra além das aparências, debruçando-se sobre o processo histórico a partir do qual os escravos erigiram padrões de organização de vida familiar e cultural próprios.⁵⁰

Robert Slenes, mais recentemente, numa crítica ampla e bem fundamentada, demonstrou como historiadores e sociólogos norte-americanos reforçaram concepções racistas, assegurando que as populações negras eram destituídas de história, cultura, organização social e familiar. Segundo ele,

Em trabalhos influentes sobre a história da família negra nos Estados Unidos, o sociólogo E. Franklin Frazier (1932-1939) argumentou que “provavelmente nunca antes na história um povo foi tão completamente despojado de sua herança social [e cultural] quanto o foram os negros trazidos para a América [do Norte]”. Nesse processo de desaculturação forçada, os escravos perderam suas normas africanas de família, parentesco e vida sexual, mas em geral não assimilaram os padrões brancos, devido a violência e desumanidade do cativo.⁵¹

Conforme Slenes, os pontos de vista apresentados pelos estudiosos Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Roger Bastide, dentre outros, não conjecturavam que os africanos e seus descendentes pudessem formar uma família e redes de parentescos.

No Brasil, Fernandes e Bastide, expressaram o consenso sobre o assunto de forma mais clara. Por razões demográficas (o excesso de homens sobre mulheres no tráfico africano) e como resultado de uma política senhorial de (nas palavras de Fernandes) “tolher e solapar” todas as formas de solidariedade entre os cativos, a “família”

⁵⁰ Ibid., p. 147.

⁵¹ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33.

escrava – não apenas a “linhagem”, mas também a família conjugal/nuclear, com o pai “presente” na vida dos filhos – praticamente inexistiu.⁵²

Essas perspectivas sobre as famílias escravas ou sua impossibilidade podem ser examinadas numa historiografia brasileira que perdurou até meados da década de 1970 e marcou a chamada “escola paulista de sociologia”.

a conjunturas diversas, da organização do trabalho e da vida escrava e das relações sociais em suas transformações ao longo do tempo. Novas tendências historiográficas têm redundado num alargamento do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil à medida em que superam modelos cristalizados nos quais a escravidão por explicada de antemão prescindia de estudos localizados e relegava ao escravo o papel de figurante, incapaz de interagir eficazmente no processo histórico.⁵³

Nesse sentido, Sheila de Castro Faria, investigando a questão da bibliografia revisionista, deixou claro que a desmistificação da noção de “coisa”, para um escravizado, foi uma maneira de expor os muitos casos nos quais os cativos procederam como senhores de seus atos e não necessitaram da vontade do seu senhor para agir. Para a escritora, esse tipo de ponto de vista acerca do escravo pode ser algo perigoso, pois:

Antes de tudo é preciso notar que, mesmo sendo possível a construção de uma identidade entre escravos, e que, dentro do cativeiro, foi viável (re)criar sistemas culturais de nítidas filiações africanas, o resultado dos ganhos adquiridos não era acessível a todos.⁵⁴

Entretanto, os novos estudos acerca da escravidão conseguiram expor e mostrar, por meio das fontes, que o escravo não permitiu o controle passivamente; além disso, mostrou também que os escravos foram habilidosos para estabelecer vínculos familiares, fossem eles consanguíneos ou não, como as relações de compadrio. Os cativos conviveram e manipularam estratégias de resistência dinâmica e apática contra o cativeiro, contudo, não foram independentes, mas foram agentes históricos, buscando a emancipação, e as fontes concernentes ao cativeiro estão permeadas desses modelos.

⁵² SLENES, Robert W; FARIA, Sheila de Castro. **Família escrava e trabalho**. Tempo, vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998. II Encontro de História da UFF.

⁵³ MACHADO, Maria Helena P. T. **Em Torno da Autonomia Escrava: Uma nova direção para a história social da escravidão**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 8 nº 16. pp. 143-160. mar. 88/ago. 88. p. 144.

⁵⁴ FARIA, S. C. **A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Seguindo a trilha aberta pelos historiadores estadunidenses e brasileiros, Cristiany Miranda Rocha assinala que essas novas interpretações rerepresentaram os escravos como sujeitos de sua própria história. Para ela:

[...], as interpretações por eles fornecidas para a questão da família escrava diferem consideravelmente. Enquanto o primeiro enfatiza a constituição de laços verticais que uniam a família escrava à família senhorial – através de política de dominação paternalista, dentro da qual o escravo teria forjado suas armas de resistência ao cativeiro –, o segundo observa a formação de laços horizontais de família, parentesco e compadrio entre os escravos, separando de um lado a família branca e de outro a família negra⁵⁵.

Os argumentos tecidos sobre a imoralidade, a inferioridade e o desregramento dos escravos, assim como sua incapacidade e sua anomia, provocadas por fatores inatos, ou pela força desumanizante da escravidão, foram também percebidas por Slenes. ao demonstrar que:

A imagem de escravos anômicos, “perdidos uns para os outros” em decorrência da destruição de suas normas familiares, e portanto sem vontade “política” consequente, não será estranha a leitores que tiveram algum contato com a bibliografia clássica sobre a escravidão na América do Norte. Lá, também, os escravos – aliás, os afro-americanos em geral – tendiam a ser representados no século XIX e nas primeiras décadas do XX como pessoas social e sexualmente sem regras.⁵⁶

Dessa forma, novos pontos de vistas foram colocados acerca do tema em questão, afastando de sua visão preconceituosa e trazendo nova luz a respeito desse argumento. A historiadora Kátia Mattoso (1982), em sua obra *Ser escravo no Brasil*, dedicou-se a analisar as mudanças pelas quais os africanos escravizados passaram, de homens livres, no continente africano, ao cativeiro, no Novo Mundo, e os meios que possibilitaram essa transição. Defendeu uma nova proposta revisionista a respeito da questão do escravizado, não apenas como vítima de um sistema opressor, mas alguém que vivia em conflito contra esse sistema. Ela ressaltou, mesmo não desenvolvendo um estudo focalizado exclusivamente na história das famílias escravas, a constância do uso desses laços familiares, pelos senhores, para prenderem os escravos em suas terras, principalmente com o final do tráfico, promulgado pela Lei Eusébio

⁵⁵ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 31.

⁵⁶ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33.

de Queiroz, em 1850, pois acreditavam que as uniões entre os cativos poderiam ser instrumentos para evitar as fugas de suas terras.⁵⁷

Diversos estudos relativos à alforria entenderam que a família escrava, além de papel de relevância na experiência diária de resistência ao cativeiro, teve uma função importante no caminho que levava à liberdade. Tarcísio Botelho (1996), investigando as alforrias em Montes Claros, norte de Minas Gerais, no século XIX, constatou que muitas delas eram resultado de enfrentamentos desses grupos familiares e, de acordo com ele,

Estas lutas de liberdade reforçavam ainda mais os laços familiares. Vemos escravos que lutam não apenas por si, mas também por seus irmãos e outros parentes, reafirmando a importância da família para o cativo. O apoio mútuo permitido por ela reanimava o empenho em sobreviver dentro da escravidão e abria esperanças por um futuro de liberdade.⁵⁸

A historiadora Hebe Mattos procura demonstrar que, dentro do próprio sistema escravista, os escravizados se adaptaram e se reinventaram:

no meio rural, a constituição da família escrava quase sempre tinha como pressuposto a possibilidade de alforria. Nesse sentido, raramente o objetivo da alforria aparecia como um projeto individual. Na verdade, o trânsito só se completava quando todo o grupo perdia os elos de ligação com o cativeiro. Nos processos-crimes analisados, bem como nas ações de liberdade, encontram-se inúmeros grupos familiares a meio caminho entre a escravidão e a liberdade.⁵⁹

Para ela, mesmo no interior da experiência do viver em cativeiro, a possibilidade da família, do pecúlio, das relações comunitárias, da esperança da carta de alforria, se fez enquanto aproximação para a vida em liberdade.

Manolo Florentino e José Roberto Góes trouxeram à luz a pesquisa historiográfica sobre os laços e relações familiares dos escravizados e o tráfico de africanos para o Brasil, focalizando seus estudos no Rio de Janeiro, para ser mais exato a região agro-fluminense. Dentre os diversos temas tratados no livro, chama atenção, como a historiografia vem estudando a escravidão, a

⁵⁷ MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁸ BOTELHO, Tarcísio R. **As alforrias em Minas Gerais no Século XIX**. LPH – Revista de História, Ouro Preto, Ufop, vol. 6, 1996, p. 191-199 e 196.

⁵⁹ CASTRO, Hebe M. Mattos de. História da Vida Privada no Brasil. **Laços de família e direitos da escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. – (História da vida privada no Brasil; 2). p. 360-361.

relação entre senhores e escravos, na fazenda, e a importância dos laços de família e redes de sociabilidades entre os escravizados, na citada região, no período de 1790 a 1850.

A dupla de historiadores encontrou vestígios de escolhas nas uniões matrimoniais endogâmicas, nas quais os sujeitos, por seletividade, optam por se relacionar com pessoas de um mesmo grupo social.

Na década de 1950, julgou que a escravidão era uma forma de organização social de efeitos tão deletérios e retificadores sobre os escravos que fazia viger, nas senzalas, a anomia (isto é, a ausência de leis, de normas ou de regras de organização) e a promiscuidade. Lia-se muito mal o célebre comentário escrito por Debret na primeira metade do século passado, segundo o qual, devido a desproporção entre os sexos, os senhores costumavam atribuir uma escrava a quatro parceiros e eles que se arranjassem. Tempos depois vaticinou que as famílias escravas, por serem economicamente inviáveis, só existiriam como exceções.⁶⁰

Para eles, as relações de parentesco entre os escravos poderiam garantir a paz:

Espécie de meta-nós, era o parentesco escravo a possibilidade e o cimento da comunidade cativa. Era o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas. Ao cativo, ele tornava possível esconjurar a anomia, pelo estabelecimento de regras através das quais a vida poderia ser vivida. Ao senhor, ávido de homens pacificados, permitia auferir uma renda política, cuja contabilidade, por não aparecer nunca de maneira óbvia nos inventários que deixavam, tem sido com frequência despercebida. O movimento incessante de criação e recriação de parentesco cativo era um elemento chave no processo pelo qual se produzia o escravo.⁶¹

Um outro estudo feito pelo historiador Manolo Florentino, em parceria com Márcia Amantino, na documentação dos arquivos de Taubaté e do Rio de Janeiro, revelaram que “a família escrava funcionava como um poderoso mecanismo de estabilização, dentro do status quo escravocrata”.⁶²

Ana Rios e João Fragoso, ao estudarem os livros de registro de batismos da paróquia de São Gonçalo (RJ), se depararam com diversificadas redes de relações constituídas pelos escravos, por meio de laços que incluíam o apadrinhamento de crianças, na pia batismal, nos quais diversas famílias escravas criavam relações – convidando a serem padrinhos de seus

⁶⁰ FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 27.

⁶¹ Ibid., p. 36-37.

⁶² FLORENTINO, Manolo Garcia; AMANTINO, Márcia. “**Runways and Quilombolas in the Americas**”, em David Eltis and Stanley L. Engerman (org.), *The Cambridge World History of Slavery: Volume 3, AD 1420-AD 1804*, pp. 711-716.

filhos – com proprietários de outros escravos, ou com negros e libertos. Havia também madrinhas escravizadas e donos de escravos que se declaravam pais ou padrinhos de crianças escravas e mestiças.⁶³

O historiador Robert Slenes, concentrou seus estudos na região de Campinas, São Paulo e defende que a constituição e a preservação da família, pelos cativos, colocavam-se na luta por espaços de autonomia, no cativeiro, enquanto que, para o senhor, isso poderia significar um meio de exercer maior controle sobre os cativos. Porém, o autor discorda da visão meramente funcionalista da família escrava:

Finalmente, têm apresentado dados qualitativos sugerindo que a constituição de famílias (inclusive extensas, incorporando pessoas não aparentadas) interessava aos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro. Destacam-se aqui os estudos sobre o compadrio escravo, que têm complementado os trabalhos sobre os laços consanguíneos e afins, ainda excessivamente concentrados sobre a família “nuclear” ou “conjugal”.⁶⁴

Nesse sentido, para Slenes, a família escrava não deve ser colocada como um elemento estrutural do domínio escravista, uma vez que as relações familiares não enfraqueceram a resistência dos escravos. Outro fato importante apontado pelo autor é que:

A “família cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou, melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos.⁶⁵

Segundo José Flávio Motta (1999), as relações de parentescos criadas pelos escravos não foram somente aquelas oficializadas perante a Igreja, na medida em que pouco se procurava a Igreja,

[...] talvez refletindo, entre outros fatores, uma falta de interesse da parte dos proprietários de escravos. Há, contudo, neste momento, que ter presentes as palavras de Stuart B. Schwartz: “mas o interesse dos proprietários e a ausência de casamentos

⁶³ FRAGOSO, João; RIOS, Ana. **The Cambridge World History of Slavery**, Volume 3, AD 1420-Ad 1804, cap. 14.

⁶⁴ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44.

⁶⁵ Ibid., p. 49.

na igreja não são de modo algum uma medida da realidade escrava e da habilidade dos cativos em criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem significado efetivo e permanente em suas vidas⁶⁶.

Em seu livro, o pesquisador analisa ainda a estrutura da posse de cativo e a família escrava como temas primordiais da economia e da demografia da escravidão, utilizando, para isso, as fontes primárias e as listas nominativas dos habitantes de Bananal, que possibilitaram demonstrar as peculiaridades da estrutura familiar cativa na região.

De acordo com os pontos de vista de alguns autores, fica nítido que o viver em cativeiro não foi capaz de destruir os laços de sociabilidade e de solidariedade entre os escravizados, pois o objetivo em constituir uma família era também o de buscar melhores condições de vida e privacidade, procurando desenvolver e fixar os seus hábitos e costumes. Além desses fatores, formar uma família poderia significar para os escravos um plano de socialização e de ampliação de suas redes de solidariedade, em especial para os africanos recém chegados da África, que não possuíam laço de parentesco algum.

A historiadora Marina de Mello e Souza (2007), ressaltou:

Os laços de parentesco e as associações de trabalho eram formas pelas quais as comunidades negras iam se estruturando, podendo uma mesma pessoa participar de várias delas. Nelas as identidades fundadas em áreas de procedência, ou em nações, também foram básicas.⁶⁷

As uniões familiares entre os cativos, os laços de parentesco, as relações de solidariedade e de sociabilidade também estiveram juntas no momento de se rebelarem contra o sistema de opressão, dentro do cativeiro. O historiador Ricardo Figueiredo Pirola (2011), relata sobre uma revolta escrava que aconteceu em Campinas-SP, em 1832, enfatizando que:

A trama da rebelião em 1832 apresentou um aspecto que ligava grande parte dos envolvidos: o parentesco. A partir da lista dos censos populacionais e da documentação eclesiástica, é possível reconstruir as relações de parentesco da maioria dos participantes do plano de insurreição. Família escrava e rebelião não se misturam? Para os escravos revoltosos de Campinas, família e rebelião caminharam juntas. A ligação dos 15 engenhos envolvidos na trama não nasceu em 1832, na verdade, a

⁶⁶ MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. p. 211.

⁶⁷ SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. 2.ed. - São Paulo: Ática, 2007. p. 109.

organização da revolta percorria um caminho de união já traçado pelo parentesco[...].⁶⁸

Em suas análises, após conseguir dados de 21 cativos, Pirola afirmou que, dos 32 acusados de envolvimento no plano de revolta, 13 eram solteiros e 8, casados. Essa constatação reitera a ideia de que as relações de solidariedade, sociabilidade e compadrio caminharam lado a lado:

Dos poucos estudos da década de 1970 que procuraram mostrar, a partir de dados demográficos, a existência de relações familiares entre os escravos, contamos atualmente com uma série de trabalhos que analisam os significados do parentesco e a importância da família na conformação da comunidade escrava. A tese, contudo, de que família escrava e mobilização coletiva das senzalas não se combinavam, não encontra respaldo no caso campineiro. Os dados do plano de insurreição de 1832 revelam que o casamento não foi impeditivo da mobilização coletiva das senzalas; de fato, os escravos casados marcaram presença não apenas como participantes do plano de revolta de 1832, mas ocuparam também os principais cargos de comando – entre as lideranças revoltosas, as proporções de cativos casados eram ainda maiores do que para todos os revoltosos em conjunto. A conquista do casamento, ao que parece, não foi suficiente para estabelecer a paz entre a casa-grande e a senzala.⁶⁹

O historiador Jonis Freire (2014), fortalecendo essa argumentação, comentou que Stuart Schwartz atentou-se para o fato de que os laços de afeto, apego, amor e parentesco, por ligação ou consanguíneo, foram fundamentais no processo de liberdade:

[...] qualquer que fosse a condição constitucional da família escrava, os laços entre mães e filhos eram evidentemente fortes e proporcionavam aos escravos crioulos e mulatos uma relativa vantagem no processo de emancipação. Naturalmente, os laços de parentescos ultrapassavam os limites da escravidão, e os pais nascidos livres e libertos pagaram pela liberdade dos filhos [...].⁷⁰

Nas palavras de Eduardo França Paiva: “tudo isso não há dúvidas, foram estratégias de resistência ao sistema escravista, desenvolvida cotidianamente por esses autênticos agentes históricos”⁷¹ e Jonis Freire reitera, dizendo que:

⁶⁸ PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes rebeldes, nas fazendas de Campinas (1832)**. Editora da Unicamp, 2011. p. 107.

⁶⁹ Ibid., p. 108.

⁷⁰ FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 263.

⁷¹ PAIVA, Eduardo França. **Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: As possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial**. Revista Histórica. FFLCH – USP, São Paulo, n. 133.

Paiva e Libby, em consonância com o estudo de Eduardo França Paiva (2001), concluíram “que o casamento e a constituição de famílias parecem ter aumentado a possibilidade de alforria para os escravos de todas as cores e origens.”⁷² Na Freguesia de São José, 54% da população forra contraiu matrimônio. Contudo, os autores atentam para o fato de que não se sabe se esses casamentos aconteceram antes ou depois da manumissão.

Como vimos, os diversos autores que estudaram a família escrava, tanto nos Estados Unidos da América quanto no Brasil, fizeram um esforço grande para trazer à luz os resultados de suas pesquisas e utilizaram diversas fontes, desde os relatos dos viajantes até o retorno aos arquivos, cartórios, bibliotecas, museus e outros. Esses estudos através dos tempos nos mostraram e têm mostrado que ainda há muito a pesquisar e entender sobre a escravidão e a família escrava, principalmente na região do Triângulo Mineiro.

Laços familiares caracterizaram as experiências de mulheres e homens escravizados, por todas as Américas. O exame das fontes cartoriais nos permite uma aproximação dos modos de vida – da extensão dessas famílias, suas diversas sociabilidades e as violências cotidianas das quais sempre foram alvos – e das populações escravizadas, na referida região, à Oeste das Minas Gerais, ao longo do século XIX.

Nesses territórios, as uniões conjugais foram experimentadas em senzalas de todos os tamanhos e modelos, inseridas em dinâmicas produtivas e econômicas diversas, típicas das economias de subsistência em curso, no centro-sul do Império Brasileiro. Emolduradas pelas singularidades sociais e financeiras regionais, a família foi chefiada, majoritariamente, pelas mães, o que não significa ausência paterna. Em certos casos, foi possível identificar a existência de, ao menos, três gerações em consanguinidade, levando-nos a concluir que dessas experiências emergem núcleos de sociabilidades e de solidariedades entre homens e mulheres escravizados, libertos e livres, enraizando práticas culturais e afirmação de identidades afrodescendentes – de matriz bantu⁷³ –, desde a senzalas, para se inscrever nas histórias regionais das quais foram excluídas.

⁷² Ibid., p. 263.

⁷³ Ver: SOUZA, Marina de Mello. **Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola – séculos XVI e XVII**. São Paulo: Edusp, 2020. _____. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

Desde o final da década de 1990⁷⁴, as pesquisas desenvolvidas a partir dos arquivos regionais, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, explicitaram a presença e a participação de africanos e afrodescendentes escravizados na formação das sociabilidades públicas e privadas, nesses espaços, assinalando também a relevância numérica da população de cativos em progressão, ao longo do século XIX.⁷⁵ O tamanho dos plantéis variou durante esse período, entretanto prevaleceram, na região, os padrões de propriedade pequenos e médios observados nas áreas economicamente mais dinâmicas da província de Minas Gerais.⁷⁶ Dessa perspectiva, nossa proposta é interrogar os indícios preservados nos centros de documentação e que nos permitem reconstruir traços de histórias familiares entre os negros e negras escravizados, no Triângulo Mineiro, ao longo do século XIX.

Conforme o historiador Florisvaldo Ribeiro Jr, ao examinarmos algumas fontes documentais sobre a história da cidade de Uberaba, no século XIX – representativa do Triângulo Mineiro –, cuja economia pode ser inscrita nas atividades de subsistência mercantilizadas,⁷⁷ conectada à região agroexportadora paulista e fluminense, notamos que são fortes as evidências da existência da organização familiar entre os escravos ali residentes, indicando um dos fatores importantes na elaboração das sociabilidades e na articulação de suas vidas como cativos. Para além dessa condição, funcionou também como meio de construção de identidade entre os escravos, libertos e negros livres, fornecendo-lhes instrumentos de luta, calcado em suas experiências no cativeiro, que fragilizaram a política de domínio senhorial e operaram como um esteio para a vida em liberdade, seja na escravidão ou no pós-abolição.

Em nossos estudos acerca dos proprietários de escravos, em 572 inventários pesquisados nos pequenos planteis de 1 a 5 cativos, todos esses senhores eram donos de africanos e crioulos

⁷⁴ RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. **A Conquista da Liberdade: cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão no Brasil**. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Professora Dra. Iraci Galvão Salles.

⁷⁵ Ver: RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo P. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativeiro – Uberaba, 1856 -1901** – Mestrado em História – PEPGH/PUC – SP, 2001. GOMES, Alessandra Caetano. **Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888**. Mestrado – São Paulo: FFLCH/USP, 2008. CHICORSKI, Ana Carolina Coelho. **Leva, que a mim te deixo furtar: roubo de escravos em Uberaba – MG na segunda metade do século XIX**. Monografia – Uberlândia: INHIS/UFU, 2019.

⁷⁶ Ver: LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais, século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988. PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Doutorado. FFLCH: USP, 1996.

⁷⁷ Ver: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. Rio de Janeiro: SMC, 1993. RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo P. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativeiro – Uberaba, 1856 -1901** – Mestrado em História – PEPGH/PUC – SP, 2001. LOURENÇO, Luís A. B. **O Triângulo Mineiro do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista**. Uberlândia: Edufu, 2010.

e a certeza é de que esses africanos e crioulos participaram na organização socioeconômica da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

A pesquisa do Professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior (2001), ocupou-se dos estudos acerca das experiências cotidianas de negros cativos, libertos e livres, forjadas na segunda metade do século XIX, ressaltando as estratégias de resistência à dominação escravocrata, praticadas por eles e, no resumo da sua dissertação, Ribeiro Júnior afirmou que:

As famílias cativas têm uma importância vital para o sucesso das ações de resistência, nas quais os sonhos de liberdade, com significados próprios representam o motor de suas práticas sociais e o motivo da intensificação dos conflitos entre negros e seus senhores e patrões.⁷⁸

Essa dissertação é um trabalho pioneiro referente aos estudos sobre a família escrava em Uberaba e um dos capítulos enfatiza as famílias negras e a experiência do cativo:

Não são raros os registros nas cartas de liberdade consultadas em que se presume a existência de famílias cativas. O material pesquisado apresenta desde indícios de difícil confirmação, até referências concretas à existência dessas famílias e de sua participação decisiva nos processos de libertação, seja individual, ou em grupo.⁷⁹

Confirmando que a importância da família escrava para amenizar a vida dura em cativo também é apontada em outras pesquisas, Ribeiro Júnior tocou num ponto importante que vai de encontro com os nossos estudos, quando alegou:

Além de nos oferecer evidências do modo como essa experiência interfere no funcionamento da instituição escravista, as famílias surgem como ponto de partida para o aparecimento de sociabilidades responsáveis por possibilitar e assegurar aos escravos uberabenses condições diferenciadas e relativamente autônomas de sobrevivência em vista do padrão de vida que a dominação senhorial tentava impor.⁸⁰

Especificamente, o ponto de vista de Ribeiro Júnior tange nossa pesquisa em relação às famílias escravas centrais para este estudo: José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela, e Manuel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra, considerando que

⁷⁸ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo P. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo** – Uberaba, 1856 -1901 – Mestrado em História – PEPGH/PUC – SP, 2001.

⁷⁹ Ibid., p. 103.

⁸⁰ Ibid., p. 104.

criaram redes de sociabilidade e compadrio, entre os seus filhos e parceiros de cativeiro da mesma senzala, e também com companheiros de outras senzalas, proporcionando condições diferenciadas e autônomas, nas dependências da chácara Boa Vista.

Um dos trabalhos mais recentes sobre a escravidão é a dissertação do historiador Júlio César de Souza (2013), denominada, *Sociedade Escravista no Século XIX: crianças escravas em Uberaba, 1871 a 1888*, cujos estudos foram voltados para a compreensão da vida das crianças, filhas de escravos, na cidade de Uberaba. Focalizando suas análises acerca da vida das crianças escravas e do núcleo familiar em que elas estavam inseridas e utilizando como fontes de pesquisa documentos relacionados a batismo, casamento e processos criminais, Souza revelou que:

[...] a constituição de laços familiares entre cativos, tendo em vista formas de resistências e dominação, conformando conquistas e concessões a partir de uma abordagem relacional privilegiando as relações entre senhores e escravos. As evidências nos permitiram visualizar laços de solidariedades e de sociabilidades. Esse eram o cenário que as crianças estavam inseridas.⁸¹

As pesquisas realizadas referentes aos trabalhos sobre as famílias escravas, os autores apresentados, cada um à sua maneira, com suas diferentes fontes e em locais diversos, buscaram diversos caminhos. O que ficou nítido sobre o tema ‘família escrava’ foi a evolução das pesquisas, desde aquelas que se apoiaram nos relatos dos viajantes e das bibliografias clássicas sobre a escravidão nos Estados Unidos da América até a forte influência da literatura sociológica norte-americana, acerca da família e da “patologia social” sobre aqueles autores ligados a Escola Paulista de Sociologia. Tudo isso foi e tem sido muito importante para nossos estudos interioranos.

Com relação aos novos estudos, a volta aos arquivos, aos centros de documentação, aos museus, às bibliotecas e aos cartórios, a historiografia brasileira tomou novos rumos ao se tratar dos estudos sobre a escravidão e, em especial, a família escrava. Algumas das características delineadas pelos estudos historiográficos mais recentes podem ser observadas quando nos voltamos para uma documentação semelhante, focalizando a região do Triângulo Mineiro e sua economia de subsistência. Nosso propósito, acompanhando as inovações historiográficas é demonstrar que as famílias escravas constituíram uma experiência de laços afetivos e de solidariedade que marcavam os múltiplos atos de resistência ao cativeiro, durante o século XIX.

⁸¹ SOUZA, Júlio César de. **Sociedade Escravista no Século XIX: Crianças escravas em Uberaba, 1871-1888**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2013. p. 26.

CAPÍTULO II

A Igreja e as famílias: relações de compadrio, escravidão e liberdade

No referido capítulo, nosso objetivo é mostrar, por meio de pesquisas e análises feitas no acervo (livros de registro de casamento e batismo) da Igreja Matriz, na documentação do Cartório do 2º Ofício, nas cartas de liberdade e no arquivo Judiciário (registros de inventários *post mortem*) e também pelo cruzamento dessas fontes, que podemos enfatizar as relações de compadrio e o tempo de convívio juntos, de alguns casais, como fator importante para a conquista da liberdade.

A igreja está presente desde os primeiros movimentos de ocupação do arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, no século XIX. Segundo o Padre Thomaz de Aquino Prata, memorialista da Arquidiocese da cidade:

A vida religiosa de Uberaba começou numa capelinha rústica, “ermida” (como diziam as crônicas da época), construídas de paus roliços, sobre esteios forquilhados, presos uns aos outros por cipós, chão batido, coberta de folhas de um certo tipo de palmeira comum na região.

Essa primeira capela foi construída nas cabeceiras do córrego Lajeado, dentro da sesmaria do rábula e sertanista Francisco de Azevedo. O arraial, de duas dúzias de casas ao redor da capela, foi chamado de Arraial da Capelinha.⁸²

Thomaz informa também que as imagens de Santo Antônio e São Sebastião, santos padroeiros, foram entronizadas no arraial da Capelinha, que pertencia ao Julgado do Desemboque, na primeira década do século XIX. Posteriormente, alguns forasteiros se fixaram em outro arraial conhecido como Uberaba Falsa,⁸³ provocando um êxodo dos poucos moradores

⁸² PRATA, Padre Thomaz de Aquino. **Memória Arquidiocese de Uberaba**. Edição: Fundação Cultural de Uberaba. Museu de Arte Sacra. Edição comemorativa dos oitenta anos de criação da Diocese de Uberaba, 1987. p. 15.

⁸³ Hoje rio Uberaba. LOURENÇO, Luís A. B. **O Triângulo Mineiro do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista**. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 12.

do arraial da Capelinha para o recém-formado povoado. Os transferidos trouxeram as imagens dos padroeiros e o local passou a se chamar, arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

Augusto de Saint-Hilaire, na sua passagem pela região do Sertão da Farinha Podre, no início do século XIX, descreveu a capela do arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba:

A capela de Farinha Podre é muito pequena, baixa e destituída de ornamentos, como devem ter sido os primeiros oratórios dos portugueses que descobriram o Brasil. À época de minha viagem havia apenas um capelão ali, subordinado à paróquia do Desemboque, distante dali 30 léguas. Todavia, os habitantes do lugar estavam tentando conseguir que o governo central elevasse o arraial a sede de paróquia. Farinha Podre foi fundado pelos mineiros por volta de 1812.⁸⁴

A partir de 1814, os diversos sacramentos ficaram a cargo do padre Fortunato José de Miranda que veio atuar no município como capelão. Em 1820, o arraial foi elevado à condição de freguesia e o padre Antônio José da Silva foi nomeado vigário encomendado. Em 1828, ele recebeu o cargo de vigário colado⁸⁵ e isso significou que, a partir daquele momento, o povoado passava a contar com uma autoridade religiosa permanente, dedicada exclusivamente à vida religiosa, em atenção àquela comunidade.

O batismo, considerado o principal sacramento da religião católica, marcava a remissão do pecado original e o ingresso do indivíduo na comunidade cristã. A partir desse ritual, eram estabelecidos vínculos espirituais entre os batizados, os pais e os padrinhos. O ato do apadrinhamento, segundo o registro do padre, tinha como consequência a ampliação dos laços familiares para além do sangue, visto que se tratava de reforçar relações sociais pré-existentes e/ou de criar novas.

Não seria menos importante lembrar que o batismo é o primeiro dos sacramentos, aquele que consagra o verdadeiro nascimento de um cristão, e o historiador Jonis Freire acrescenta:

O batismo cristão se mostrou, no âmbito da sociedade brasileira, uma instituição forte e almejada por todos os estratos da população. Significava a entrada do pagão no seio da Igreja Católica e para os cativos não foi diferente. Eles buscaram esse sacramento

⁸⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem À Província de Goiás**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, S.P., Ed. Da Universidade de S. Paulo. 1975. p. 150.

⁸⁵ Vigário colado ou padre colado foi um título de um cargo da Igreja Católica portuguesa e brasileira e os sacerdotes que o recebiam assumiam, em caráter permanente, uma paróquia canônica e legalmente constituída.

e estabeleceram, a partir daquele momento, relações de solidariedade e reciprocidade que se consubstanciaram por meio do compadrio (parentesco espiritual/ritual). Para além de seu significado católico, os laços entre afilhados e seus padrinhos, perante a Igreja, extrapolaram o espaço desta e mostraram-se presentes em toda sociedade.⁸⁶

O autor também reforça que esse tipo de laço tinha um significado social particular:⁸⁷

Tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da Igreja. Podiam ser usados para reforçar laços de parentesco já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais. Construído na Igreja e projetado para dentro do ambiente social, “o compadrio significava mais que tudo, a consecução de um laço de aliança que atava, à beira da pia batismal, os pais de uma criança e seus padrinhos”.⁸⁸

Essas relações de compadrio que se constituíram na pia batismal foram utilizadas pelos cativos como reforço dos laços de parentesco e dos vínculos de classe para forjar ligações entre desiguais.

Os livros de batismos, no período de 1816 a 1888, revelam que muitos escravizados escolheram, para apadrinhar os seus rebentos, padrinhos livres e proprietários. Pode-se pensar, a princípio, que esses cativos, dentro da cultura católica, se apropriaram do conceito e ampliaram suas redes de parentescos e de “clientelismo”, por meio das trocas de “favores e deferências”, para suportarem o dia a dia do cativo, na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

De acordo com os estudos já elaborados sobre o assunto, é possível se atentar para o fato de que as relações de compadrio entre os escravizados foram diversificadas. Embora com metodologias, indagações e anseios diferentes, eles apontam alguns modelos que caracterizaram o sacramento do batismo, no Brasil, e a construção de vínculos de parentesco espiritual, por meio do compadrio. Conforme a condição social e as particularidades locais a que estavam submetidos, observa-se que várias opções de compadrio foram estabelecidas.⁸⁹

⁸⁶ FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata oitocentista**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014. p. 192.

⁸⁷ Ibid., p. 193.

⁸⁸ GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX**. Vitória: Lineart, 1993.

⁸⁹ Cf. Costa, Emilia, op. cit.; GUDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. “**Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII**”. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1988, p. 41; GUEDES, Roberto. “**O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro**”. *Sesmaria – Revista do NEHPS*, Campo Grande, ano I, nº I, 2001; BOTELHO, op. cit., 1994; NEVES, op. cit.; KJFERVE & BRUGGER, op. cit.; RIOS, Ana Lugão. **Família e transição**. Dissertação (mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990; GÓES, op. cit.

No registro de batismo da Igreja Matriz, relativos à Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba⁹⁰, no período de 12 de março de 1816 até 29 de abril de 1888, encontramos um número significativo de africanos e de crioulos saindo das senzalas para a pia batismal e, prosseguindo com a pesquisa, investigamos também documentos sobre os casamentos na região, entretanto não constam no acervo da referida Igreja Matriz os primeiros quatro livros de registros, referentes ao início do século XIX, o que nos levou, portanto, a analisar apenas os apontamentos correspondentes a 27 de setembro de 1866 a 29 de abril de 1888. Com relação aos registros de casamentos, destacamos:

A's duas horas da tarde no dia 30 de Setembro de 1866 casou-se nesta freguesia de Uberaba, com a licença do Capitão José Bento do Valle, os seus escravos Deziderio e Clementina e foram testemunhas o Tenente Francisco Rodrigues de Barcellos e Martiniano Pereira de Vasconcellos.⁹¹

Passados treze anos, no dia 20 de maio de 1879, nasceu um filho do casal com o nome de Deziderio, o mesmo do pai e, no dia 8 de junho de 1879, o padre Ângelo de São Severo batizou o inocente, filho legítimo de Deziderio Pardo e Clementina Parda, ex-escravos de José Bento do Valle que, nessa época, foram registrados na condição de libertos. As testemunhas foram Joaquim Rodrigues de Barcellos e Dona Rita Hypolita de Jesus.

Destacamos outra união interessante:

A's 8 horas do dia 7 de Novembro de 1866, casou-se nesta freguesia de Uberaba, com a licença de seu Senhor Francisco Gonçalves Ferreira da Silva, os escravos Galdino Crioulo com Genoveva Cabra nascidos e baptizados na freguesia de Santa Quiteria. Foram testemunhos Quirino Evaristo Moreira e Manoel Affonso da Silva.⁹²

No dia 1 de fevereiro de 1886, Dona Cândida Maria da Silva, procedeu ao inventário do o seu marido, Francisco Gonçalves Ferreira da Silva, e constavam, no plantel de cativos que viviam nas senzalas de sua propriedade, onze escravos, dentre eles Galdino Crioulo e Genoveva Cabra, vivendo juntos há 20 anos.

De acordo com a pesquisa realizada nos livros de tombo da Igreja Matriz, 1.397 cativos receberam o sacramento do batismo, no período de 1816 a 1888, e podemos afirmar que o registro mais antigo, datado de 12 de março de 1816, está relacionado ao primeiro cativo levado

⁹⁰ Livros de Batismos da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus (1816 a 1888).

⁹¹ Livro de registro de casamento da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus – 1 de fevereiro de 1866 a 7 de junho de 1884. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba). p.8.

⁹² Ibid., p. 10.

até à pia batismal, Estevão Crioulo, acompanhado pelos seus pais, padrinho e madrinha, para ser ungido com os santos óleos:

Aos dose de março de mil oitocentos e dezesseis o Padre Fortunato José de Miranda baptizou e poz [sic] os Santos Oleos a Estevão, inocente, filho legítimo de Manuel e Maria, escravos de Antonio da Silveira. Foram padrinhos Antonio Marcelino e Maria Ignacia. Vigario Antonio José da Silva.⁹³

No citado registro de batismo, consta que Estevão Crioulo era filho legítimo dos escravos Manuel Crioulo e Maria Crioula e, nesse ponto, ressaltamos que tanto o padrinho quanto a madrinha eram livres. Assim, esse registro e outros, vistos mais adiante, mostram as uniões conjugais e o compadrio entre os escravos, libertos e forros, como parte do dia a dia do cativo, desde o início da formação do arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

A sistematização dos documentos foi realizada por décadas, para fins de observação metodológica e supondo sinais ou efeitos da historicidade das práticas da escravidão na região, no país e no período. A documentação encontrada sugere relações com acontecimentos locais e nacionais e com a própria movimentação das resistências e da legislação sobre a escravidão. Porém, não foi possível contextualizar uma tendência clara sobre a quantidade crescente ou decrescente dos ritos eclesiais, embora tenha sido possível fazer algumas conjecturas acerca dos contextos em que ocorreram, indicadas pelo nome dos cativos, por exemplo. A elaboração da pesquisa e o cruzamento de fontes se configuraram a partir dos registros disponíveis, abrangendo o período de 12 de março de 1816 a 29 de abril de 1888.

O primeiro período refere-se à primeira década e, considerando as décadas aproximadas ou expandidas, em razão das datas dos documentos encontrados, temos: do dia 12 de março de 1816 a 7 de dezembro de 1829, foram batizados 266 escravizados; de 1 de janeiro de 1830 a 4 de outubro de 1837, foram realizados 309 batismos; de 29 de novembro de 1840 a 7 de fevereiro de 1848, 124 batismos; de 16 de dezembro de 1854 até 11 de dezembro de 1859, 170; 18 de janeiro de 1860 a 23 de setembro de 1869, 185; 6 de junho de 1870 a 11 de agosto de 1879, 148 e de 3 de janeiro de 1880 a 29 de abril de 1888, 195, totalizando 1.397 cativos batizados.

Considerando que na primeira década de 1816 a 1829, temos 266 batizados e que no período de 1830 a 1837, os batismos aumentaram para 309, cabe perguntar: será que a Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, proibindo o tráfico transatlântico, serviu para que os senhores incentivassem as uniões e, principalmente, as escravas a terem filhos naturais?

⁹³ Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro de Batismo nº 1. p. 106. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Entre 1840 a 1848, foram apenas 14 batismos e após a promulgação da Lei de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Euzébio de Queirós, que proibiu definitivamente o tráfico de africanos escravizados, houve algumas oscilações relativas a batizados. De 1854 a 1859, foram 170 cerimônias; de 1860 a 1869, o número aumentou para 185, mas entre 1870 e 1879, caiu para 148, com destaque para a Lei do Ventre Livre, promulgada no dia 28 de setembro de 1871, determinando que, a partir dessa data, as mulheres escravizadas dariam à luz apenas a filhos livres e que, em solo brasileiro, não nasceria mais nenhum infante na condição de cativo. De 1880 até o final do mês de abril de 1888, foram 195 batizados. Conclusões mais precisas relacionadas a esses registros demandam análise mais consistente.

No período de 1816 a 1829, destacamos que o maior número de rebentos levados à pia batismal, sem a presença de pais ou parceiros, eram filhos naturais de mulheres cativas. Havia também, de acordo com os registros, mulheres casadas escravizadas e outras crianças, acompanhadas pelo pai e a mãe, em sua maioria, provavelmente, a partir de uniões oficializadas pela igreja, ou consensuais. Em relação aos batismos de crianças de nação, ou crioulas, filhos naturais, ou não, encontramos 266 registros de batismos na Igreja Matriz. Os casais de escravos de Nação,⁹⁴ casados com escravas de Nação, batizaram 14 filhos. Crioulos casados com crioulas batizaram 31 crianças. Em alguns registros, observaram-se 59 batismos sem a presença dos pais, além de 9 crianças batizadas, filhas de escravo de Nação casado com escrava crioula, e 3 crianças, filhas de escravo crioulo casado com escrava de Nação. Os registros também revelam 120 mães crioulas e 30 mães escravas de Nação batizando filhos naturais, totalizando 266 batismos.

Observando esses números, percebemos que os escravos casados foram 57 vezes até a pia batismal e as escravas africanas e crioulas assim procederam com seus 150 filhos naturais. Podemos pensar sobre a importância do registro eclesiástico, inclusive para a confirmação dos vínculos de parentesco, se acompanharmos as relações historiográficas contemporâneas. Ao estudar as famílias escravas e o tráfico atlântico no Rio de Janeiro, os historiadores Manolo Florentino e José Roberto Góes, por exemplo, ressaltaram que:

Tem sido visto que os inventários *post-mortem* raramente registram relações que não as consanguíneas e as matrimoniais sancionadas pela Igreja. Este é, portanto, o escopo

⁹⁴ SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil Africano**. 2.ed. - São Paulo: Ática, 2007. p. 62. “Agrupados no que os colonizadores chamaram de minas, cabindas, congos, cassanjes, angolas, benguelas e moçambiques, entre outras designações, estavam pessoas vindas de várias aldeias ou reinos, e falantes de línguas diferentes, apesar de terem alguma semelhança entre si. [...] Nomes de nações ou etnias são sempre formas de atribuir uma identidade particular a um grupo, indicando que ele tem tradições, maneiras de se comportar, de pensar e de falar que lhe são próprias e o distinguem dos outros [...]”

familiar escravo reconhecido pelo mercado de escravos através dos avaliadores que estabeleciam preços para os cativos.⁹⁵

Em relação a todos os batizando adultos – escravos crioulos e africanos – e aos inocentes (crianças) africanos, não consta quem eram os seus pais. Observa-se um tratamento desigual quanto aos maiores de idade, particularmente os africanos, que teriam nomes de pais africanos e talvez nem se dispusessem a receber ou compreender o sentido do sacramento da igreja. Já os inocentes, provavelmente recém-chegados ao Brasil, também não eram registrados com os nomes dos pais e, no período 1 de novembro de 1823 a 25 de março de 1863, encontramos 11 nessas condições.

Seria possível pensar que talvez aquelas crianças tenham sido separadas dos pais durante o tráfico Atlântico, principalmente por meio das transações de compra e venda que se deram nos diversos portos brasileiros e, em especial no Porto do Valongo, no Rio de Janeiro.⁹⁶

Dentre os 11 escravos africanos de Nação Angola batizados, fossem eles homens ou mulheres adultas, ou crianças, em relação a 9 deles, os registros declaram a presença de padrinhos livres, assim como em todos os registros de batismos constam a presença do padrinho e da madrinha. A condição de liberdade talvez conferisse valor ao sacramento e, além disso, a relação entre cativos e padrinhos livres, provavelmente, proporcionava maior proteção e horizontes de possibilidades mais largas.

No que diz respeito aos escravos africanos adultos, alguns registros chamaram nossa atenção: um deles foi o de João de Nação Congo, propriedade de Joaquim Gonçalves Pimenta, mas apadrinhado por Antônio Gonçalves Firme, em 16 de novembro de 1826. Além da ausência de uma madrinha, intriga-nos o registro feito pelo o reverendo Francisco Ferreira da Rocha, na certidão: “Batizei condicionalmente por haver dúvida a João de Nação Congo”⁹⁷. Qual seria a

⁹⁵ FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 92.

⁹⁶ HONORATO, Cláudio de Paula. **Valongo: O mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008. p. 62. “A partir do século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se o maior importador de mão-de-obra africana das Américas e grande centro distribuidor de todo o Brasil. Sabendo-se que entre 1790 e 1830 pelo porto carioca tenha entrado para o Brasil 17.023 africanos pode se concluir que o volume de importações brasileiras através do porto carioca tenha sido o maior do mundo, pois era superior aos 14.500 escravos que anualmente cruzavam o Sahara para os países árabes, segundo o maior fluxo de cativos do mundo no século XIX. [...] Sendo sua distribuição feita por via marítima ou terrestre (tropas) para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Norte Fluminense. Minas Gerais desde o início do século XVIII, com o incremento da mineração torna-se um dos grandes polos da demanda por escravos africanos desembarcados no porto carioca. Mesmo, diante da crise da mineração em meados do século XVIII, a economia mineira (ao contrário do que se diz a historiografia anterior), reorientou-se para a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento demográfico foi notável a partir de 1760.”

⁹⁷ Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 1. p. 10. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

dúvida: se ele já tinha recebido o sacramento do batismo, ou não; se o nome dele seria esse, ou se a origem seria essa?

Encontramos, nos documentos, outros quatro inocentes que vieram do continente africano: Joanna de Nação Angola, 4 anos, e José de Nação Angola, 11 anos, cujas idades constam somente em dois documentos. Outros dois, Romão e José, ambos de Nação Angola,⁹⁸ não tiveram suas idades identificadas. Joanna e José, pertencentes ao senhor Francisco da Silveira, foram batizados no sábado, dia 1 de novembro de 1823 e o padrinho de Joanna foi Manoel Joaquim da Silveira, homem livre, e a madrinha identificada apenas como Joanna. Não seria impróprio pensar que, quando o reverendo lançava nos livros de registros de batismos alguém constando somente o primeiro nome, referia-se a pessoas cativas, libertas, forras ou, quem sabe, até mesmo a pobres livres. Da mesma forma, é bem perceptível, nesses registros – por meio de textos melhor elaborados e mais ricos em informações – a separação dos padrinhos da camada de pessoas abastadas, autoridades e proprietárias, dos pertencentes a estratos inferiores.

Já que cativos eram considerados bens materiais, ou “coisas” de algum valor, os inventários, alguns já citados anteriormente, também foram um grande aporte para nossos estudos. Como exemplo, o documento resultante do falecimento do senhor Francisco da Silveira, no dia 2 de outubro de 1826, no qual, dentre os bens, foram inventariados quatro cativos: Joaquim de Nação Moçambique, 17 anos; José de Nação Moçambique, 16 anos; Joana de Nação Angola, 18 anos, e Jerônima Crioula, de apenas 2 meses. O cruzamento das informações contidas em ambas as fontes sugere evidências ou, pelo menos, interpretações possíveis: se os escravizados Joanna de Nação Angola, 4 anos, e José de Nação Angola, 11 anos, batizados no dia 1 de novembro de 1823 e registrados como “escravos” no documento batismal, aparecem em outra documentação, três anos após, mas não foram inventariados no rol do falecido, época em que estariam com 7 a 14 anos, respectivamente, teriam sido vendidos? Ou compraram suas alforrias? Por outro lado, consta, entre os cativos inventariados, indícios de formação de uma jovem família, pois se o Joaquim ou o José de Nação Moçambique, ambos em idade de serem pais, tivessem se unido à escrava Joana de Nação Angola, 18 anos, Jerônima crioula, de 2 meses, poderia ser filha de um desses casal. Numa outra hipótese, Joaquim, o escravo mais velho desse plantel, tornou-se o parceiro de Joana de Nação Angola e deram à luz a recém nascida.

⁹⁸ Ibid., p. 135 e 135 verso.

Em outros dois registros de batismos de africanos cativos, por nós analisados, aparecem José de Nação Angola e Romão de Nação Angola, cujas idades e nomes dos pais não constam,⁹⁹ batizados na data de 5 de setembro de 1824. José teve como padrinhos Manuel Vicente Garcia e Rosa Maria e, nesse caso, sabemos que ambos eram livres, pois se fossem cativos, forros ou libertos, essa situação seria registrada, constando, inclusive, seus proprietários, e Romão foi apadrinhado pelo escravo Feliz Crioulo, junto à madrinha Maria Crioula. Como vimos anteriormente, de acordo com os sentidos do sacramento do batismo, os padrinhos, na ausência dos pais, seriam os responsáveis pelos afilhados para o resto da vida. José e Romão pertenciam ao senhor Thomaz José de Miranda Porto, que não se furtou a leva-los até a Igreja Matriz para serem batizados, o mais rápido possível.

Tomando como exemplo as senzalas do senhor Miranda Porto, prosseguimos, analisando seu inventário e vimos o seguinte:

Inventario do que se procede em morte dos bens do finado Thomaz José de Miranda Porto, casado com sua mulher Dona Sebastiana Maria do Espírito Santo, em razão de haver filhos seus legítimos maiores e menores moradores que foi neste Districto e Termo da Villa do Uberaba, na Fazenda denominada Badajo. Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jezuz Christo de mil oitocentos e quarenta e tres annos Vigésimo Segundo da Independencia do Imperio do Brasil aos vinte e oito dias do mes de Junho do dito anno [...]¹⁰⁰

A esposa do falecido, Dona Sebastianna Maria do Espírito Santo, no dia 28 de junho de 1843, inventariou todos os bens do marido e, na ocasião, foram arrolados vinte escravos: José de Nação; Romão de Nação; Joaquim de Nação, sapateiro; Antônio de Nação; José de Nação, oficial de carapina; Justino Crioulo; Francisco Crioulo, carreiro; Libano Crioulo; Manoel de Nação; Antônio Crioulo, 10 anos; Anna Crioula; Joanna de Nação; Marianna de Nação; Frutuosa Crioula; Anna de Nação, (“consta que essa escrava é falecida”); Paulina Parda; Eva de Nação; Chrispiniana Crioula; Luísa Crioula e Joaquina Crioula. Dentre os escravizados, constam dois com o nome de José, ambos de nação, e um outro com o nome de Romão de Nação, batizado em 5 de setembro de 1824, porém seus padrinhos, na época, ambos escravos, não constam nesse inventário. Talvez por serem de outro proprietário, por motivo de morte, ou, quem sabe, já haviam sido vendidos. Já o cativo José Angola, consagrado na mesma data, parece ser um dos cativos com o nome de José de Nação, listados no inventário de 1843.

⁹⁹ Ibid., p. 147.

¹⁰⁰ Inventário da Secretaria da 1ª Vara Civil. Caixa: 101. p. 1 e 1 verso. 28 de junho de 1843. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Do primeiro inventário para o segundo, 11 anos se passaram e, em 3 de junho de 1854, da viúva, foram inventariados, entre outros bens materiais, 14 escravizados do seu plantel: Lucas Crioulo, 60 anos; Maria de Nação, 50 anos, esposa de Lucas Crioulo; José Carapina de Nação, 40 anos; Joaquim de Nação, 60 anos, sapateiro; Romão de Nação, 45 anos; José de Nação, 60 anos; Francisco Crioulo, 36 anos; Francisco de Nação, 30 anos; Antônio de Nação, 35 anos; Manoel Crioulo, 12 anos; Amaro Crioulo, 7 anos; Rugerio Crioulo, 9 anos; Epifânio Crioulo, 8 anos e Ezequiel Crioulo, adoentado 9 anos.¹⁰¹ Dos escravos que constavam no inventário de 1843, seis cativos ainda compartilhavam a mesma senzala, em 1854, exceto o casal Lucas Crioulo e Maria de Nação que, provavelmente, foram alforriados. Dos 14 inventariados, a única mulher é Maria de Nação e isso nos leva a crer que alguns desses rebentos – os de 12 a 7 anos – poderiam ser filhos do casal.

Com base nos documentos, podemos aventar a ideia de que, desde a época do batismo, setembro de 1824, até o inventário de 1854, José de Nação Angola e Romão de Nação Angola, compartilharam, durante 30 anos, trabalho, castigo, danças e crenças e experimentaram o cotidiano e seus afetos, alegrias, suores e dores nos campos da *Geraes*, nas senzalas da fazenda Badajós, composta por moradas coberta de telhas, paiol, engenho de canas, senzalas, moinho, monjolo, currais de pedra e cerca de aroeiras e manga.

Os registros mostram que não há uniformidade, nem é possível estabelecer uma regra: em muitas vezes, os padrinhos ou madrinhas eram cativos, como foi o caso do batismo de Romão de Nação Angola, em outras, eram livres. Essas situações diferentes nas “escolhas” nos levam a perguntar: as preferências por padrinhos livres seriam propositais? Ou quem sabe, além de afinidades, solidariedade e proteção estariam pensando em possibilidades para outras oportunidades e, talvez, em uma futura carta de alforria? Será que os escravizados escolhiam os seus padrinhos?

Com o olhar em outra presença na pia batismal, contatamos que as redes de sociabilidades de compadrio e o parentesco espiritual estiveram presentes também em 26 de setembro de 1824, no batismo de Tereza, filha de José Benguela e de Maria Congo, escravos pertencentes ao senhor Jeronymo de Sá Cunha. Os padrinhos da criança foram os escravos Joaquim Benguela e Catharina Crioula, propriedades de Manuel Nunes da Silva.¹⁰² Considerando que compadres e comadres viviam em senzalas e em fazendas diferentes, é possível pensar que nem mesmo a distância de uma porteira a outra impediram os laços de

¹⁰¹ Inventário da Secretaria da 2ª Vara Civil. Caixa: 280. 3 de junho de 1854. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

¹⁰² Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 1. p. 11. Acervo Arquivo Público de Uberaba.

amizade e companheirismo entre os cativos. Podemos sugerir também uma espécie de liderança comunitária exercida pelos escravizados escolhidos para padrinhos.

Já no caso do batismo de Pedro, filho de José Cabinda e Maria Cabinda, propriedades de Bernardo Alves, o padre Fortunato Dias de Miranda prosseguiu o sacramento sem a presença de uma madrinha, pois havia apenas o padrinho Fortunato, escravo de propriedade de Maria do Carmo.¹⁰³ Nesse caso excepcional, Pedro ficou sem madrinha e nós sem explicação para o ocorrido. Se fosse o caso de um batismo emergencial, provocado por morte eminente, não haveria a necessidade do ritual público. O que teria acontecido com a madrinha? Sendo escravizada também, não foi autorizada a comparecer a igreja? Caso tenha comparecido, o padre censurou a sua presença?

Mesmo a maioria dos padrinhos sendo composta por casais livres, percebemos também relações de compadrio entre africanos e crioulos, forros e cativos, como no caso de Victoria, escrava filha legítima de Manuel Benguela e Josefa Rebolo, batizada no dia 13 de janeiro de 1822, pelo vigário Antônio José da Silva e apadrinhada pelos escravos Salvador Crioulo e Maria Crioula.¹⁰⁴ O mesmo vigário, no dia 4 de janeiro de 1824, batizou na Igreja Matriz, a escrava Barbara Crioula, filha natural de Cypriana Angola, ambas escravas do senhor Francisco Lopes do Nascimento. Levando em conta que a madrinha foi a cativa Joanna Crioula e o padrinho, o liberto Francisco, existia a possibilidade de, no futuro, esse padrinho facilitar a vida da afilhada, ajudando a abrir caminhos e quem sabe até comprar a sua liberdade. Ainda que a historiografia destaque o potencial de conflitos entre as etnias vindas da África e entre elas e os escravizados nascidos no Brasil, e mesmo que os “sobrenomes” não permitam identificar os territórios originários dos africanos, é razoável sugerir que, nessa região, a predominância tenha sido de homens e mulheres dos povos bantu,¹⁰⁵ trazidos da África Centro-Oeste.

Em relação à idade dos cativos para o casamento, o historiador Jonis Freire, revelou que:

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que, no sacramento do casamento, “O Varão para poder contrahir Matrimônio, deve ter quatorze anos completo, e a femea doze anos também completos salvo quando antes da dita idade, constar, que tem descrição, e disposição bastante que supra a falta daquela”. Diziam também que o senhor não poderia impedir o casamento com ameaças ou maus-tratos e os cativos podiam contrair matrimônio com pessoas de igual

¹⁰³ Ibid., p. 14.

¹⁰⁴ Ibid., p. 118 verso e 119.

¹⁰⁵ Ver MELLO E SOUSA, Marina. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa da coroação do Rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002; REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

situação ou livres. Aquele sínodo diocesano determinava ainda que não se deveria separar por venda os escravos casados. Entretanto, ao mesmo tempo em que lhes dava esses “direitos”, assim como no caso dos batismos, a Igreja determinava que eles não saíam de sua condição de escravizados e permaneceriam pertencendo a seus senhores. Mesmo casados com pessoas livres ou libertas, viam-se obrigados a lhes prestar serviços.¹⁰⁶

Os registros de batismo ou de casamento e as relações de compadrio, de certa forma, conferiam aos cativos um “reconhecimento” social e, também, na comunidade, algum compromisso, considerando as desigualdades nas relações.

Na década que convencionamos chamar de primeira, foram batizados, sem identificação de pais, 26 escravizados crioulos adultos, assim distribuídos: casais de padrinhos crioulos, 8; somente com a presença de um padrinho crioulo, 4; padrinho livre sem a presença da madrinha, 5; proprietário e, ao mesmo tempo padrinho, 1; casais de padrinhos livres, 7 e casal de africano de Nação Rebolo com crioula cativa, 1. Os crioulos cativos tiveram como padrinhos 13 pessoas livres e um deles fugia aos padrões dos outros batizados: na sexta-feira, do dia 4 de novembro de 1825, o padre Zeferino Batista, batizou Domingos e o padrinho do crioulo foi o senhor Quintiliano José Campos, também era o proprietário do cativo.¹⁰⁷ Não era comum, pelo menos na Bahia e na região do semiárido mineiro, senhores apadrinharem os seus escravos. Segundo Tarcísio Rodrigues Botelho, em seu artigo *Batismo e compadrio de escravo: Montes Claros (MG), século XIX*:

Os poucos estudos sobre o apadrinhamento e compadrio entre os escravos brasileiros apontam para conclusões diferentes, evidenciando as várias opções que fizeram os cativos brasileiros, de acordo com a herança histórica e a realidade social a que estavam submetidos. Para a Bahia, Stuart SCHWARTZ, ao estudar duas paróquias do Recôncavo Baiano, mostrou que os senhores não apadrinhavam os filhos de seus escravos, embora 70% dos padrinhos fossem livres e apenas 20% fossem cativos. Para o autor, a prevenção dos escravos em ter o senhor como padrinho de seus filhos era resultado do conflito entre o caráter libertador do batismo (o acesso ao Reino de Deus, a vida eterna) e o caráter opressor do escravismo. A escolha de pessoas livres trazia a vantagem de se ter um padrinho ou compadre livre nas imediações para servir de intermediários em conflitos com o senhor.¹⁰⁸

Percebemos que os batismos de escravos adultos, mesmo sem a presença dos pais, aconteciam, provavelmente, a partir da formação de laços de amizade, solidariedade e de

¹⁰⁶ FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 168.

¹⁰⁷ Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 1. p. 165 e 165 verso. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

¹⁰⁸ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX**. Artigo. p. 109-110.

parentescos espirituais que se confirmavam por meio desse sacramento, ou visando à construção dele. Exemplo disso consta nas senzalas de propriedade do senhor Thiago Francisco Maria, onde, numa segunda-feira, dia 18 de outubro de 1824, o cativo crioulo Pedro foi batizado por Joaquim Crioulo e Maria Crioula e o cativo crioulo Miguel, por João e Jacinta também crioulos.¹⁰⁹ É possível concluir que realizar sacramentos no mesmo dia, provavelmente, resultaria em economia de tempo e de alguns gastos para o proprietário, já que ocorreram na Capela de Dores do Campo Formoso (atual município de Campo Florido), no Distrito e Freguesia de Dores do Campo Formoso, Termo da cidade de Uberaba, onde também se localizava a fazenda denominada Boa Vista, propriedade de Thiago. Ao mesmo tempo, podemos supor que o padre Zeferino Batista se deslocou daqui para essa freguesia, montado em um burro ou a cavalo, e percorreu cerca de 75 quilômetros, em um dia, para realizar batismos coletivos.

Em 16 de outubro de 1825, Joaquim Crioulo, propriedade do senhor Antônio d' Araújo, foi batizado por Antônio Crioulo e a escrava Pulcheria Cabra.¹¹⁰ Mais adiante, detalharemos mais sobre a família dessa cativa e as suas relações de compadrio.

Os documentos da igreja Matriz, dois batismos revelaram possíveis relações entre compadres, comadres e afilhados, envolvendo moradores de senzalas/ fazendas diferentes e desvelando laços de amizade e parentesco entre os cativos: Joaquim Crioulo, adulto, nasceu nas senzalas de propriedade de Quintiliano José dos Campos e foi batizado em 4 de novembro de 1825, pelo cativo Euzébio Mulato, escravo do vigário Antônio José da Silva. Na mesma fazenda, nasceu Antônio Crioulo, batizado na mesma data, apadrinhado pelo cativo João Crioulo, de propriedade de Januário Luís da Silva. Ocorre que, no inventário de Januário, datado de 22 de junho de 1858,¹¹¹ observamos, dentre os bens inventariados, oito cativos, incluindo João Crioulo, de 60 anos, o mesmo que foi padrinho de batismo de Antônio Crioulo, em 1825, quando, possivelmente, estava com 33 anos de idade.

O plantel de escravos que vivia nas senzalas da propriedade do senhor Januário Luís da Silva contava com os seguintes cativos: João Crioulo, 60 anos; Adão Crioulo, 38 anos; Fortunato de Nação, 38 anos; Delfina de Nação, 40 anos; Thomé Crioulo, 9 anos; Ildefonso Crioulo, 8 anos; Barbara Parda, 11 anos e Claudina Crioula, 1 ano e 6 meses. Analisando esse grupo e as relações verificadas na documentação de inventário *post mortem*, tudo indica a

¹⁰⁹ Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 1. p. 52. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

¹¹⁰ Ibid., p. 160.

¹¹¹ Inventário da Secretaria da 1ª Vara Civil. 22 de junho de 1858. Caixa: 115. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

presença da família escrava e uma plausível constituição de três gerações de cativos, vivendo, pelo menos, 33 anos juntos. Nesse caso, o escravo João Crioulo, sexagenário, tinha idade para ser pai, ou avô, de todos eles e um dos cativos, do sexo masculino e com 38 anos, poderia ser casado com a escrava Delfina e ambos seriam os pais de Barbara Parda e de Claudina Crioula.

Reforçando que os laços de companheirismo entre compadres e comadres se constituíram no dia a dia do cativo, concretizando mais ainda antigos vínculos que se transformaram em uma família expandida na pia batismal,¹¹² encontramos o registro de 6 crioulas adultas batizadas, sem identificação dos pais, e apadrinhadas por três casais de pessoas livres e outros três, por crioulos escravos. Além desses, no dia 26 de abril de 1824, na Igreja Matriz, Maria Crioula foi batizada por Pedro Crioulo e Rosa Crioula.

Ainda em relação ao primeiro período analisado, de 1816 até 1829, dos 212 batismos, 101 foram meninas crioulas, com prováveis idades de 0 a 10 anos. No mesmo período e igualmente sem identificação de pais, constam 111 crianças crioulas do sexo masculino batizadas, provavelmente na mesma faixa etária.

Os pais com filhos legítimos somaram a quantia de 56 casais. Os filhos legítimos batizados das uniões entre crioulos foram 34 e, dentre esses crioulos, 12 casais escolheram pessoas da mesma condição para apadrinharem os seus filhos. Mais uma vez, podemos inferir que a convivência e as redes de solidariedade e sociabilidade criadas no cativo motivaram tais preferências e ilustramos com outro exemplo: convivendo todos, na mesma fazenda, conforme os registros, Leandro Crioulo, filho legítimo de Manuel Crioulo e Joanna Crioula, foi batizado no dia 15 de junho de 1825,¹¹³ e teve por padrinhos Antônio Crioulo e Maria Crioula.

Numa outra perspectiva, constatamos que a maioria dos casais crioulos e crioulas escolheram padrinhos livres para batizarem seus 22 filhos, tal como no primeiro batismo de escravo que encontramos, o do inocente Estevão Crioulo cujos padrinhos eram pessoas livres. Isso indica uma diminuição do número de africanos disponíveis. Mas também pode ser um indício da perda de prestígio numa comunidade negra majoritariamente crioula.

Outra combinação híbrida também foi possível, como os crioulos que “escolhiam” padrinho livre e madrinha liberta para batizarem seus filhos, ou três padrinhos, sem a presença de madrinhas. Por exemplo, em 15 de janeiro de 1826, Luiza Crioula, filha legítima de Salvador Crioulo e Francisca Crioula, foi batizada por Joaquim Ferreira de Menezes, que estava sozinho na pia batismal, e, além de proprietário tornou-se também o padrinho de Luiza.¹¹⁴

¹¹² Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 1. p. 143. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

¹¹³ Ibid., p. 155 verso.

¹¹⁴ Ibid., p. 168 e 168 verso.

Dentre as diversas informações dos registros, levantamos também os seguintes dados, em relação aos 11 batizados dos filhos legítimos dos escravos de Nação, cujos casais assim foram formados: uniões entre escravos de Nação Angola, 4; Angola com Congo, 1; Cabinda com Cabinda, 1; Congo com Congo, 1; Benguela com Benguela, 2; Benguela com Congo, 1 e Benguela com Rebolo, 1. Nesse levantamento de fontes, entre os cativos africanos, os negros de Nação Angola foram os que, em maior quantidade, levaram seus filhos até a pia batismal.

Os historiadores Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), com relação ao compadrio e ao casamento, atentam para a proteção social e para o vínculo espiritual, ao ressaltarem o seguinte:

Se o sentimento de ser membro de uma família se estendia aos padrinhos, como acreditamos, é possível acrescentar à rede de escravos aparentados os laços criados pelo batismo cristão. De fato, o compadrio é uma relação parental de base espiritual, mas nem por isso menos importante do que aquelas de outros tipos, como as de base consanguínea ou o parentesco por meio de alianças matrimoniais, por exemplo, sobretudo no âmbito de uma sociedade em que o cristianismo a tudo plasma. O mesmo vocábulo designava o pai espiritual e guia dos mistérios de Deus e o eventual protetor no mundo cá de baixo, do cativo. O sacramento do batismo foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútuas.¹¹⁵

Os escravos da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, provavelmente, por meio das relações de compadrio, também constituíram o “sentimento de membro de família” mediante os laços criados pelo batismo cristão. Tanto os africanos como os crioulos procuraram, cada vez mais, se fortalecer, buscando nas “relações parental de base espiritual” caminhos para alimentarem seus sonhos de reconstituir suas vidas, no difícil dia a dia, em cativo. Passar, se possível, pelo sacramentado, na pia batismal, para criar e aumentar seus “laços de proteção e ajuda mútua” era a chave para suportarem “o mundo cá de baixo” da escravidão.

Nos registros de batismos pesquisados, percebemos alguns aspectos das relações estabelecidas entre escravizados de Nação, crioulos, libertos, forros e livres que se fortaleceram, na pia batismal. Nossas fontes nos mostraram que as relações formadas por meio do compadrio associam-se com os estudos e as observações feitas pelo historiador Robert W. Slenes:

[...] Finalmente, têm se apresentado dados qualitativos sugerindo que a constituição de famílias (inclusive extensas, incorporando pessoas não aparentadas) interessava

¹¹⁵ FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. **A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 91-92.

aos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro. Destacando aqui os estudos sobre o compadrio escravo, que têm complementado os trabalhos sobre os laços consanguíneos e afins, ainda excessivamente concentrados sobre a família “nuclear” ou “conjugal” [...] ¹¹⁶

O historiador trouxe para as discussões os estudos relevantes de Stuart Schwartz, acerca do Recôncavo Baiano, no período do Brasil Colonial, atestando a sua importância para os nossos debates.¹¹⁷

Para além das relações presumidas de família nuclear ou conjugal, tal como concebida nos padrões burgueses, são esses laços desvelados na documentação coligida que sinalizam para práticas de sociabilidade, de solidariedade e de sobrevivência, verificadas e a serem imaginadas, porém sabemos da violência e das atrocidades, durante o período da escravidão brasileira, tal como adverte Slenes:

É importante frisar que os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão, nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema constituído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos.¹¹⁸

A historicidade do sistema é relevante, até porque os estudos ajudam, inclusive, a esclarecer as relações afetivas como a dos escravizados José de Nação Benguela e sua mulher Marianna de Nação Benguela e da escrava Pulcheria Cabra, casada com o cativo Manuel Bento Cabra. Todos constituíram suas famílias e suas redes de solidariedades e de sociabilidades, convivendo com os filhos e outros companheiros de cativeiro, utilizando estratégias de sobrevivência para permanecerem unidos, nas senzalas da chácara Boa Vista.

O período seguinte, considerado, nesta pesquisa, a segunda década, refere-se à documentação relativa à data de 1 de janeiro de 1830 até outubro de 1837, período em que mais se registraram batismos, na freguesia, considerando que as cativas e os cativos levaram 309 filhos até a pia batismal para receberem os sacramentos.

¹¹⁶ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44.

¹¹⁷ Ibid., p. 44-45. do conflito [entre as “ideologias da Igreja e do escravismo” e entre senhores e cativos] (...) resultou uma série de concessões que permitiram aos escravos ter sua própria vida e criar famílias e redes de parentescos. Ainda que sempre ameaçadas pelo próprio caráter da instituição (...) tais criações possuíram um importante significado em suas vidas.

¹¹⁸ Ibid., p. 45.

Revelados pelos respectivos nomes (ou sobrenomes), detectamos que africanos e africanas de origem do Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Angola e Rebolo eram mais comuns entre os negros e negras escravizados e escravizadas. Crioulos e crioulas já eram numerosos e na documentação aparecem como pais e/ou mães de cativos/as batizados/as. Ainda mais numerosa, relativamente, no período, é a quantidade de batizados/as, filhos naturais de mulheres cativas. Podemos pensar que o sacramento do casamento da igreja católica, na época, estaria se consolidando a partir da sua fundação, da liturgia e de seus quadros institucionais.

No âmbito da escravaria, o ritual do casamento católico que se tornaria mais costumeiro entre os cidadãos, seria menos usual e seu registro talvez ainda tivesse menor valor, nas comunidades cativas. Particularmente em relação às mulheres escravizadas, é digno de nota o registro de filhos naturais, que revela o descompromisso com a responsabilidade e a norma dos pais legítimos e, não menos importante, a filiação não-assumida ou abusiva de cidadãos proprietários de terras e de corpos cativos.

Na documentação referente ao período, 169 mães com filho natural identificadas foram as que mais levaram os seus filhos para serem batizados: 143 eram designadas como crioulas com filho natural e 26 mães africanas com filho natural, divididas em 3 cativas de Nação Benguela, 4 de Nação Congo, 1 de Nação Moçambique e 18 de Nação Angola.

Também observamos que as escravas de Nação Benguela e Congo tiveram seus filhos apadrinhados por homens e mulheres livres. Já a única mãe de Nação Moçambique preferiu padrinhos africanos, conforme o registro: na sexta-feira do dia de São João, 24 de junho de 1836, a escrava Maria Rosa de Nação Moçambique levou o seu filho Tobias Crioulo à pia batismal da Igreja Matriz da Vila de Santo Antônio de Uberaba e escolheu como padrinho e madrinha os escravos Raphael de Nação Angola e Joaquina Moçambique, pessoas de sua terra natal e companheiras de cativeiro.¹¹⁹

Uma leitura atenta em relação às identidades que expressam, sobretudo, locais de origem, nos permite enxergar as novas parentalidades, ainda marcadas por nomes de portos e de regiões africanas, quando não nascidos aqui, desvelando designações que exibem a diversidade dos encontros culturais e dos cruzamentos étnicos ocorridos.

Considerando a década seguinte, observamos, nos registros, que, entre os anos de 1840 a 1848, foram batizados mais de uma centena de escravizados crioulos e africanos, totalizando 124 escravizados: os crioulos inocentes batizados somaram a quantia de 75 e as inocentes crioulas 47, além de 2 escravos adultos de Nação. As mães com filho natural somaram a quantia

¹¹⁹ Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 2. p. 73 verso e 74. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

de 62, dentre elas 11 escravas de Nação e as crioulas, em número de 51. Com relação aos pais dos batizados, constam: das uniões entre escravos crioulos com escravas crioulas, foram batizados 29 rebentos; os africanos de Nação casados com escravas crioulas batizaram 17 filhos; os crioulos casados com africanas de Nação são em 5; as uniões entre os escravos de Nação, foram 6 e os batizados cujos pais não constam somaram 4. Uma relação pouco frequente, aparece em um registro, no qual consta 1 homem livre casado com uma escrava crioula.

Em nossos estudos, é possível perceber as estratégias dos escravizados ao escolherem, ou negociarem, preferencialmente, pessoas livres para serem os padrinhos dos seus filhos, pois, muitas vezes, os benefícios aconteciam no ato do sacramento. Assim aconteceu com o filho natural da escrava Eugênia Crioula, o escravo Antônio Pardo, que foi levado, no dia 20 de agosto de 1843, para ser batizado. Ambos eram propriedade do vigário Antônio José da Silva e os compadres escolhidos, o coronel Carlos José da Silva e sua mulher, Dona Maria Marcelinna de Jesus, libertaram a criança na Pia Batismal:¹²⁰

Aos vinte de Agosto de mil oitocentos e quarenta e tres baptisei e puz os Santos Oleos a Antonio, inocente, pardo filho natural de Eugenia, creoula, escrava do Reverendo Vigario Antonio Jose da Silva que me declarou o baptisasse por fôrro logo que viesse a receber este Sacramento. Foram padrinhos o Coronel Carlos Jose da Silva e Dona Maria Marcelina de Jesus.

O Padre Francisco Ferreira da Rocha

O Vigário Antonio Jose da Silva¹²¹

Não era incomum que os padrinhos pudessem conferir a liberdade para seus afilhados e tal perspectiva poderia, de fato, funcionar como um horizonte de liberdade para a mãe e/ou pai cativo em relação aos filhos. Cruzando, novamente, os registros da documentação, observamos que a partir de 7 de outubro de 1839 até 27 de dezembro de 1887, nos livros do Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Marcio Fontoura, dentre as 204 Cartas de Liberdade, em duas registrou-se também a mesma situação: no dia 10 de novembro de 1841, Maria Crioula, com aproximadamente 5 meses de idade, filha dos cativos Tristão Crioulo e

¹²⁰ Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Caixa: nº 130. 20 de agosto de 1843. p. 58 verso. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

¹²¹ Paróquia do Sagrado Coração de Jesus – Catedral. Batizados – Livro Nº 3. 18 de outubro de 1841 a 21 de setembro de 1851. (PSCJ). (Digitalização Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Isabel Angola, de propriedade de Manoel Simões de Sousa e Maria Angélica de São José, recebeu sua Carta de Liberdade, pelos seguintes motivos:

o fato de terem recebido de José Rodrigues Ferreira, padrinho da escravinha, a quantia de cinquenta mil réis e também pelo amor que eles lhe tinham. Porém, a libertam com a condição de acompanhá-los enquanto forem vivos, para bem educar, criar, ensinar a doutrina cristã, a boa moral e um ofício.¹²²

Passados quatro anos, os senhores Manoel Simões de Sousa e a sua mulher Maria Angélica de São José deram “liberdade” para o seu escravo José Crioulo, de aproximadamente 1 ano, filho do mesmo casal. No registro, não constam os nomes dos padrinhos e o batismo ocorreu pela mesma razão. O padrinho do escravo José Crioulo pagou cem mil réis, quando o escravo estava com 6 meses, com a condição de lhe criar, educar, ensinar a doutrina cristã, a boa moral e os ofícios necessários à sua manutenção, após a morte dos seus senhores.¹²³ Podemos inferir que o padrinho de José Crioulo, provavelmente, é o mesmo da sua irmã e, mesmo com as imposições da “Carta de Liberdade”, para esses cativos, viver com os padrinhos pode ter sido menos doloroso do que viver com seus senhores.

Voltando à análise em relação às décadas definidas no período de 16 de dezembro de 1854 até 11 de dezembro de 1859, foram registrados 130 batismos de escravizados, assim distribuídos: filhos legítimos de escravos batizados, 46 e filhos naturais de mães crioulas, 84. Dos 46 escravos batizados acompanhados com pai e mãe, conforme consta nos documentos, 30 eram filhos legítimos de cativos crioulos e 16, de escravos africanos, ou seja, os pais foram identificados nos registros. Foram 13 os filhos legítimos de escravos africanos casados com escravas crioulas e também mais 2 filhos de casais de cativos africanos casados com escravas africanas, cujas nações não constam.

No dia 7 de novembro de 1831, foi decretada, pelo Ministro da Justiça do Império do Brasil, Diogo Antônio Feijó, a lei que proibiu a importação de africanos para o Brasil e declarava livres todos os que, por ventura, fossem traficados para o país na condição de escravos a partir da data de sua promulgação.

Nesse contexto, fizemos breve análise nos documentos de inventários *post mortem* na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, no período de 18 de novembro de

¹²² Livro Nº 2 do Cartório do 2º Ofício de Uberaba de Notas, Escrituras e Procurações – Fúlvio Marcio Fontoura. 10 de novembro de 1841. p. 23 e 23 verso. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

¹²³ Livro Nº 4 do Cartório do 2º Ofício de Uberaba de Notas, Escrituras e Procurações – Fúlvio Marcio Fontoura. 15 de novembro de 1845. p. 24 e 24 verso. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

1815 a 24 de abril de 1888, com o objetivo de ver se a lei de 1850 interferiu no crescimento, ou no declínio de africanos para a região. Apesar de termos pesquisados em 903 inventários da 1ª e 2ª Vara Civil, no período de 18 de novembro de 1815 a 24 de dezembro de 1850, e de identificarmos 1.015 escravos crioulos e crioulas e 617 africanos e africanas, estamos cientes da necessidade de um estudo mais profundo e detalhado, cruzando informações de outros documentos para atingirmos objetivos mais pontuais.

Prosseguindo nesses documentos, confirmamos que de 11 de fevereiro de 1851 a 24 de abril de 1888, os escravos crioulos e crioulas somaram a quantia de 3.357; os africanos e africanas, 465 e que o número de africanos e africanas diminuiu para 152 escravizados. Ainda nesse breve estudo, feito apenas nos documentos de inventários, de 18 de novembro de 1815 até 24 de abril de 1888, encontramos o total de 4.372 escravos crioulos e crioulas e 1.082 africanos e africanas.

Da mesma forma, fizemos também um breve estudo nos documentos de inventários *post mortem* da 1ª e da 2ª Vara Civil, com relação aos infantes inventariados a partir do dia 9 de maio de 1819 até 24 de dezembro de 1850, e encontramos 433 meninos crioulos e crioulas. Após o dia 11 de fevereiro de 1851 até 24 de abril de 1882, foram inventariadas 1.020 crianças crioulos e crioulas. Dentre os 903 inventários pesquisados, o maior número encontrado foi de nascidos nas senzalas da fazenda da Barra, um plantel que contava com 63 escravizados e, das uniões entre escravos crioulos/as e africanos/as, foram gerados 26 crioulos e crioulas.¹²⁴

Em mais um caso de concessão de liberdade, na pia batismal, temos a escrava Ambrosina Crioula, nascida em 7 de maio de 1858 e sacramentada pelo reverendo Manoel Camilo Pinto. Conforme consta na certidão, a menina era filha natural da cativa Ritta Parda, o batismo ocorreu no dia 20 de junho de 1858 e os padrinhos foram Joaquim Rodrigues do Amorim e sua mulher Miguelina Maria de Jesus:

Aos 20 de Junho de 1858, nesta Freguesia de Santo Antonio e São Sebastião de Uberaba, do Bispado de Goiás. Batizei solenemente com licença Paroquial a inocente Ambrosina, que nasceu em 07 de Maio, de dia, é filha natural de Ritta Parda. Escrava de Joaquim Lino Pereira, casado com Severianna Leocádia da Silva, moradores na mesma Freguesia. Cujas inocentes foram mandadas batizar, ficando liberta, como se nascesse de ventre livre. Com o consentimento da mesma sua mulher Severianna Leocádia da Silva. Sem prejuízo de suas legítimas herdeiras. Foram padrinhos Joaquim Rodrigues de Amorim e Miguelina Maria de Jesus, de que inteira validade assinasse comigo, a benfeitor da inocente, e o padrinho. Padre Manoel Camilo Pinto.

¹²⁴ Inventário da Secretaria da 1ª Vara Civil. Inventariante Anna Candida de Andrade e inventariado tenente-coronel Joaquim Theodoro de Miranda. 8 de agosto de 1865. Caixa: 285. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Como, benfeitor da inocente Joaquim Lino Pereira. Testemunha a servir de padrinho, Joaquim Rodrigues de Amorim.¹²⁵

Chamaram nossa atenção alguns batismos e um deles refere-se às filhas do casal de escravizados Joaquim Crioulo e Joaquina Crioula. Em 29 de agosto de 1858, dez dias após o nascimento, o casal levou a gêmeas, Benedita e Benta, para serem batizadas. Benedita Crioula teve duas madrinhas: Joaquina Norberto Ferreira e Placidina Maria de Jesus, ambas livres, e sua irmã teve como padrinhos o casal de escravos Pedro Crioulo e Silveria Crioula, propriedades do senhor Marcos Luís da Costa.¹²⁶ Pelo contexto, podemos observar que a família escrava fez laços na pia batismal tanto com os cativos, companheiros de senzala e na mesma posição social, quanto com pessoas livres e com melhores condições de vida.

Ao analisarmos outro rol de documentação, na qual constam os inventários de Dona Jesuína Maria de Jesus,¹²⁷ esposa do senhor Marcos Luís da Costa, falecida em 27 de fevereiro de 1860, encontramos os seguintes dados: Pedro de Nação, 40 anos; Joaquim de Nação 39 anos; Nicolau de Nação, 20 anos; Thereza, 28 anos; Maria Crioula, 13 anos; Benta Crioula, 1 ano e 6 meses; Benedita Crioula, 1 ano e 6 meses; Adão Crioulo, 25 anos; Luiz Crioulo, 22 anos; Elizeu Crioulo, 18 anos e Mariana Crioula, 44 anos. Consta também que todos os escravos da lista foram transferidos para a propriedade do viúvo – Marcos Luís da Costa – falecido em 1886. Não foi possível perseguir os destinos dos filhos de Mariana e Thereza, no entanto, é razoável inferir que os adultos tenham trabalhado para conseguir a liberdade dos mais jovens, em especial das gêmeas Benta e Benedita. O proprietário também pode ter deliberado por libertar alguns dos adultos com cláusulas condicionais de prestação de serviço.¹²⁸

Outro registro relevante é relativo à escrava Clara de Nação, 36 anos, e aos escravos Prudêncio e Prudenciano, seus filhos naturais, nascidos no dia 28 de abril de 1857 e batizados em 10 de maio do mesmo ano. De propriedade do capitão Joaquim Antônio Rosa, um dos senhores mais abastado e influente da região,¹²⁹ os meninos tiveram como padrinhos casais livres e de famílias de posses. Consta também que Clara, em 23 de novembro de 1862, teve

¹²⁵ Batismo da Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus. 20 de junho de 1858. Caixa: 130. Reprodução (xerox). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

¹²⁶ Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Livro nº 6. p 9 verso e 10. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

¹²⁷ Inventariante: Marcos Luís da Costa. Inventariado: Jesuína Maria de Jesus. 1ª Vara Civil. Caixa: 117. 27 de fevereiro de 1860. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

¹²⁸ Ver RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo.

¹²⁹ Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Livro nº 4. p 115 verso. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

mais um filho, batizado no dia 1º de dezembro de 1862.¹³⁰ O mais interessante foi termos encontrado, no livro nº 6 do Cartório do 2º Ofício, uma escritura de compra e venda de escravo, registrada no dia 22 de abril de 1867, na qual o proprietário vendeu a escrava Clara para Anna Angelina de Pinho, pela quantia de um conto e quatrocentos mil réis (1:400\$000).¹³¹ Passados três anos, no dia 20 de junho de 1870, outro registro importante relativo a Clara e seus filhos: o escravo Antônio Pardo, 4 anos, irmão de Prudêncio e Prudenciano, recebeu a Carta de Liberdade. Mesmo com todas as diversidades instituídas pelo sistema escravista, no dia 9 de março de 1881, Clara de Nação, seus filhos e os companheiros de cativeiro, por meio das relações de compadrio constituídas na pia batismal, conquistaram suas Cartas de Liberdade, “livre de qualquer condição ou ônus”,¹³² e sem nenhuma condição imposta para servir aos seus senhores e ou a qualquer outra pessoa.

Não é possível ler esses documentos sem considerar que, na década de 1870, já havia um debate jurídico consistente e controverso a respeito do direito à liberdade dos cativos idosos, dos parentes e dos filhos naturais de mulheres cativas ligados ao proprietário e mantidos como escravos por eles. De acordo com Eduardo Spiller Pena, as publicações especializadas em assuntos jurídicos divulgavam as decisões a inúmeros advogados e juízes, entretanto, parece frequente a negligência ou a premeditada omissão em relação a decisões que, já em 1859, desrespeitavam a jurisprudência e orientavam a manter o estado de escravidão. Segundo Pena, conforme os acórdãos de 1855, 1873 e 1875, alguns juízes:

[...] atentando mais para princípios morais do que para o respeito à lei, acharam procedentes as ações movidas por escravas e/ou seus filhos, que requisitaram a liberdade alegando algum grau de parentesco com o senhor. O jornal A Província de São Paulo, de 16 de janeiro de 1875, narrou um caso de apelação cível impetrada pela escrava Luisa, do município de Amparo, por meio de seu curador, encaminhada ao Tribunal da Relação de São Paulo (recém-fundado em 1874).¹³³

De acordo com as investigações realizadas, no período de 1860 a 1869 foram batizados 185 cativos. Os batizandoos crioulos totalizaram 98, as crioulas, 85 e 2 em cujos registros não constam o sexo. De acordo com as investigações realizadas até o momento, os documentos

¹³⁰ Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Caixa: 130. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

¹³¹ Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações – Fúlvio Márcio Fontoura. Livro nº 6, p. 75 e 75 verso.

¹³² Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações – Fúlvio Márcio Fontoura. Livro nº 6-A p. 2 e Livro 9, p. 49.

¹³³ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial, juriconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001. p. 224.

apontaram que as uniões entre os escravos crioulos e de Nação, cujos filhos eram legítimos e naturais, foram constituídos da seguinte forma: filho de escravo forro, com mulher livre: 1; filho de escravo liberto com escrava crioula: 1; filho que não consta o nome do pai nem da mãe: 1; filho legítimo de escravos crioulos com africanas: 2; filhos legítimos de escravos africanos com africanas: 5; filhos legítimos de africanos com crioulas: 15; filhos legítimos de escravos crioulos com crioulas: 40; filho natural de escravas africanas: 5; filho natural de escravas crioula: 115.

Outro exemplo significativo foi a escolha de um casal de crioulos, em relação aos padrinhos de sua filha: em 13 de junho de 1862, Maria Crioula, filha legítima dos escravos Francisco e Eva, foi apadrinhada por Theophilo de Lelis e Silva e Heduwirges de Lelis e Silva e, no registro de batismo, o reverendo vigário Carlos José dos Santos, fez a seguinte observação:

[...] E em cujo ato declararam os ditos José Rodrigues do Nascimento e Dona Joaquina Maria de Jezus, liberta dali em diante a inocente Maria, como se fosse de ventre livre. E por isso assinaram comigo José Rodrigues do Nascimento; arrego de Dona Joaquina Maria de Jezus, Joaquim Justino de Paiva e o Vigário Carlos José dos Santos.¹³⁴

É possível constatar, na leitura do documento de batismo, que o sacramento representou também a libertação de Maria, ou seja, o vigário exerceu sua autoridade eclesiástica, associado às testemunhas e aos proprietários José Rodrigues do Nascimento e Dona Joaquina Maria de Jezus, registrando ainda que, por não saber ler, nem escrever, Joaquim Justino de Paiva foi, a rogo de Dona Joaquina, para registrar não apenas o batizado, mas também a alforria da menina “dali em diante”. Pode ser que, nesse caso, no ato na pia batismal, os padrinhos, pessoas livres e de posse, tenham influenciado os proprietários dessa família escrava, a libertarem a criança.

Faz sentido pensar que, na década de 1860, o debate sobre a liberdade de cativos e de crianças, por meio da Lei do Ventre Livre, já estava aquecido, pois, segundo o historiador Bruno Miranda:

[...] em 1867, discutiu-se os famosos projetos de emancipação elaborados em 1866 por Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente, e elaborou-se um projeto único, com redação de Nabuco de Araújo, em 1868, que forneceu a base tanto de um projeto de liberdade do ventre apresentado à Câmara em 1870, mas igualmente da proposição

¹³⁴ Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Caixa: 130. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

ministerial de 1871 que finalmente foi aprovada em 28 de setembro daquele mesmo ano.¹³⁵

Com relação à Lei do Ventre Livre, a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo afirmou:

Em fins da década de 1860 e início da de 70, com o reconhecimento oficial de que a extinção da escravidão era apenas uma questão de forma e oportunidade, a inclusão da emancipação entre as reformas pretendidas pelos radicais do Partido Liberal e a decretação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), abre-se um período que se caracterizou pela propaganda abolicionista propriamente dita.¹³⁶

Azevedo ressalta, ainda, que a legislação era discutida não apenas com o intuito de construir a liberdade dos cativos, mas, sobretudo para conter o debate abolicionista e, de preferência, ganhar tempo para manter a exploração escravocrata:

A Lei do Ventre Livre tem sido tratada em geral pela historiografia como apenas mais uma manobra parlamentar que aquietava os ânimos abolicionistas e ao mesmo tempo garantia a força de trabalho escrava, visto que os senhores podiam contar com o trabalho compulsório dos ingênuos até os vinte e um anos de idade.¹³⁷

Em outra análise interessante sobre algumas mudanças provocadas pela citada lei a historiadora Cristiany Miranda Rocha asseverou que também a possibilidade de auferir um pecúlio daria aos cativos um horizonte possível para aplacar os anseios de liberdade:

[...] com relação à possibilidade de uma autoridade policial “obrigar” um proprietário a vender seus escravos, com base na vontade deles, faz-nos pensar sobre os efeitos que a Lei de 28 de Setembro de 1871 provocou nas relações entre senhores e escravos. Ao libertar o ventre das escravas, ao escolher os escravos a serem beneficiados pelo fundo de emancipação e ao legitimar o pecúlio do escravo, o Estado interferiu nessas relações tomando para si a prerrogativa de libertar cativos, que antes pertencia exclusivamente aos proprietários.¹³⁸

¹³⁵ MIRANDA, Bruno. **Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico do Império do Brasil**. Universidade de São Paulo/São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6799-9926>. Doutorando em História pela Universidade de São Paulo. p. 10.

¹³⁶ AZEVEDO, Celia Marinho. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 88.

¹³⁷ Ibid., p. 116.

¹³⁸ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 148.

Os debates acerca dos movimentos antiescravistas afloraram no cenário social brasileiro entre os anos de 1867 e 1871 e várias foram as discussões até a culminância da Lei do Ventre Livre. Dentre os diversos movimentos contrários a escravidão, Ângela Alonso ressaltou:

O terceiro movimento estruturante dessa conjuntura foi uma reforma modernizadora, levada a cabo pelo Partido Conservador, então na chefia do Executivo, como resposta à crise. A resposta expandiu o acesso ao ensino superior e as possibilidades de criação de jornais, ampliando os participantes e espaços de debates público no Brasil. Também aprovou a Lei do Ventre Livre, em 1871, que libertou os escravos por nascer e dilacerou a unidade dos conservadores.¹³⁹

Em relação à promulgação da Lei do Ventre Livre, ou Lei Rio Branco, em 28 de setembro de 1871, o historiador Jonis Freire salientou:

[...] Utilizando como interlocutora a obra de Machado de Assis, percebeu ele que “os negros haviam assumido atitudes mais firmes no sentido de obter sua liberdade”, sobretudo a partir do advento da lei de 28 de setembro de 1871 – a Lei do Ventre Livre, que significou um momento de crise e inflexão nas discussões sobre a escravidão no Brasil.¹⁴⁰

A Câmara Municipal de Uberaba, na sessão extraordinária de 4 de dezembro de 1871, informou o seguinte:

leio-se uma circular do Excelentíssimo Presidente da Província de 14 de Outubro proximo findo remetendo incluso a Lei 2.040, que declarou livres os filhos de mulher escrava. Deliberou a Camara que respondesse ao mesmo Excelentíssimo Senhor que ficou sciente e que tinha feito publico por editaes [...].¹⁴¹

Retomando a análise da documentação por décadas, observamos que não foram desprezíveis as uniões entre os cativos, que culminaram com os batismos, já que, de 6 de junho de 1870 a 11 de agosto de 1879, 148 foram registrados. Os batizando filhos legítimos somaram

¹³⁹ ALONSO, Ângela. **O Abolicionismo como Movimento Social**. Artigo resume a tese de livre-docência, flores, votos e balas: o movimento pela abolição da escravidão no Brasil, defendida na FFLCH-USP, em dezembro de 2012. *Novos Estudos* 100 – novembro de 2014, p. 126.

¹⁴⁰ FREIRE, Jonis. **Escravidão e a família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014. p. 245 e 246.

¹⁴¹ Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 4 de dezembro de 1871. Livro nº 2. p. 16 verso e 17.

37 e, dentre eles, 33 eram descendentes de escravos crioulos. Com relação aos batizandoos filhos legítimos de escravos de Nação, a maioria das uniões foi mistas e 4 rebentos foram batizados.

Destacamos mais uma curiosa situação, na qual uma única filha de africano foi batizada. Nascida em 15 de setembro de 1877 e sacramentada em 15 de novembro do mesmo ano, Eugênia Crioula era filha legítima dos cativos Ignacio africano e Luiza africana, sem identificação de Nação. Na cerimônia, realizada pelo vigário Carlos José da Silva, os padrinhos, Joaquim Ferreira de Rezende Baptista e Anna Umbelina de Jesus, eram pessoas livres e Joaquim foi padrinho por meio de procuração apresentada por João Antônio de Mello Costa.

Todos os filhos naturais batizados, tinham como mães escravas crioulas, demonstrando que a identificação foi se consolidando em relação ao território brasileiro. Nesse sentido, em mais uma análise de batizado, temos o caso da família do africano João Moleque e sua mulher Maria Crioula, ambos propriedade de Joaquim Antônio Rosa que, em 21 de março de 1880, levou sua filha Cândida Crioula para ser batizada pelo vigário Carlos José dos Santos, apadrinhada por José do Valle e Jerônima Crioula, escrava do alferes Joaquim Rodrigues de Barcellos.

Passados cinco anos, em 27 de maio, João e Maria Crioula levaram outra filha, Ubaldina, para ser batizada e os padrinhos foram Antônio Silvério Pereira e Dona Anna Christina da Silva ambos livres.¹⁴² Nessa época, Cândida já estava com 5 anos e, em nossa análise, o casal permanecia juntos, por meio dos laços criados no cativeiro. Além disso, considerando as datas dos dois batismos e os padrinhos, podemos pensar que isso propiciou, às crianças e aos pais, relações com diferentes padrinhos e madrinhas, já que dos quatro, três eram pessoas livres e uma, escrava.

Esses registros de batismo trazem à luz as relações que escravizados como João Moleque sua mulher Maria Crioula e as filhas constituíram, na pia batismal, com padrinhos livres e cativos. Não menos interessante foi detectar que no registro de batismo, de 1885, consta que João tinha o ofício/profissão de pedreiro e sua mulher de cozinheira.

Vislumbrando a possibilidade de se preencher uma lacuna importante para os estudos da família escrava uberabense, elencamos, como nossos principais objetos de estudo, as famílias dos escravos José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela e Manuel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra, considerando sua convivência com outras famílias, por muitos anos, nas senzalas da chácara Boa Vista. No próximo capítulo, analisamos

¹⁴² Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Caixa: 130. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

a documentação que nos permite uma aproximação das experiências sociais dessas duas famílias.

CAPÍTULO III

Sujeitos escravizados e famílias no interior das senzalas: uma abordagem de inventários da freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba

O objetivo, neste capítulo, é mostrar aspectos das famílias negras, mencionando estudos sobre os plantéis de escravos de algumas propriedades, a partir da análise de inventários. Considerando que o número de cativos africanos e crioulos na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba¹⁴³ era satisfatório, fomos motivados a realizar um breve estudo sobre a quantidade de cativos do sexo masculino e feminino que vieram para essas paragens. Por constar nos inventários *post mortem* significativo número de escravos identificados como africanos, finalizamos este capítulo, informando sobre a definição que alguns autores deram ao termo escravo de Nação.

Com relação aos estudos sobre algumas famílias escravas constituídas nas senzalas de algumas fazendas, foram relacionados cinco inventários *post mortem*:

- do Tenente Joaquim da Silva e Oliveira
- do Capitão Domingos da Silva e Oliveira;
- da Senhora Marcelina Florinda da Silva e Oliveira, filha do Tenente Joaquim da Silva e Oliveira e casada com o Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo (Barão de Ponte Alta), considerando que o árduo trabalho feito pelos cativos desses proprietários, propiciou cada vez mais, o crescimento dos seus bens de raiz;
- do Tenente-Coronel Joaquim Theodoro de Andrade, cujo plantel contava com 63 cativos, uma verdadeira comunidade formada por famílias escravas, seus filhos e companheiros, convivendo, por muitos anos, nas senzalas da fazenda da Barra;
- do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira.

Obs.: os três com assinatura Silva e Oliveira eram irmãos e foram escolhidos por pertencerem a uma das famílias mais prosperas da região da Farinha Podre;

¹⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem À Província de Goiás**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, S.P., Ed. Da Universidade de S. Paulo. 1975. p. 150-151. “A pouca distância do Arraial de Farinha Podre, onde parei, atravessei um pequeno córrego chamado Uberava Falsa, que se lança no Rio Grande e não é vadeável na estação das chuvas. Farinha Podre fica situado em região descampada, num vale amplo cortado por um riachinho. Farinha Podre fica situado, segundo dizem seus habitantes, a mais de meia légua da verdadeira estrada de Goiás a S. Paulo, e consequentemente fora dos limites do território dos índios. Mas desde a sua fundação, a antiga estrada foi inteiramente abandonada pelas tropas de burros, que atualmente passam pelo próprio arraial, onde os tropeiros encontram mais facilidade para a compra de provisões.”

Uma das alegações reiterada para a inviabilidade da formação da família escrava foi a desproporção entre a quantidade de escravos do sexo masculino e feminino, elucidando que a maioria dos trabalhos, principalmente os desenvolvidos nas fazendas, era realizada pelos homens, daí as escolhas dos senhores proprietários por esse segmento, em número muito maior que o de mulheres.

Em pesquisas realizadas nos inventários, de fato, a maioria dos cativos é de homens e, para melhor compreensão da quantidade de homens, mulheres e crianças escravizados, pesquisamos também os inventários *post mortem*, com data limite entre 18 de novembro de 1815 e 7 de maio de 1888, e obtivemos os seguintes resultados:

- a) planteis pequenos (de 1 a 5 cativos) - nos 572 inventários analisados, os crioulos adultos somaram 397 e as crioulas, 442, totalizando 839 cativos, com predomínio de mulheres crioulas. Os homens africanos somaram 184 e as mulheres africanas, 79, contabilizando 263 africanos. Entre as crianças escravas, os meninos somaram 140 e as meninas, 146, computando 286 infantes;

Obs.: nesses inventários, não encontramos crianças africanas inventariadas.

- b) planteis médios (de 6 a 10 escravizados) - nos 195 inventários analisados, os escravos crioulos adultos somaram 449 e as crioulas, 347, totalizando 796 escravos. Os africanos eram em número de 171 e as africanas, 85, totalizando 256 cativos. Entre as crianças, os meninos somaram 201 e as crioulas, 211, totalizando 412 nascimentos;

Obs.: encontramos apenas uma criança africana.

- c) planteis considerado grandes (mais de 11 cativos) - nos 142 inventários analisados, identificamos 756 crioulos e 577 crioulas, totalizando 1.333. Os africanos totalizaram 337 mulheres e 124 homens. As crianças crioulas se dividiam em 138 meninos e 141 meninas, totalizando 279;

Obs.: constam nos registros 2 meninos africanos.

Nas pesquisas realizadas nesses três plantéis, obtivemos os seguintes resultados: as crioulas adultas somaram 1.366 e os crioulos, 1.602; os negros africanos somaram 692 e as negras africanas, 288. Assim, entre os homens africanos e crioulos havia 2.294 e entre as africanas e crioulas, 1.654, o que nos leva a concluir que o número de homens supera o de mulheres, em 640 a mais.

Diante desses números, as alegações de falta de mulheres como justificativa para a existência de famílias entre os escravizados podem ser confrontadas. Ainda que os homens escravizados – crioulos e africanos somados – compuseram a maioria da população cativa, as

mulheres escravizadas estavam presentes, em números expressivos. O equilíbrio dessa presença, provavelmente, foi motivado por atividades produtivas ligadas a uma economia de subsistência que historiadores econômicos caracterizaram como “fazenda mineira”.

Ricardo Figueiredo Pirola encontrou composição demográfica diferente para a região de Campinas, em 1832:

As altas taxas de masculinidade entre os escravos era resultado, principalmente, do tráfico atlântico de cativos. Trazendo especialmente homens africanos, o comércio atlântico de escravos ampliou significativamente as taxas de masculinidade na população escrava campineira.¹⁴⁴

Considerando que nos plantéis de (1 a 5), (6 a 10) e (mais de 11 cativos) encontramos 4.925 escravizados, que nossa pesquisa nos inventários coletou cerca de 977 nascimentos de crianças – 498 meninas e 479 meninos – frutos do relacionamento de africanos/as e crioulos/as escravizados, somadas as três crianças que podem ter vindo da África, pois não constam o nome dos pais, concordamos com Slenes quando ele explica que o olhar dos viajantes do século XIX marcou a historiografia brasileira, limitando suas interpretações acerca da escravidão como instituição e suas variadas formas de sociabilidades.

Nesse sentido, vislumbrando a possibilidade de se preencher uma lacuna importante para os estudos da família escrava, na região de Uberaba, enfatizando as que viviam nas senzalas da chácara Boa Vista, composta por uma comunidade de 30 escravizados, elencamos, como nossos principais objetos de estudo, as famílias do escravo Manuel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra, e a de José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela.

Como vimos anteriormente, no final do século XVIII, o esgotamento das minas de ouro do Julgado do Desemboque, que até o ano de 1816 pertencia ao Estado de Goiás, serviu como incentivo para muitos explorarem outras paragens, em busca de novos projetos, iniciando a formação da região do Sertão da Farinha Podre, atualmente Triângulo Mineiro. Para concluírem essas explorações, na região, foi necessário muito derramamento de sangue e o extermínio de indígenas e de quilombolas.

Os atores principais deste estudo são os escravizados e, em especial, duas famílias cativas, que vieram para a região da Farinha Podre por meio de deslocamentos de geralistas

¹⁴⁴ PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes rebeldes, nas fazendas de Campinas (1832)**. Editora da Unicamp, 2011. p. 68.

com o objetivo de fundarem alguns arraiais. A escolha dos 5 inventários *post mortem*, já citados acima e a maioria envolvendo a mesma família, foi proposital, devido a algumas comunidades escravas que se formaram nas senzalas das fazendas da região do Sertão da Farinha Podre, outrora ocupadas pelos índios Caiapós e pelos quilombolas. Em meio a esses inventários, inserimos o do Tenente-Coronel Joaquim Theodoro de Andrade, pois, mesmo isento de qualquer grau de parentesco com a família Silva e Oliveira, o fato de ele ter mantido um plantel de 63 escravizados fugia aos padrões da região e nos estimulou a investigar melhor a formação dessa comunidade, dentro das senzalas da fazenda da Barra.

O arraial da Capelinha – concebido, por meio de sesmária, em 3 de maio de 1807, ao seu fundador José Francisco de Azevedo –, na investida de 1812, recebeu a bandeira do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, composta pelos seus escravos e mais de trinta homens e parentes. Nas observações feitas pelo Sargento-Mor, segundo Pontes:

[...] verificando não ter o Arraial da Capelinha possibilidades de desenvolvimento, avançou mais a oeste, edificando à margem esquerda do córrego das Lajes casa de morada, aproximadamente a um quilômetro da sua foz [...] Dois quilômetros acima, na esquina da atual praça Rui Barbosa [...] construiu “retiro” para suas criações e instalou tenda de ferreiro a cargo de seu escravo Manuel. A partir daí, a seu convite, demonstrando seu intuito de fundar uma povoação, os moradores do arraial da Capelinha foram pouco a pouco transferindo-se para junto do retiro, criando a primeira rua de Uberaba, a rua Grande, atuais Vigário Silva e Manuel Borges.¹⁴⁵

Na visão do autor, Saint Hilaire (1975 a) também não teve boa impressão do potentado uberabense, pois chamou-o de “pequeno-déspota”, ao se referir às suas ações anti-indígenas, porém Pontes destaca:

Um documento assinado por trinta e cinco fazendeiros da Farinha Podre, de 1818, outorgava ao sargento-mor Antônio Eustáquio o poder de comandar a colonização dos sertões sob sua regência, e pedia ao ouvidor da comarca de Paracatu sua nomeação como juiz de sesmarias, o que se deu em 1819 (TEIXEIRA, 2001). A partir de então, ele teria o poder de estabelecer os limites das sesmarias e posses, o que foi usado em favor dos fazendeiros – e em prejuízo dos índios.¹⁴⁶

Comprovando que antes mesmo da instalação definitiva do Sargento-Mor, considerado o fundador desse arraial, já havia famílias escravas morando no povoado, temos o senhor Tristão de Castro Guimarães, que faleceu no dia 24 de junho de 1825 e teve o seu inventário

¹⁴⁵ PONTES, Hildebrando de Araújo. **Personalidades Uberabenses**. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014. p. 22.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 108.

post mortem iniciado em 27 de agosto de 1825, pela esposa Dona Frutuosa Rodrigues Pires. Mesmo com a impossibilidade de precisar a data de instalação do Senhor Tristão e sua família, no arraial (antes ou depois de 1812?), dentre os bens inventariados, havia sete escravos: José de Nação Benguela, 66 anos, casado com Victoria Crioula, e pais de Antônio Crioulo¹⁴⁷, 2 anos. João de Nação Nagô, 33 anos; Mathias Crioulo, 30 anos, e Maria Crioula, 36 anos, que constam como casados, mas não há identificação das esposas, nem do marido (ou foram libertos, ou passaram a residir em outras fazendas) e Silveria Crioula, de 7 anos.

Outro fator importante para a escolha dos inventários *post mortem* de alguns membros e parentes da família Silva e Oliveira foi sua intrínseca ligação com a questão da territorialidade, cultura e as suas relações de poder, mostrando-nos que, mesmo inseridos em um sistema opressor, os casais Marianna de Nação Cabra e José de Nação Benguela e Pulcheria Cabra e Manuel Bem Cabra e outros cativos conseguiram constituir suas relações de solidariedade, sociabilidade e de compadrio.

Durante o século XIX, o trabalho desenvolvido pelos escravos que viviam nas senzalas desses proprietários foi de suma importância para que elas se tornassem prósperas, influentes e poderosas, porém, mesmo com toda a violência nas relações de poder instituídas pelos senhores, muitos dos cativos conseguiram, por meio de suas uniões, constituir família, redes de parentescos, amigos, compadres e comadres, na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

Senzalas do Tenente Joaquim da Silva e Oliveira

No plantel em tela constavam: quatro cativos (três crioulos e uma crioula, de 20 a 70 anos); João Cateto Crioulo era o mais velho, com 70 anos, e as crianças, dois meninos e cinco meninas, na faixa etária dos seis meses aos onze anos de idade. Três escravas foram identificadas como pardas, com idade entre vinte e vinte e cinco anos, e um escravo cabra, com cinquenta anos. A escrava Ignacia parda, de 20 anos, identificada como “entrevada” e avaliada em sessenta mil réis, ao passo que, Maria, com aproximadamente 01 ano, foi avaliada em cem mil réis.

Os escravos de Nação Congo eram a maioria, contando com nove cativos na faixa etária de 12 aos 60 anos, e chamam a atenção, no inventário: o escravo José Congo, com 60 anos,

¹⁴⁷ Inventário da 1ª Vara Civil: inventariante Frutuosa Rodrigues Pires – inventariado Tristão de Castro Guimarães. 27 de agosto de 1825. Caixa: 92. Arquivo Público de Uberaba.

oficial de ferreiro e casado num lugar identificado como Santo Antônio, e o negro Faustino Congo, de 30 anos, destacado como aleijado. Em segundo lugar vinham os seis escravos de Nação Cabinda, termo registrado pelos escrivães como “cambinda”, na faixa etária dos 10 aos 25 anos: três com 25 anos (entre eles, Felipe Cabinda, que sofria “com mal de gotas”), um com 20 e Manoel Cabinda e José Cabinda, ambos com 10 anos, que quase se enquadraram na lei de 1831¹⁴⁸.

No grupo de Nação Angola havia: 1 cativo com 36 anos, outro com 50 e o mais velho, Bernardo de Nação Angola, com 60. O dos Benguelas era formado por dois homens, com 21 e 32 anos e a única mulher africana era Anna de Nação Benguela, 30 anos, casada com Pedro Angola. Já os dois menores grupos de africanos que compunham essa comunidade eram os escravos de Nação Rebolo, com apenas um negro, de 26 anos, e um de Nação Cassanje, de 30 anos.

Os nomes ou sobrenomes parecem indicar que os escravizados eram africanos e originários da África Centro-Oeste e podemos destacar, por exemplo, o escravo Militão, de 06 meses de idade, filho natural de Joaquina, de 20 anos, cujas origens não foram citadas, nem há identificação do pai da criança, que poderia estar morto, fugido, ou ter sido vendido. As mesmas explicações servem para o caso de Antônio, de 2 anos, filho natural de Carolina Parda, de 23 anos.

Neste ponto de nossos estudos, destacamos que nos livros de batismos havia o recorrente registro de nascidos como ‘filho natural’, termo sobre o qual Vitória Fernanda Schettini de Andrade diz:

Observa-se desta forma, que “presumivelmente natural” referia-se a todos os filhos nascidos de mães aparentemente solteiras [...] “Natural consignado pelo vigário”, era especificado no registro “filho natural de” e “legítimo” foi usado quando era especificado o nome do pai e/ou mãe, concebido por casamento putativo.¹⁴⁹

Heloísa Maria Teixeira, também ressaltou sobre a reprodução de filho natural, afirmando que:

¹⁴⁸ Conhecida como Lei Feijó, referenciando o Ministro da Justiça, na época, o reverendo Diogo Antônio Feijó, essa lei foi promulgada no dia 7 de novembro de 1831, com o objetivo de proibir o tráfico transatlântico de escravos vindos de fora do Império, impondo penas aos importadores.

¹⁴⁹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **O estudo da ilegitimidade dos filhos de mães escravas e sua relação com o nível de riqueza dos proprietários**, São Paulo do Muriaé (1852-1888). Trabalho apresentado na XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Londrina, PR - Brasil, de 17 a 22 de julho de 2005.

Nas regiões dedicadas à produção de subsistência, desprovidas de recursos suficientes para a compra de cativos em quantidades expressivas, a manutenção da escravidão ocorria, em boa medida, pela reprodução natural dos escravos. Sendo Mariana voltada para a economia interna, os filhos das escravas, cativos ou ingênuos, compunham boa parte das escravarias da localidade.¹⁵⁰

Constam ainda no inventário do Tenente:

1. José Congo, *oficial de ferreiro*, 60 anos, casado com a escrava Maria Cabra, de 25 anos, em Santo Antônio, que pertencia à Freguesia do Desemboque. Dessa relação, nasceram Maria, de 1 ano, e Rita, 5 anos. Pela idade das filhas, concluiu-se que o casal estava junto há 5 anos;
2. Clemente Crioulo, de 37 anos, inventariado como casado, mas não consta quem é a sua esposa, somente a informação de que a união acontecera em Santo Antônio, julgado do Desemboque;
3. Josefa, de vinte anos, casada com Francisco crioulo, de 37 anos, pais da escrava Maria, de 6 meses de idade. Provavelmente, a criança estaria sob os cuidados de seus pais, principalmente, porque, mesmo com as dificuldades do cativeiro, estava em fase de amamentação;
4. Anna de Nação Benguela, de 30 anos, casada com Pedro de Nação Angola, 36 anos, pais de Mariana, 11 anos, e Joana Mulata, 1 ano. De acordo com a idade da filha mais velha, estavam vivendo juntos há onze anos e quando a primeira filha de Anna nasceu, ela estava com 19 anos de idade.

Os estudos acerca das uniões desses três casais, pelas idades dos filhos mais velhos, comprovam que os rebentos permaneceram nas senzalas, em companhia dos seus pais, por 11 anos. Outro fator que corrobora as bibliografias de diferentes autores é o fato de os filhos de José Congo e Maria Cabra, de Josefa e Francisco Crioulo e de Anna de Nação Benguela e Pedro Angola serem frutos de uma relação “mista”: africanos com africanos, africanos com crioulos e crioulos com crioulos.

Reforçando as informações relacionadas às idades desse plantel, temos, dentre os 42 escravizados inventariados: Militão e Maria, os 2 mais novos, com 6 meses, e os 2 mais velhos,

¹⁵⁰ TEIXEIRA, Heloisa Maria. **Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)**. Cadernos de História. PUC Minas – Departamento de História. Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH.

Bernardo de Nação Angola, 60 anos, e João Cateto Crioulo, com 70, informações que nos levam a considerar a possibilidade de convivência, nessa comunidade, de três gerações consanguíneas de escravos e a confirmar que os africanos eram em número de 23, somando mais da metade dos cativos.

Senzalas do Capitão Domingos da Silva e Oliveira

Na véspera do Natal de 1850, na vila de Santo Antônio de Uberaba, Comarca do Paraná, Província de Minas Gerais, faleceu a esposa do capitão Domingos da Silva e Oliveira, Dona Francisca de Salles Gomide¹⁵¹ e, dentre os bens inventariados do casal, listamos: ouro, prata e cobs, gado vacum, cavalos, carneiros e porcos. Nos chamados ‘bens de raiz’ constavam: uma casa de morada, na rua Direita, com quintal e plantações; uma outra casa, na rua Direita, com armação de loja e quintal plantado, ambas localizadas na parte central da vila de Santo Antônio de Uberaba; um paiol com varandas de morar, coberto de telhas e assoalhado; uma casa de queijos e cozinha; um moinho coberto de telhas, monjolo e chiqueiros; algumas *senzalas* (nesse momento, destacamos – nesse registro e em outros a serem discutidos mais à frente – que quando se referiu ao local de morada dos escravos, o escrivão registrou ‘senzalas’ no plural) e casas de carros coberta de capim; um curral e um quintal com arvoredos de espinhos, cafês, marmelos e pastos fechados. Constavam também duas fazendas localizadas na região Conquista, aproximadamente a 60 quilômetros de Uberaba: a Conquista, com duzentos e quarenta alqueires de matos, mais dois mil alqueires de campos de criar, e a Santo Antônio. No inventário *post mortem* do capitão,

Nas senzalas da fazenda Conquista viviam 19 escravizados, com as idades de 1 aos 60 anos. Os escravos do sexo masculino eram um grupo de oito: Joaquim de Nação, 60 anos; João de Nação, 57 anos; Manoel de Nação, 42 anos; Manoel Pardo, 30 anos; Bernardo Crioulo, 25 anos; Gabriel Cabra, 16 anos; Eusébio Crioulo, 45 anos e; Manoel de Nação, 30 anos. As mulheres compunham um grupo de quatro, todas crioulas: Domingas Crioula, 40 anos; Felizarda Cabra, 38 anos; Fellippa Parda, 60 anos e; Maria Joaquina Crioula, 20 anos. Além desses grupos, havia as crianças: Emigdio Crioulo, de 1 ano; Eusébio Crioulo, 05 anos; Jerônimo Crioulo, 05 anos; Antônio Crioulo, 08 anos, Paulo Crioulo, 08 anos, Joana Crioula,

¹⁵¹ Inventário da 1ª Vara Civil: inventariante capitão Domingos da Silva e Oliveira – inventariada Dona Francisca de Salles Gomides. 24 de dezembro de 1850. Caixa: 107. Arquivo Público de Uberaba.

07 anos, e Maria do Carmo, 10 anos. Como podemos confirmar, nessa senzala a escravaria do sexo masculino correspondia à faixa etária dos 16 aos 60 anos de idade, contando com três escravos de Nação, as quais não foram identificadas, as mulheres adultas eram a minoria, na faixa dos 20 aos 60 anos de idade.

Não sabemos e nem podemos afirmar, em relação a esse plantel, quem são os casais, mas pelo número de crianças e de suas idades, tudo indica que os rebentos nasceram nas senzalas da fazenda Conquista e, de acordo com a idade da crioulinha Maria do Carmo, a mais velha entre os rebentos, é possível constatar que havia nessa senzala, casais com uniões consensuais e vivendo juntos há dez anos: pais, mães, filhos e, quem sabe, avós.

O valor de todos os cativos aferiu a quantia de nove contos e duzentos e cinquenta mil reis – 9:250\$000 e todos os bens do capitão Domingos somaram a quantia de vinte e oito contos e novecentos e sessenta e três mil reis – 28:963\$000.

Senzalas do Barão de Ponte Alta

A inventariada, Dona Marcelina Florinda da Silva e Oliveira,¹⁵² era esposa de Antônio Eloy Cassimiro de Araújo, o Barão de Ponte Alta. Com o falecimento do pai, Marcelina Florinda herdou as propriedades Bebedouro, Ponte Alta e Santo Inácio, posteriormente passadas a seu marido que, segundo o escritor Guido Bilharinho, “Como a maioria das pessoas naquela época, só aprendeu as primeiras letras”.¹⁵³

Um dos proprietários mais rico e influente da Vila de Santo Antônio de Uberaba, Antônio Eloy, quando inventariou sua esposa, em 1863, era dono de:

Um sitio e benfeitorias na Santa Efigênia; um sitio no Lageado; um sítio na Fazenda com casas de morada, Paiol, Engenho de Serra, de cana, com os cobres pertencentes e Moinho; um sitio com benfeitorias que foi de Joaquim Ribeiro; um sítio e benfeitorias com retiro para os porcos; um armazém no Porto de Ponte Alta; uma casa velha no Porto do lado de São Paulo; nove pasto de Terras de culturas e Campos de criar nas Fazendas Bebedouro e Ponte Alta; uma parte de terras de culturas e Campos de criar na Fazenda do Bom Sucesso no Desemboque; uma parte nas benfeitorias de Conquista; uma morada de casas nova sem acabar; uma casa em que mora Sampaio;

¹⁵² Secretaria da 1ª Vara Civil. Inventariante Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo e inventariada Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. 13 de outubro de 1863. Caixa: 284. Arquivo Público de Uberaba.

¹⁵³ BILHARINHO, Guido. **Personalidades Uberabenses**. Edição: Revista Dimensão Edições. 2014. Impressão em Off-Set CNECEDIGRAF – Uberaba. p. 63.

uma posse que foi de Bernardo Rebojo; um Rancho que foi de Paulista; uma casa que foi de João da Silva; uma morada de casas em que morou o Balbino.¹⁵⁴

A fazenda Ponte Alta estava localizada a 37 quilômetros do Largo da Igreja Matriz. Nas senzalas da fazenda do Barão de Ponte Alta viviam, em comunidade, trinta e cinco cativos, com faixa etária de 1 aos 70 anos e, em todos os registros, constam as suas origens. Dos africanos adultos, 4 eram homens, de 30, 45, 50 e 70 anos, e 3 mulheres de Nação, uma com 30 e duas com 50 anos. Os crioulos adultos eram a maioria dessa escravaria, somando 10 negros, cujas idades eram: dois de 16, um de 17, um de 23, um de 25, quatro de 30 e um de 40 anos, e 8 negras (uma de 20, duas com 25, duas com 30, uma 40 e, duas com 50 anos), duas identificadas como cabra¹⁵⁵ e uma mulatinha. Novamente, destacamos que, certamente, nesses registros, o escrivão estava referindo-se à cor da pele das escravas.

Os frutos das uniões que se estabeleceram nessa comunidade podem ser constatados pelos 10 rebentos abrigados nas senzalas, embora não conste no inventário quem sejam os pais: 4 meninas com 2, 3, 5 e 10 anos (uma delas identificada como “Ritta “Pantalla” Cabra, 05 anos, *idiota*”¹⁵⁶), e 6 meninos crioulos, com idade entre 1 ano (um), 3 (um), 6 (dois) e 10 anos (dois).

Com relação aos crioulos – escravos que nasceram no território nacional – em sua dissertação de mestrado, o historiador Júlio César de Souza, ressaltou:

Quando pensamos o Brasil Colonial e os negócios da escravidão, percebemos que não havia interesse em traficar crianças africanas para o Brasil, pois elas poderiam servir para poucos afazeres (Scarano, 2004). Portanto, a maioria das crianças escravas nasceu no Brasil. Eram então crioulas. A partir de 15 anos já se considerava o escravo como adulto, porém, as mulheres, desde os 12 anos já podiam se casar. O escravo

¹⁵⁴ Secretaria da 1ª Vara Civil. Inventariante Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo e inventariada Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. 13 de outubro de 1863. p. 23 verso a 25. Caixa: 284. Arquivo Público de Uberaba.

¹⁵⁵ ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. AMORIM, Amanda Moreira de. PAULA, Maria Helena de Paula. **Um cabra de cor ou um cabra da mãe: dinâmicas de sentido para “cabra” entre os séculos XVI e XIX.** Universidade Federal de Goiás, Catalão, Goiás, Brasil. jan./jun. 2017. p. 152-153. Contribuindo para a discussão, Moura (2004) em sua obra intitulada “Dicionário da escravidão negra no Brasil”, a qual não aufere o status de dicionário por dispor unicamente informações enciclopédicas, apresenta uma série de sentidos com os quais “cabra” foi empregado no território brasileiro. CABRA. Diz Bernardino José de Souza (1961) que é termo de uso freqüente no Norte do Brasil, designativo do mestiço de negro e mulato. Entretanto, não há concordância de opiniões acerca desse tipo de mestiço. Macedo Soares diz que o cabra é quarteirão de mulato com negro, mulato escuro, caboclo escuro. V. Chermont diz tratar-se de mestiço de branco e negra, logo o mesmo que mulato. Rodolfo Teófilo, no seu grande livro *Os brilhantes*, afirma que é o produto do cruzamento de índio e de africano, inferior aos elementos que o formam e acrescenta: “o cabra é um pior do que caboclo e do que negro”. É geralmente um indivíduo forte, de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e inteligência destes. É tão conhecida a índole perversa do cabra que o povo diz: não há doce ruim e nem cabra bom! (Moura, 2004, p. 75).

¹⁵⁶ Secretaria da 1ª Vara Civil. Inventariante Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo e inventariada Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. 13 de outubro de 1863. Caixa: 284. p. 23. Arquivo Público de Uberaba.

valioso no comércio tinha entre 15 a 24 anos. As crianças escravas não eram bem vistas pelos compradores de escravos¹⁵⁷.

Desses trinta e cinco escravizados que compunham o plantel, somente a escrava Maria de Nação, de 50 anos, foi inventariada como esposa de Jacob de Nação, de 45 anos. Não há registros sobre seus filhos, porém, pela idade do casal, eles poderiam ser pais de quaisquer uma dessas crianças e até mesmo de alguns adultos, na faixa etária de 16 a 30 anos.

Também, chamou-nos a atenção o fato de quando os escravos eram avaliados e examinados, se algum problema de saúde fosse detectado, era registrado pelo o escrivão:

Declarou mais o inventariante haver pertencente a herança de seu casal uma dita de nome Marianna de Nação idade de trinta annos (Hydiota) que foi vista e avaliada pela quantia de cem mil reis que a margem sahi. 100//000.¹⁵⁸
Declarou mais o inventariante haver pertencente a herança de seu casal uma dita de nome Ritta Pantolla, cabra, idade de cinco annos (Hydiota) que foi vista e avaliada pela quantia de trezentos mil reis que a margem sahi. 300//000.¹⁵⁹

Notamos que ambas as escravas tinham a mesma condição, em relação à saúde mental, porém, a criança foi melhor avaliada que a mais velha, acerca do valor financeiro. Diante desse indício, questionamos: será que existe algum parentesco entre elas? Os problemas mentais de ambas seriam hereditários? Caso fossem, a escrava Ritta, poderia tê-los herdado de Marianna de Nação?

O fato de o escrivão não ter identificado, nesse plantel, outros casais com seus respectivos filhos e filhas, não tira as evidências de nossas pesquisas e análises extraídas dos inventários *post mortem*, nem da presença de outros grupos familiares, no conjunto. Tais evidências trazem à luz relações consensuais, dentro das senzalas da fazenda de Antônio Eloy, e nos leva à conclusão de que essas uniões eram frutos das estratégias criadas, a partir das relações entre os escravos e o Barão.

¹⁵⁷ SOUZA, Júlio César. **Sociedade Escravista no Século XIX: Crianças escravas em Uberaba, 1871-1888**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2013. p. 53-54.

¹⁵⁸ Secretaria da 1ª Vara Civil. Inventariante Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo e inventariada Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. 13 de outubro de 1863. Caixa: 284. p. 22 verso. Arquivo Público de Uberaba.

¹⁵⁹ Ibid., p. 23.

Senzalas da fazenda da Barra

Durante os estudos de inventários, uma escravaria chamou nossa atenção, por fugir aos padrões da região. A viúva e inventariante Ana Cândida de Andrade¹⁶⁰, no dia 8 de agosto de 1865, declarou os bens do seu marido Tenente-Coronel Joaquim Theodoro de Andrade e, nessa ocasião, foram inventariados 63 escravizados: 19 africanos e 44 crioulos, 30 mulheres e 33 homens, em todas as faixas etárias. Desses, 7 homens constam como casados, mas não há identificação de suas esposas, ocorrendo o mesmo com 13 mulheres do grupo.

Tudo nos leva a crer que a fazenda da Barra, era uma grande propriedade, pois a avaliação dos cativos somou a quantia de cinquenta e cinco contos e setecentos e sessenta mil réis (55:760\$000), um valor considerável, para a época. Para compreendermos em que atividades agropastoris Joaquim Theodoro de Andrade investia, de modo a justificar esse incomum plantel de cativos, checamos os bens de raiz e identificamos a propriedade de uma grande quantidade de terras. Além da citada fazenda, composta por culturas, campos de criar e canavial, o espólio contém um sítio e as fazendas: Boa Vista, Areias e Piracanjuba de São Felix, todas com as mesmas características da Barra. Investigamos também outros itens e achamos curioso que, comparado à quantidade de terras, o número de utensílios usados em atividade habituais de uma fazenda – tacho, por exemplo –, é baixo: apenas quatro e duas bacias de arame. Também foram inventariadas 16 rodas de fiar milho, uma tenda de ferreiro contendo foles, bigorna, torno, tenazes e martelos; 4 carros de bois, 84 cavalos e 454 bovinos, indicando que a produção da fazenda da Barra estava voltada para a agricultura de subsistência e a criação de gado, afazeres executados pelos seus escravos.

Nota-se que mais de um terço desse plantel é formado por escravos com idades de 1 a 10 anos, divididos em 13 meninas e 11 meninos. A inventariante, no rol dos cativos, destaca a condição física e de saúde e também os ofícios. Desse modo, encontramos escravos ‘paralítico’ (Manoel de Nação - 55 anos), ‘doente’ (Brígida Crioula - 25 anos), ‘papuda’ (Maria Crioula - 27 anos), ‘adoentada’ (Elena Crioula - 15 anos)¹⁶¹ e, ainda, Luiza Crioula, de 30 anos, ‘grávida’. Quanto aos ofícios, o inventário registra Felizardo crioulo, de 38 anos, e Matheus de Nação, 30

¹⁶⁰ Inventário de Ana Cândida de Andrade e o tenente coronel Joaquim Theodoro de Andrade: APU - Secretaria da 2ª Vara Cível. Data: 8 de agosto de 1865. Caixa: 286.

¹⁶¹ Essa distinção entre ‘doente’ e ‘adoentada’ parece referir-se a uma condição permanente e temporária respectivamente.

anos, como ‘ferreiros’; Felipe Crioulo, de 24 anos, como ‘carreiro’, e Francisco de Nação, 30 anos, como pedreiro.

Após as análises feitas, confirmamos que a senzala da fazenda da Barra é dividida em grupos familiares e, mesmo que o inventário relacione o estado civil dos cativos, declarando 20 escravos casados, divididos em 8 homens e 12 mulheres, esse desacerto pode ser explicado: é provável que algumas mulheres escravas estivessem casadas com libertos, ou com homens livres, agregados de Andrade.

Pela faixa etária da prole com 10 anos ou menos, podemos deduzir que as uniões conjugais entre os cativos do Tenente gozam de relativa estabilidade, já que o grupo dos infantes era expressivo: uma com idade de 10 anos, uma de 9, quatro de 8, duas de 7, quatro de 6, uma de 5, três de 4, duas de 3, duas de 2, três de 1 e uma de 6 meses.

Notamos que o casamento/união conjugal entre os escravos se tornou uma prática costumeira, na citada fazenda e podemos aventar um certo estímulo dos senhores da Barra acerca desse tipo de relacionamento. Nesse sentido, ficava evidente a formação, no interior das terras de Theodoro, de grupos familiares de cativos. Podemos inferir também, pela faixa etária, que o plantel é composto por, ao menos, três gerações, pois encontramos homens acima dos 55 anos e mulheres com mais de 49.

O inventário do Tenente-Coronel foi feito na fazenda da Barra e o fato curioso relativo à família é que a inventariante e seus filhos: Antônio Theodoro de Andrade, João Theodoro de Andrade, José Theodoro de Andrade, Basílio José de Andrade e Bárbara Theodoro de Andrade, todos sabiam ler e escrever. Cabe-nos, agora, seguir interrogando e procurando novos indícios, para análises futuras, a fim de compreendermos como e sob quais condições esses grupos familiares cativos se formavam; se existia a possibilidade de uniões conjugais fora da unidade; quais seriam as motivações senhoriais e os interesses comerciais e religiosos que permitiriam a reprodução natural do plantel e, no caso específico desse núcleo, tentar determinar quantos grupos familiares foram inventariados.

No que diz respeito às uniões conjugais, encontramos, nesses plantéis, casamentos mistos: crioulos com crioulas, africanos com africanas, africanos com crioulas. Nesse sentido, nos inventários pesquisados, as uniões se caracterizaram também por meio de relações endógenas,¹⁶² constituindo uma verdadeira comunidade escrava, no interior das fazendas que compunham os plantéis de escravos da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

¹⁶² Que tem sua origem, desenvolvimento ou reprodução no interior do tecido de um órgão ou de um organismo. Que cresce para dentro.

Destacamos que nesse inventário *post mortem* consta uma controvérsia sobre a localização da fazenda da Barra.¹⁶³

Senzalas da chácara Boa Vista

O Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira nasceu no povoado da Casa Branca, município de Ouro Preto, Minas Gerais, em 1770. Contraiu núpcias com Dona Antônia Angélica de Jesus, no dia 13 de junho de 1826, e deixaram três filhos naturais: Valeriano Antônio Mascarenhas, Francisca Maria e Sebastiana Maria. Desde a sua instalação no arraial em 1812 até o seu falecimento em 06 de fevereiro de 1832, ele, esposa, filhos e escravos conviveram juntos, na chácara Boa Vista.

Seu inventário *post mortem* contém 68 páginas, foi iniciado em 6 de fevereiro de 1832 e finalizado em 24 de maio de 1845, período pelo qual passou por diversas alterações, pois, de acordo com o que fomos analisando no documento, escravos que, em uma página, foram libertos com alguma condição imposta, ou como cativos coartados, em páginas seguintes, apareciam forros e sem qualquer exigência.

Consta na página número 58 do inventário, que o patrimônio do Sargento-Mor, representava um valor significativo: trinta e um contos, oitocentos e setenta e três mil e quatrocentos e dezenove réis (31:873\$419) e, comparado a seus colegas fazendeiros, Antônio Eustáquio, em 1832, era um homem rico, numa economia que começava a prosperar. Além disso, era proprietário de um plantel de escravos considerado grande para os padrões da região da Farinha Podre e, após sua morte, 32 escravizados (30 na chácara Boa Vista e 2 na fazenda Rio das Pedras) e seus bens de raiz foram assim inventariados:

¹⁶³ Inventário de Ana Cândida de Andrade e o tenente coronel Joaquim Theodoro de Andrade: APU - Secretaria da 2ª Vara Cível. Data: 8 de agosto de 1865. Caixa: 286. p. 2 e 68 verso. Com relação a jurisdição da fazenda da Barra, na página dois do inventário é citado como Juiz de Órfãos da cidade de Uberaba e seu termo, o Doutor Balbino de Moraes Pinheiro. Na página 26 verso consta o seguinte: “Dando este inventario lugar a o conflito de jurisdição, entre este Juizo e o do Prata, que se acha dependente do Exmo. Senr. Presidente da Provincia, e constando a esse Juizo que a inventariante prosegue no inventario no termo do Prata onde vai proceder a partilha, intime-se a mesma inventariante para não dispor de bem algum pertencente a o espolio de seo finado marido, ainda mesmo que sejam dados á credores em pagamento de dividas, em quanto pelo Exmo. Presidente da Provincia, á cujo conhecimento se affecta a questão, não for decidido o conflicto, sob penna de desobediencia e das mais em que possa incorrer, e dê dar conta exacta de todos o que se achão descriptos, caso seja decidido á favor deste juizo. Uberaba 29 de agosto de 1865.” B. Pinheiro.

A fazenda Rio das Pedras era a maior de todos os seus bens de raiz, era composta de terras de cultura e campos de criação que fica distante deste arraial dezoito léguas com criação de gado vacum, alguns cavalos, dois escravos, carro de bois e mais alguns bens moveis. Uma posse de terras de cultura na fazenda dos Patos. Mais uma morada de casas; casas do retiro e uma tenda de ferreiro dentro do arraial de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba na rua do Cotovelo, já danificadas, com água e sem fundos, tudo ainda aberto; um sitiozinho denominado Retiro que se compõe de uma casinha coberta de telha, um quintal de madeira, três capões de capoeira e algum mato virgem; uma parte de terras de cultura e campos de criar na fazenda denominada Santo Antônio; uma chácara denominada Boa Vista, onde moravam o sargento-mor Antônio Eustáquio, sua esposa Dona Antônia Angelica de Jesus e os 30 escravos.¹⁶⁴

Nos fins de 1812, o Sargento-Mor Antônio Eustáquio construiu uma casa de morada, denominada chácara Boa Vista que, de, acordo com os bens inventariados em 1832, era composta de: casas de morada coberta de telhas e assoalhada, casas de tenda de ferreiro coberta de telha, engenho, pastos, paiol coberto de telha, moinho coberto de telha, monjolo coberto de palha, curral todo murado de pedra, engenho todo coberto de telha, a saber de casas com (cuxia), fornalhas, dois quartos fechados ligados ao dito engenho, um pasto fechado demarcado de pedras, outros pastos com algumas capoeiras e quintal cercado de pedra. A chácara foi avaliada em um conto, oitocentos e quarenta mil reis (1:840#000).¹⁶⁵

A chácara Boa Vista estava a uma distância de aproximadamente dois quilômetros do Largo da Matriz e, acerca da sua localização, o jornal **Lavoura e Comércio**, no dia 27 de setembro de 1917, informou:

Para atender ao desejo de um amigo de fora, que me pediu photographias do Apprendizado Agricola, foi até a antiga casa do Major Eustachio, tempos depois tornada Instituto Zoothecnico e hoje Aprendizado. Passou o velho casarão por muitas reformas e agora apresenta um agradável aspecto, que um jardim já começado pelos alunos, ocupando todo o pateo fronteiro ao edificio, torna realmente delicioso [...].¹⁶⁶

No livro *História de Uberaba*, o memorialista José Mendonça, ao referir sobre o antigo local onde ficava a chácara Boa Vista e, posteriormente, ao Instituto Zoothecnico, revelou que:

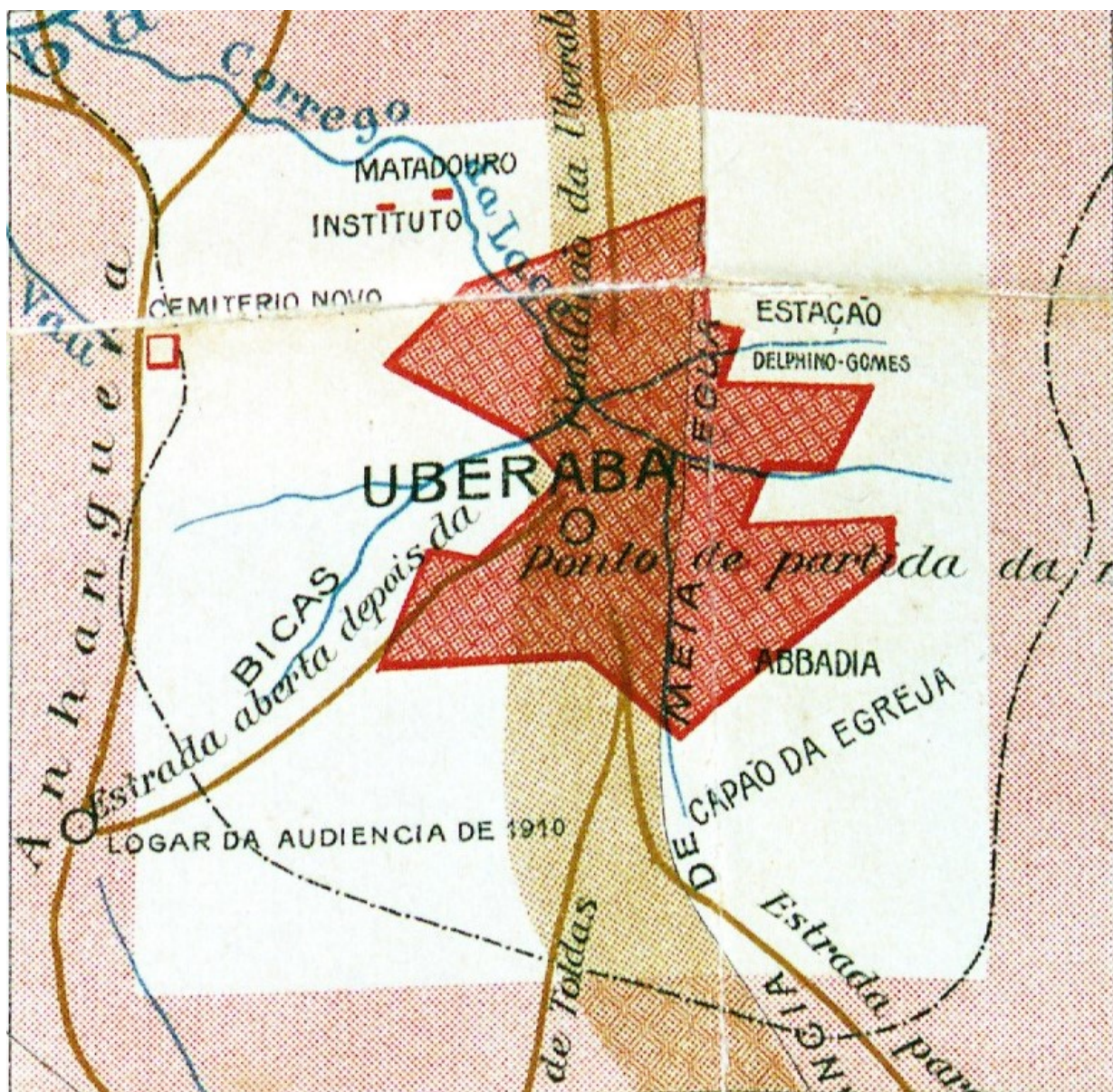
[...] então engenheiro da 4ª circunscrição, escolheu, para a construção do seu prédio, o terreno do Sr. José Bruno de Oliveira, a antiga chácara do Major Eustáquio da Silva e Oliveira, chácara da “Boa Vista” ou chácara de “D. Escolástica”, hoje Fazenda Experimental Getúlio Vargas.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Inventariado: Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. 1ª Vara Civil. Caixa: 94. 06 de fevereiro de 1832. Inventariante: Antônia Angelica de Jesus. P. 27, 27 verso, 28, 30, 30 verso, 32, 35, 36.

¹⁶⁵ Ibid., p. 27.

¹⁶⁶ Jornal Lavoura e Comércio, Uberaba, Quinta-Feira, 27 de setembro de 1917. Nº 2015. p. 1.

¹⁶⁷ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro - Bolsa de Publicações do Município de Uberaba. 1974. p. 109.



A exposição desse fragmento do mapa tem o objetivo de mostrar o lugar identificado como *Instituto*. Em 1812, nesse local, foi edificada, pelos escravos do Sargento-Mor Antônio Eustáquio, a chácara Boa Vista. Nesse lugar, no século XIX, nas senzalas da chácara, residiram cativos solteiros e mais duas famílias escravas: Manoel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra, e José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela. Mapa de 1911.¹⁶⁸

A esquerda do mapa, onde está identificado o Instituto, foi construída a chácara Boa Vista e onde, posteriormente, após algumas reformas, em 3 de agosto de 1892, foi instalado o Instituto Zootécnico de Uberaba, destinado à formação, de engenheiros agrônomos e outros profissionais da área, em nível superior.

¹⁶⁸ ADJUTO, A. Garcia. **Patrimônio – Appellação 2.912. Appellante A Camara Municipal de Uberaba. Appellada A Fabrica da Igreja Matriz.** Rio de Janeiro. Typ. Do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C. 1911.

O mapa,¹⁶⁹ identifica o local onde os cativos José de Nação Benguela, sua mulher Marianna de Nação Benguela, Manuel Bento Cabra, sua mulher Pulcheria Cabra, seus filhos e os seus companheiros de cativeiros, além do trabalho árduo e discórdias, construíram também seus laços de socialidade, solidariedade e compadrio.

De acordo com o inventário *post mortem* do Sargento-Mor, a chácara Boa Vista, contava com algumas criações: 14 cabeças de suínos, entre pequenos e grandes; 11 equinos e 34 cabeças de gado vacum. Porém, tudo indica que a principal atividade desenvolvida na chácara, pelos escravizados que lá viviam, era a produção de açúcar.

Esses indícios podem ser confirmados da página 15 até a 27, devido ao grande número de utensílios utilizados para a produção de açúcar e dos derivados da cana (aguardente e rapadura): 3 bacias grande, 5 tachos e 5 caldeirões, 2 cavadeiras de açúcar, 2 ganchos grandes e 2 pequenos de açúcar, 5 barris, 26 formas de açúcar, 5 caixas, 1 secadeira, 2 formas de rapadura, 1 tabuleiro de secar açúcar, 1 canavial e por fim um alambique, além de contar com um engenho, classificado no inventariado como de grande porte.

Segundo a historiadora Marina de Mello e Souza:

[...] O engenho de açúcar era uma unidade de produção que envolvia a plantação de cana e todo o trabalho de plantio, sua colheita e transporte; as moendas nas quais as canas eram trituradas, movidas a água, força animal ou escrava; as casas de purgar nas quais o caldo era fervido, purificado, engrossado e enformado.¹⁷⁰

De acordo com a citação, o trabalho nos engenhos despendia de muitos braços para desenvolverem todas as suas atividades e, talvez, isso justifique os trinta escravizados que moravam no local. Considerando que, para o bom funcionamento do engenho e de todos os afazeres da chácara Boa Vista, era preciso impor regras e limites, o Sargento-Mor era um proprietário escravocrata igual a qualquer outro de sua época, já que no seu inventário, nas páginas 14, 18, 58 e 61, foram inventariadas quatro palmatórias, dentre elas duas de latão e uma de ‘casquinha fina’. Esses instrumentos de castigo demonstram que os tratamentos impostos pelo Sargento-Mor não foram diferentes e que a violência também podia ser imposta a qualquer momento, mas, com tudo isso, os cativos conseguiram seguir suas trajetórias e criaram laços de família, na chácara Boa Vista.

¹⁶⁹ ADJUTO. Antônio Garcia. **Appelação N° 2.912. Appellante A Camara Municipal de Uberaba. Appellada A Fabrica da Igreja Matriz**. Rio de Janeiro. Typ. Do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C. Ano: 1.911. p. 103.

¹⁷⁰ SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. 2.ed. - São Paulo: Ática, 2007. p. 78.

Africanos de Nação

Para o território brasileiro, segundo Emília Viotti da Costa e Marina Mello e Souza, entre outros, vieram africanos, principalmente de Angola e da Costa da Mina.

A vinda de escravizados negociados no Golfo de Benim, sobressaindo o porto de Ajuda, prevaleceu no Brasil, mas a maioria veio de Angola. Ali, os chefes ambundos tinham o título de *angola a quiluanje* e, por isso, as terras que dominavam foram chamadas de reino de Angola, pelos portugueses. Além dos povos ambundos, lá viviam muitos outros, todos do grupo linguístico banto¹⁷¹.

Analisando inventários *post mortem*, registros de batismos e casamentos e outros acervos, encontramos escravos que vieram para Uberaba de diferentes Nações da África e a explicação para tantas procedências nos é explicada por Ricardo Figueiredo Pirola, que, ao analisar as origens dos insurretos, revelou:

Os vários termos utilizados pelos senhores e autoridades campineiras para identificar as procedências dos escravos apresentam, na maior parte dos casos, os nomes dos portos africanos de embarque desses cativos ou ainda os nomes de cidades e regiões africanas. Cabinda, por exemplo, era um dos principais portos de comércio de escravos da região do Congo Norte. Assim, dentro da identificação Cabinda poderiam estar agrupados diferentes povos africanos, muitas vezes com diferentes línguas e culturas.¹⁷²

No território nacional, africanos de diferentes etnias receberam a denominação: Angola, Congo, Benguela e Cabinda, identificações associadas aos portos dos locais onde foram embarcados; à região na qual eles se estabeleciam, ou a pontos de comércio ou feiras interiores onde foram feitas as transações de compra e venda. Já a identificação ‘Cassanje’ era usada para discernir um grupo de “raças”.

Os principais grupos que vieram por meio da diáspora africana, para o Brasil, foram os bantos, tribos do sul da África, habitualmente de Angola e Moçambique, transportados em especial para Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Já os sudaneses, tribos de Daomé, Nigéria e Guiné foram conduzidos, sobretudo, para a Bahia.

Embarcados em portos africanos como os de Luanda, Benguela e Cabinda, na costa de Angola, Ajudá e Lagos, na Costa da Mina, e, posteriormente, no porto de Moçambique, os africanos desceram nos diversos portos brasileiros. Os que vinham de Benguela eram

¹⁷¹ Ibid., p. 61.

¹⁷² PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes rebeldes, nas fazendas de Campinas (1832)**. Editora da Unicamp, 2011. p. 73.

especialmente os ovimbundos; de Luanda, os dembos, ambundos, imbangalas, quiocos, lubas e lundas: de Cabinda, vieram congos e tios e, no geral, todos pertenciam a comunidades que falavam a língua banto.

Nesse sentido, Kassandra da Silva Muniz afirma:

Identificar-se como de um grupo étnico é uma ação que propaga o orgulho de pertencer ao grupo ou o desejo de conquistar algo por meio da autoidentificação. Em contrapartida, o que acontecia no contexto de produção dos autos de querela era o escrivão caracterizar o sujeito, conferir-lhe uma categoria étnica como um ato que o distinguia, ou seja, atribuir uma categoria étnica a uma pessoa é antes de tudo, também, um modo de colocá-la em uma posição de distanciamento, pois torna diferente e, muitas vezes, a marginaliza perante a sociedade¹⁷³.

Já em relação aos chamados mamelucos (nascidos da união entre branco e índio); cafuzos (que descendiam de negros e índios) e, principalmente, cabras (cruzamento do negro com o índio), Barbosa ressaltou que: “não existe um consenso a respeito do seu significado. Assim como o cabra podia designar uma mestiçagem, nas listas da população da época constava a denominação pardo para os casos em que não era possível determinar a miscigenação”.¹⁷⁴

No tocante às nações e etnias atribuídas aos africanos escravizados, existem algumas controvérsias, pois agregados aos grupos que os colonizadores portugueses denominaram de minas, cabindas, congos, cassanjes, angolas, benguelas e moçambiques, havia muitos indivíduos vindos de múltiplos lugares ou reinados e falando línguas opostas, apesar de serem parecidas entre si.

Ao longo deste estudo, encontramos, na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, muitos escravos identificados como de Nação: Angola, Benguela, Cabinda, Cassanje, Congo, Mina, Moçambique, Monjolo, “Mufunga” e Rebolo e, no que diz respeito ao termo ‘cabinda’, destacamos a afirmação de Pirola:

[...] Cabinda, por exemplo, era um dos principais portos de comércio de escravos da região do Congo Norte. Assim, dentro da identificação Cabinda poderiam estar agrupados diferentes povos africanos, muitas vezes com diferentes línguas e culturas. A designação Congo também não significava um único povo africano ¹⁷⁵ [...].

¹⁷³ MUNIZ, Kassandra da Silva. **Linguagem e Identificação: performatividade, negros(as) e ações afirmativas no Brasil**. Sínteses, Campinas, SP, v.14, p.262-295, 2009.

¹⁷⁴ BARBOSA, Afrânio. **Demografia histórica e história da língua portuguesa no Brasil-colônia: reflexões sobre o fim dos setecentos**. Linguística, Santiago, v.17, p.75-94, 2005.

¹⁷⁵ PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes rebeldes, nas fazendas de Campinas (1832)**. Editora da Unicamp, 2011. p. 73.

Dessa forma, podemos constatar que as nações dos africanos que constam no livro *Senzala Insurgente* correspondem a grupos semelhantes aos que vieram para a nossa Freguesia e o autor ainda esclarece:

[...] A designação Monjolo também suscita questão similar. Por essa “nação”, estavam identificados os indivíduos pertencentes ao reino do Monsol (conhecidos como Tios ou Têques) e também os escravos vendidos pelos próprios tios, como os Bobangis. [...] A designação Rebolo identificava, na verdade, os povos comercializados na região logo abaixo do rio Cuanza [...]. Já a nação benguela agrupava vários povos do sul de Angola. Todo escravo embarcado no Porto de Benguela na África passava a ser designado como Benguela na América. Por último, havia a nação identificada como Moçambique, sob cuja designação estavam agrupados os escravos vindos principalmente da ilha de Moçambique e também os grupos capturados na região um pouco mais ao norte dessa ilha.¹⁷⁶

Para concluir que: “Portanto, todos esses nomes, em vez de identificarem a origem (ou etnias) dos escravos trazidos ao Brasil, mostravam, na verdade, as identidades atribuídas aos africanos pelos traficantes e autoridades brasileiras”.¹⁷⁷

Ainda, em relação às regiões fornecedoras de escravizados para o Brasil, Marina de Mello e Souza, asseverou que:

Para o Brasil, vieram africanos principalmente da chamada Costa da Mina e de Angola. A costa da Mina ficou conhecida por este nome por causa da fortaleza, ou castelo, de São Jorge da Mina. Nessa região, localizada entre as embocaduras dos rios Volta e Niger, atuavam todos os povos que traficavam escravos: holandeses, franceses, ingleses, portugueses, brasileiros e cubanos. Para o Brasil vinham escravos comercializados principalmente no golfo de Benin, com destaque para o Porto de Ajudá. Mas era de Angola que vinha a maioria.¹⁷⁸

Em nossas pesquisas, averiguamos os livros de batismos, nos anos de 1821 a 1843, e identificamos, além dos números de cativos que vieram para a Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba e também para os seus Termos, ou Distritos, as regiões registradas como de origem e obtivemos o seguinte resultado: de África, 9; de Nação, 19; de Angola, 88; de Benguela, 28; de Cabinda, 6; do Congo, 20; de Mina, 1; de Moçambique, 3; de Monjolo, 1 e Rebolo, 10, totalizando 185 e prevalecendo os africanos vindos dos portos de Angola.

¹⁷⁶ Ibid., p. 74.

¹⁷⁷ Ibid., p. 74.

¹⁷⁸ SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. 2.ed. - São Paulo: Ática, 2007. 176p.: il.

No que diz respeito às identificações dos escravizados de Nação ou Nação africano(a), ou africano preto, detectamos, nos plantéis:

- a) 564 (pequenos): 201 escravizados, identificados somente como de Nação, ou Nação africano(a) ou africano preto;
- b) 195 (médios): 265 escravizados;
- c) 142 (grandes): 356 escravizados de Nação, Nação africano(a) ou africano preto.

Assim, as identificações das Nações, em plantéis considerados pequenos, médios e grandes, ficaram compostas da seguinte forma:

Tabela 1 - grupos e tipos de plantel

Nação	Tipo de plantel	Quantidade	Total
Angola	Pequeno	7	30
	Médio	9	
	Grande	14	
Benguela	Pequeno	20	84
	Médio	29	
	Grande	35	
Cabinda	Pequeno	6	23
	Médio	5	
	Grande	12	
Cassanje	Pequeno	3	11
	Médio	3	
	Grande	5	
Congo	Pequeno	16	63
	Médio	18	
	Grande	29	
Mina	Pequeno	3	10
	Médio	3	
	Grande	4	
Moçambique	Pequeno	7	14
	Médio	1	
	Grande	5	
Monjolo	Pequeno	2	9
	Médio	1	
	Grande	6	
Mufunga	Pequeno	1	2
	Médio	1	
Nagô	Médio	1	1
Rebolo	Pequeno	2	16
	Médio	6	
	Grande	8	

Fonte: acervo de inventários da Superintendência de Arquivo Público de Uberaba

Conforme se vê, a maioria dos cativos foi identificada como de Nação Benguela, somando oitenta e quatro africanos, e, em segundo lugar, os de Nação Congo, aferindo a quantia de sessenta e três.

Tentamos mostrar que o termo ‘escravo de nação’ não necessariamente indica a etnia ou nação ou a precisa procedência geográfica dos cativos africanos. Na maior parte das vezes, designa o lugar de embarque ou de aprisionamento desses negros escravizados. Essa recorrência das origens africanas/nação que vimos ao longo do nosso trabalho, propositalmente deixamos para comentar sobre os africanos de nação, no próximo do capítulo *Famílias cativas: perseguindo duas trajetórias*, centrando as investigações em relação aos casais de africanos: José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela, e Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra.

CAPÍTULO IV

Famílias cativas: as trajetórias das famílias de José e Marianna de Nação Benguela e de Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra

Neste capítulo, considerando que os aspectos da formação dessas duas famílias escravas foram evidenciados, indicando o tempo em que ambos os casais ficaram juntos, suas relações de compadrio, sociabilidades e laços de parentescos entre eles e outros cativos que moravam na chácara Boa Vista e em outras fazendas, o objetivo é – além de versarmos sobre alguns vestígios e curiosidades do inventário – mostrar as trajetórias de vida desses casais, os principais personagens deste estudo.

Um casal de escravizados conhecido na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba como José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela foi identificado, no inventário *post mortem* do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira,¹⁷⁹ e, ainda que as fontes de inventários e de batismos afirmem que são africanos, não sabemos se foram malungos,¹⁸⁰ durante a travessia do Oceano Atlântico, e não há informações sobre os seus ancestrais ou a região específica de onde teriam vindo. É possível supor que falassem a mesma língua, provavelmente o bantu, fator que pode ter sido um dado importante e até mesmo um divisor de águas em suas vidas, principalmente quando compartilhavam “esperanças” e “recordações” de sua terra natal.

No documento supracitado, quando o casal foi descrito entre os bens de raiz, nas subdivisões da chácara Boa Vista, consta apenas o registro de casas de moradas e de dois quartos ligados ao engenho, porém, mesmo que o documento não tenha citado o termo *senzalas*, temos plena convicção de que os escravos do Sargento-Mor não morariam na casa grande e, como os outros escravos, viveriam nas senzalas da chácara. Nesse caso, tomando dados emprestados de outros registros, poderíamos encontrar o termo *senzala* designando um “pavilhão, para os escravos solteiros, com espaços divididos para as mulheres e homens, e quartos separados para os casais.” Porém, uma hipótese possível é a de que José e Marianna estivessem abrigados em uma senzala separada para casal e, assim, viveram, lutaram e criaram

¹⁷⁹ Inventariado: Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. 1ª Vara Civil. Caixa: 94. 06 de fevereiro de 1832. Inventariante: Antônio Angelica de Jesus.

¹⁸⁰ PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 20. “[...] africanos de diversas origens, porém de culturas próximas, se definiram como “irmãos”, isto é, como “malungos” (parceiros, senão do mesmo navio negreiro, da mesma “travessia”), parentes reais e instituídos, depois rebeldes com causa incomum[...].”

seus filhos, juntos. O mesmo pode ter acontecido com Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra, cujas referências apresentamos a seguir.

Na página sete do inventário *post mortem* do Sargento-Mor constam as escravas Marianna e Pulcheria, identificadas como casadas e os filhos de ambas. Nesse sentido, seria importante pensar que a família escrava se conformava em condições muito singulares, dadas pela própria situação de cativo, e enxergá-la de acordo com o modelo de família burguesa seria uma postura equivocada, ainda que laços afetivos possam ser construídos em situações muito diversas. Para Mary Del Priore:

A definição de “família” num dicionário de 1813, de autoria de Antônio Moraes e Silva, é: “as pessoas de que se compõe a casa”. Na África Central Atlântica, de onde Mariana e Luiz vieram, a definição serviria para descrever a “casa grande” dirigida por um “grande homem”, o “Papai”, cercado de esposa, coesposas, filhos casados e solteiros, irmãos menores, parentes pobres, dependentes e um grande número de crianças. Ambos certamente dividiriam heranças da terra natal. O culto dos mortos e de deuses seria deles. Apesar de inúmeras dificuldades, pessoas como Luiz e Mariana lutariam para manter sua família – família essa que, em muitos casos, era a porta para a liberdade e uma saída do pesadelo.¹⁸¹

Entendemos que, ao usar o termo ‘coesposas’, Del Priore está referindo à esposa, com outra, ou outras, do mesmo marido, porém a documentação nos informa que foram muitas as mães africanas e crioulas, com filhos naturais, que foram até a pia batismal para os consagrarem com os sacramentos. Podemos imaginar, talvez, que alguns traços característicos da tradição africana tenham influenciado as relações de família escrava, no Brasil e, em relação à mulher africana, a historiadora ressaltou que:

O historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop afirma que em muitas sociedades africanas as mulheres tinham poder político, econômico e religioso. Entre os bantos, da região do Congo, por exemplo, era a mãe que dava identidade étnica e social aos filhos. Ela era a base e a garantia da sociedade. O marido entrava na vida da mulher apenas como pai biológico de seus filhos, mas tinha pouco espaço. Para as grandes etapas da vida dos filhos, a mãe consultava seus irmãos e irmãs. Essa tradição irá se repetir no Brasil nas famílias com chefia feminina.¹⁸²

Alguns estudos contribuem para observarmos as lutas de mulheres cativas nas condições de adversidade da vida em senzalas, embora não tenhamos documentação necessária para perceber, com maior clareza, como se deram essas relações, na região mineira. No que diz

¹⁸¹ PRIORE, Mary del. **À procura deles: quem são os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil, da Colônia à República**. São Paulo: Benvirá, 2021. p. 14

¹⁸² Ibid., p. 16.

respeito às dificuldades dos africanos e das crioulas em manterem suas relações estáveis, Priori lembra:

Não era nada fácil preservar afetos e garantir a união da família em terra estrangeira. A escravidão era um sistema opressor, e seu efeito sobre a vida de milhares de pessoas foi terrível. Nem por isso cativos desistiram de negociar com seus senhores, de criar alianças entre seus pares e de lutar com todas as forças quando viam seus laços familiares ameaçados. Ai de quem quisesse separá-los. Se ocorria a venda de parentes, reagiam com artimanhas e violência. A historiadora Izabel Reis debruçou-se sobre documentos que revelam reações desesperadas. As fugas eram mais frequentes: fugas “em família”, fuga de casados, de “amasios”, de “mulheres peçadas com filhinhos nos braços”, de mães com suas “crias”. Depois da evasão, não faltaram reencontros dos que mudavam de nome e endereço, vivendo como livres, procurando ocupação, rearranjando-se com novos parceiros que podiam ser também escravos, libertos ou livres. Mas, sobretudo, juntando dinheiro para comprar a liberdade.¹⁸³

De acordo com os inventários do século XIX consultados, é possível afirmar que a família escrava se fez presente de forma satisfatória, nos plantéis pequeno, médio e grande, e nesse sentido, inclusive em relação a Minas Gerais setecentista, o historiador Eduardo França Paiva ressaltou:

Os núcleos familiares existiram com frequência nas pequenas, médias e grandes posses, e vale a pena insistir, os parentes cativos assim identificados na documentação representam uma percentagem acima de 20% do total da escravaria possuída por testadores e inventariados.¹⁸⁴

Não sabemos quando José Benguela, Marianna Benguela, Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra se casaram, nem a época em que chegaram à Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, porém podemos afirmar que, mesmo com todas as dificuldades da vida em cativeiro, eles e outros casais cujos nomes encontramos nos registros, conseguiram criar seus filhos e constituíram relações de parentesco sanguíneos e espirituais, desenvolvidas dentro das diversas comunidades escravas da freguesia.

¹⁸³ Ibid., p. 24.

¹⁸⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

Marianna e José de Nação Benguela ou de Nação Angola?

No testamento de 27 de junho de 1823 e no inventário de 6 fevereiro de 1832, o casal de escravos José e Marianna aparece nos registros como de Nação Benguela. Entretanto, nas certidões de batismos dos seus filhos, eles são identificados como José Angola e Marianna Angola, conforme se vê:

Aos vinte e seis de Maio de mil oitocentos e vinte e dois n'esta Matriz de Uberaba batizei e pus os Santos Oleos a Tertuliano, inocente, filho legítimo de José Angola e Marianna Angola, escravos de Antonio Eustachio da Silva. Foi madrinha Maria Luisa, filha de Manuel Luiz Mamede. O Vigario, Antonio José da Silva. (p. 123 verso. Livro 1. p. 123 verso).

Aos onze de Setembro de mil oitocentos e vinte e cinco n'esta Matriz de Uberaba batizei e pus os Santos Oleos a José, inocente, filho legítimo de José Angola e Marianna Angola, escravos de Antonio Eustachio da Silva e foram padrinhos Manuel Vicente Garcia e Rosa Maria, sua mulher. O Vigario, Antonio José da Silva. (p. 123 verso. Livro 1.).

Aos vinte e um de Janeiro de mil oitocentos e vinte e sete nesta Matriz de Uberaba, de licença minha, o Padre Zeferino Batista Carmo batizou solenemente a José, inocente, filho legítimo José e Marianna, escravos de Antonio Eustachio. Foram padrinhos Antonio e Aguida crioulos, escravos. Vigario, Antonio José da Silva. (Livro 1. p. 16 verso).¹⁸⁵

Cruzando as informações do inventário *post mortem* com os registros de batismos, descobrimos que a escrava Marianna de Nação Benguela, 40 anos, e José de Nação Benguela,¹⁸⁶ 50 anos, além dos quatro filhos: Domingos Crioulo, Antônio Crioulo, Tertuliano Crioulo e Rita Crioula, registrados no testamento de 27 de junho de 1823, tiveram também dois com o nome de José. Analisando atenciosamente o inventário, confirmamos que, no rol dos escravizados do Sargento-Mor, registrados após 1º de março de 1827, aparece um desses filhos do casal. Assim, chegamos à conclusão de que o José, batizado no dia 11 de setembro de 1825, pode ter falecido, pois o José Crioulo, que consta no inventário a partir de 1827, provavelmente, é o que recebeu o sacramento no dia 21 de janeiro desse ano.

No que diz respeito a ser de Nação Benguela, a historiadora Mariana Pinho Cândido, no artigo *Uma história de Benguela na economia do Atlântico Sul*, ressaltou:

¹⁸⁵ Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus. Livro 1. p. 16 verso, 123 verso e 159.

¹⁸⁶ Se observarmos nos registros de batismo, José e Marianna foram identificados como de Nação Angola, porém decidimos respeitar as identificações que constam no testamento de 27 de junho de 1823, por terem sido feitas de próprio punho pelo Sargento-Mor Antônio Eustáquio e anexadas ao inventário.

[...] Benguela, hoje uma das principais províncias do jovem país e, historicamente, durante mais de duzentos anos, o terceiro maior porto de embarque de escravos do Atlântico. [...] desde a primeira expedição portuguesa à localidade que ficou conhecida como “Benguela Velha”, no início do século XVI, até meados do século XIX, quando Benguela perde sua importância na economia atlântica devido à legislação que determina o fim do tráfico de escravos para o Brasil.¹⁸⁷

Continuando no aprofundamento da pesquisa em relação ao casal José e Marianna, inferimos que, devido às suas idades, ambos podem ter vindos do Julgado do Desemboque, com o Sargento-Mor, em 1812. José teria, nessa época, 30 anos, aproximadamente, e Marianna estaria com 20 anos. O casal de africanos teve seis filhos e dois netos, cujas idades não constam, mas, de acordo com o testamento anexado ao inventário, a filha mais velha de ambos, provavelmente, foi Rita crioula, supostamente com 15 anos, pois já tinha um filho natural (chamado Nicolau) e, comparando esse registro a outros documentos, vimos que essa é a idade em que as escravas estavam prontas para serem mães, ou até mais novas, pois há registros de algumas como nutrizes, alugadas na capital da Corte.

Com relação ao escravo Nicolau, filho de Rita Crioula, o Sargento-Mor Antônio Eustáquio declarou, em 1827:

Declaro que tenho mais: (1827)

Um escravo por nome João Angola, um crioulo por nome José, filho de Marianna, uma mulata filha de Pulqueria por nome Maria, Jeronima, filha de Pulqueria; um mulato, Venancio, um cabra por nome Manoel, um moleque Nicolau e, Aguida.¹⁸⁸

Dentre esses oito escravizados supracitados, em 1827, cinco nasceram nas senzalas da chácara Boa Vista e eram filhos das escravas Marianna e Pulcheria Cabra. Mais à frente, especificaremos os filhos dos casais e os outros escravos que compunham o plantel e, por ora, cabe-nos esclarecer que não encontramos o registro de batismo do escravo Nicolau, mas, supondo que tenha nascido em 1827 e que sua mãe tivesse dado à luz com 15 anos, em 1832, ele estaria com 5 anos, ela com 20 anos e, por ser Rita a filha mais velha, José e Marianna estariam casados há, aproximadamente, 20 anos.

Encontramos, no testamento de 27 de junho de 1823, somente os registros de batismos dos irmãos Tertuliano crioulo, sacramentado em 25 de maio de 1822, que nos leva a pensar que, em 1832, ele estaria, talvez, com 10 anos. Seguindo essa linha de raciocínio, José Crioulo, que

¹⁸⁷ CANDIDO, Mariana Pinho. **An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and Its Hinterland (2013)**. Nova York: Cambridge University Press, 2015.

¹⁸⁸ Ibid., p. 8.

não consta no testamento de 1823, foi batizado em 21 de janeiro de 1827, e estaria com 5 anos. Já Constantino Crioulo, listado no inventário de 1832, seria o caçula dos irmãos, com apenas 6 meses de vida.

Relações de compadrio

De acordo com os registros de batismos de 1816, até a morte do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, em 1832, o casal de escravizados Marianna e José, foi até a pia batismal somente na ocasião dos sacramentos de seus três filhos: Tertuliano Crioulo, em 1822, com a presença apenas da madrinha, Maria Luiza, uma mulher livre; José Crioulo, em 1825, cujos padrinhos também eram livres, e o outro filho também com o nome José, em 1827, apadrinhado pelos escravos Antônio e Aguida, companheiros de cativeiro de seus pais.

A relação de compadrio é objeto de interesse de alguns estudiosos da escravidão,¹⁸⁹ e esses estudiosos não desprezam o caráter de proteção, afeição e corresponsabilidade presente em um pacto fundamentado no sentido material e espiritual e formalizado na relação. Segundo Rocha:

Se levarmos em conta que a instituição do compadrio tem como fundamento a idéia de um nascimento espiritual, em que os padrinhos compartilham com os pais a responsabilidade pelo futuro não apenas espiritual, mas também material do indivíduo batizado, conseguimos compreender, em certa medida, as expectativas que guiam a escolha de compadres por parte dos escravos.¹⁹⁰

As intenções e os laços criados, por meio das relações de compadrio constituídas na pia batismal, pelos escravizados Marianna de Nação Benguela e José de Nação Benguela e também pelos seus parceiros de cativeiro, Pulcheria Cabra e Manuel Bento Cabra, com pessoas livres, significou a ampliação ou a consolidação de redes de solidariedade, companheirismo e, por que não, de estratégias para que, no futuro, seus filhos pudessem vislumbrar dias melhores. Nesse

¹⁸⁹ PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes rebeldes, nas fazendas de Campinas (1832)**. Editora da Unicamp, 2011. ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. São Paulo: Alameda, 2014. SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo Garcia; GÔES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

¹⁹⁰ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 122.

sentido, vínculos com compadres livres e libertos também ganham especial significado, tal como ressaltou Rocha:

Podemos pensar que o estabelecimento desse parentesco com pessoas livres significou para os escravos a criação de solidariedades verticais, das quais eles, certamente, esperavam auferir algum tipo ganho, como proteção ou a possibilidade da liberdade. Já a escolha de libertos poderia indicar tanto a busca dessas vantagens quanto a manutenção de amizades entre os escravos [...]¹⁹¹

De acordo com as análises realizadas no inventário *post mortem* do Sargento-Mor, foram constatados 15 escravizados sem identificação de família consanguínea ou de estado civil, portanto, após essas análises e as das suas idades, nós os identificamos como solteiros.

Dentre os quinze cativos, catorze eram homens (com faixa etária de 15 a 45 anos, porém para cinco deles não consta a idade) e uma mulher (também sem registro de idade). Esse grupo era formado por seis africanos: dois de Nação Benguela, dois de Nação Angola e dois de Nação Congo. Já os escravos crioulos eram nove e dois deles foram registrados como oficiais de ferreiro e de pedreiro.

Após a morte do Sargento-Mor, sete cativos foram alforriados, quatro ficaram em poder dos herdeiros, um foi vendido e sobre outros três, não consta nenhuma informação. Dentre esses escravos, havia outros na condição de solteiros, nascidos dentro das senzalas da chácara Boa Vista, filhos dos casais José de Nação Benguela e Marianna e Manuel Bento Cabra e Pulcheria, os quais comentaremos mais à frente.

Família de José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela

Antes de entrar no âmbito dessas famílias escravas, vem a pergunta: por que, dentre tantas famílias escravas encontradas em nossas fontes, a escolha desses casais? A resposta está relacionada à primeira vez em que tivemos a oportunidade de folhear o inventário de 1832 e essas famílias chamaram nossa atenção. O cruzamento dessas fontes descortinou as relações desses cativos com os seus parceiros de cativeiro e, principalmente, com outros escravizados que residiam em senzalas, de outras fazendas. A confirmação desses laços nos motivou muito, tornando-se nosso desafio conduzir esta pesquisa e mostrar a flor e os botões que germinaram na chácara Boa Vista.

¹⁹¹ Ibid., p. 124-125.

Ainda que não tenha sido possível rastrear mais detalhes sobre uniões oficializadas pela Igreja, por não constarem registros de casamentos das primeiras décadas do século XIX, constatamos 99 uniões de 1816 a 1888: 47 mistos, entre africanos com crioulas, africanas com crioulos e africanos com africanas e a maioria delas entre os escravos crioulos (52 casamentos), com o destaque para o fato de que muitos desses cativos são descendentes dos primeiros africanos que vieram para a região da Farinha Podre, desvelando uma maior incidência da formalização, conforme a união católica e a naturalização dessa prática, na região.

O inventário do Sargento-Mor traz uma série de informações importantes que permite mapear os cativos, suas idades e, principalmente, as relações de parentesco entre eles. Por exemplo, os já citados casais, José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela e Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra, constam no testamento de 27 de junho de 1823, anexado ao inventário de 1832 e, mais especificamente em relação a José, o registro diz que o Sargento-Mor o “alforriou pela lealdade com que o serviu durante a sua vida, mas, de acordo com o escrito, serviria à sua esposa Dona Antônia Angelica de Jesus, durante 10 anos, e ao seu filho Valeriano Antônio de Mascarenhas, por 2 anos, obtendo a condição de forro após a morte de Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira”¹⁹².

Na página 10 do mesmo documento, consta, em relação aos escravos José de Nação Benguela, Marianna de Nação Benguela, Manuel Bento Cabra e Pulcheria: “Declaro que deixo o meu negro Jose forro, sua mulher Marianna e meu escravo Manoel Bento e sua mulher Pulqueria”.¹⁹³ Após as análises, entendemos que, com a morte do Sargento-Mor, muitos dos escravizados das senzalas da chácara Boa Vista conseguiram suas alforrias e até mesmo compraram as suas liberdades, ainda que relativas, ou sob condição, devido à “lealdade” perante seu senhor.

Conforme íamos analisando as informações contidas no inventário *post mortem* do Sargento-Mor, percebíamos que elas sofriam alterações. Por exemplo, consta que, no dia 31 de setembro de 1832, foi feito o Termo de Avaliação, na casa de morada do Juiz de Órfãos, onde o escrivão e os nomeados, o alferes Silvestre da Silva e Oliveira e o seu ajudante Pedro Gonçalves da Silva, avaliaram os escravos José de Nação Benguela e sua mulher Marianna, libertos após a morte do seu senhor,¹⁹⁴ porém consta também que o casal estava na condição de coartados, ou seja, haviam comprado sua liberdade à prestação. Para conquistarem

¹⁹² Inventariado: Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. 1ª Vara Civil. Caixa: 94. 06 de fevereiro de 1832. Inventariante: Antônia Angelica de Jesus.

¹⁹³ Ibid., p. 10.

¹⁹⁴ Ibid., p. 25 verso e 38 verso.

determinados desejos, os cativos, muitas vezes, pagavam o preço alto da submissão e da humilhação, uma forma de plantar, para num futuro próximo, colherem a sua liberdade. Não podemos esquecer que a fuga também foi uma das formas de libertação.

Cativos solteiros, filhos de José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela

Em 1832, José de Nação Benguela, estava com 50 anos e sua mulher Marianna de Nação Benguela com 40 e já era um casal alforriado¹⁹⁵. Junto aos filhos e netos: Domingos Crioulo, Antônio Crioulo, Tertuliano Crioulo, José Crioulo, Constantino Crioulo e Rita Crioula e seus filhos Nicolau Crioulo e Antônio Crioulo, compunham uma família de dez pessoas, cujo rebento mais novo era Constantino Crioulo, de 6 meses; Rita Crioula era mãe de dois filhos natural e os outros 4 crioulos eram solteiros e ficaram na condição de escravos coartados, ou seja, a liberdade deles seria paga a prestações pelos prazos de 2 a 12 anos. Com relação à idade desses escravos, o inventário informou somente a do infante Constantino.

Como podemos confirmar, o documento traz registros importantes e interessantes sobre o casal de escravizados José e Marianna de Nação Benguela e os seus filhos. Os nomes, as identificações de Nação e as informações se eram crioulos ou cabras são itens que enriquecem a pesquisa e nos ajudam a entender mais sobre esses agentes sociais e a inferirmos que, ao longo da convivência e de acordo com suas condutas com os seus senhores, certamente cada dia era um desafio e a resiliência, as estratégias, as relações de compadrio foram fundamentais para as conquistas futuras dessas famílias.

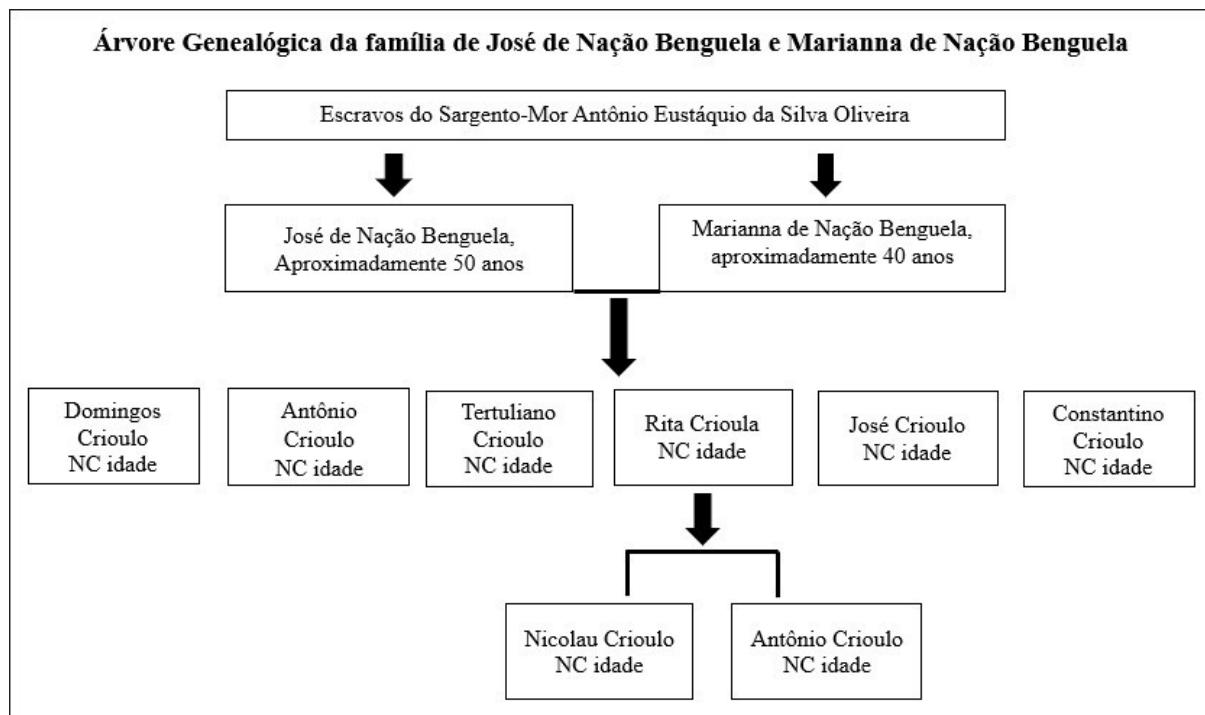
Chama a atenção no inventário, o registro de que Rita Crioula é mãe dos escravos Nicolau Crioulo e Antônio Crioulo, porém, não consta quem é o seu companheiro ou marido, fato que nos permite criar hipóteses, pois devido às relações desses cativos com os de outras fazendas, talvez uma união consensual com algum escravo de fazenda vizinha tenha ocorrido, ou esses filhos poderiam ser fruto de outras relações, inclusive com homens forros e livres, que não se davam a conhecer, conforme aparecem nos registros de filhos naturais.

Tentando traduzir as informações acima, é possível esboçarmos um quadro mais detalhado sobre a família de José e Marianna: seis filhos (cinco homens e uma mulher) e dois netos. À época da morte do Sargento-Mor, todos viviam na companhia dos pais e, de acordo com tal distribuição, temos uma família na qual podemos confirmar três gerações de escravos: a primeira dos avós: José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela; a segunda dos

¹⁹⁵ Ibid., p. 10.

filhos e a 3ª, constituída por Nicolau e Antônio, filhos naturais de Rita Crioula, tal como procuramos mostrar na figura a seguir.¹⁹⁶

Em relação a essa família, mais três detalhes descritos no inventário também merecem



destaque:

- a) quando a escrava Rita foi batizada, no dia 1º de maio de 1831, já era adulta e consta como propriedade de Dona Antônia Angelica de Jesus e como mãe de Nicolau Crioulo, porém José e Marianna eram avós de duas crianças, pois, em 11 de junho de 1832, Rita deu à luz a outro filho natural, Antônio Crioulo, cinco meses após a morte do Sargento-Mor;
- b) o único batismo de filho do casal de africanos que encontramos, antes do testamento de 27 de junho de 1823, foi o do escravo Tertuliano Crioulo, sacramentado em 25 de maio de 1822. No ano em que faleceu o Sargento-Mor, Tertuliano completaria 10 anos, mas como o inventário só terminou em 24 de maio de 1845, o cativo estaria com 23 anos e o prazo de sua coartação já teria sido finalizado;
- c) não há registro de batismo de Nicolau, filho de Rita Crioula, mas o nome dele aparece no inventário, em uma declaração de 1827, na página 8. Nesse sentido, podemos inferir que: se Nicolau nasceu no da citada declaração, em 1832, ele estaria com 5 anos e se a

¹⁹⁶ As árvores genealógicas das famílias de José e Marianna de Nação Benguela; Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra, foram feitas por Luís Fernando Ribeiro de Oliveira, funcionário do Arquivo Público de Uberaba. 2024.

sua mãe estivesse com 15 anos, quando findou o inventário, em 1845, ela estaria com 33.

Quando findou o processo de inventário, em 1845, Marianna de Nação Benguela estava com 53 anos e seu marido, com 63 anos. Decorrida uma década, podemos pensar que as experiências, as recordações, a obediência ou não, e a sapiência desses cativos, provavelmente, foram um divisor de águas para a sobrevivência dos seus infantes.

Ao que nos parece, também nesta região mineira, muitos africanos optaram por se unir com parceiros da mesma Nação, fato que não era estranho, uma vez que tais encontros seriam importantes como forma de fortalecer sentimentos de identidade étnica e vínculos culturais profundos. Sobre essas escolhas, a historiadora Marina de Mello e Souza comentou:

Além das identidades fundadas em noções de origem e semelhanças culturais, a escolha de parceiros sexuais e a constituição de famílias estáveis era uma outra forma pela qual a comunidade negra ia se estruturando. Mas também na escolha de parceiros as noções de origem eram uma variável importante. No geral, dava-se preferência a companheiros da mesma nação, ou de regiões culturalmente parecidas. Assim, era mais comum africanos casarem entre si, o mesmo acontecendo com os crioulos. Mas não era raro que livres e escravos se unissem.¹⁹⁷

O casal Pulcheria Cabra e Manuel Bento Cabra

Considerando o posicionamento da Igreja referente ao casamento entre os escravos, José Flávio Motta salientou que, desde o século XVIII, esse tipo de vínculo não seria proibido, porém, como adverte Maria Beatriz Nizza da Silva, o matrimônio ou a experiência da vida conjugal não implicava em qualquer conquista de liberdade:

[...] A posição por esta adotada, expressa nas Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, impressas em 1720, reconhece o direito, divino, de os cativos casarem-se entre si ou com pessoas de outra situação social; proíbe, além disso, aos senhores impedir tais casamentos, bem como separar os cônjuges (cf. Silva, 1984, p. 139-48). Adianta-se, pois, a Igreja, mais de um século em relação à legislação. Como observa Maria Beatriz Nizza da Silva, “[...] a Igreja defendia o direito do escravo a casar-se e a usufruir uma vida conjugal normal, como se não estivesse em cativo, mas, ao mesmo tempo, tinha o cuidado de explicitar que casamento nada tinha que ver com alforria” (Silva, 1984, p. 140).¹⁹⁸

¹⁹⁷ SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2ª.ed. – São Paulo: Ática, 2007. p. 107.

¹⁹⁸ MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e a família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. p. 190.

Não sabemos se realmente todas as pessoas que viviam na chácara Boa Vista foram arroladas, já que era comum, em outras regiões, que não se listassem todos os bens. Nesse sentido, a historiadora Cristiany Miranda Rocha, afirma, em relação a Campinas:

Esses números, no entanto, como sabemos, subestimam o número real de pessoas vivendo junto de algum familiar, já que a preocupação de tais listas era apenas descrever e avaliar os escravos a serem partilhados entre os herdeiros e não apresentar suas redes de parentescos. Apesar das variações que ocorrem de um inventário para outro, era comum aparecer nessas descrições, além das relações familiares imediatas, a profissão e/ou aptidão para o trabalho, a nacionalidade (nesse caso, não de forma sistemática) e observações acerca das condições físicas e mentais dos cativos. (...) Dessa forma, tais listagens costumam mencionar apenas os casais e seus filhos menores de 11 anos, assim como as mães solteira ou viúvas com os seus filhos menores [...].¹⁹⁹

Mesmo que as fontes possam não revelar precisamente a história desses personagens, a escrita historiográfica é importante. Assim também assinala a historiadora Sandra Lauderdale Graham, sobre a região cafeeira que flanqueava o Paraíba, estendendo-se do leste da província de São Paulo até a província do Rio de Janeiro. Sobre o caráter lacunar das fontes, ela afirmou que:

Nenhuma das histórias nos foi deixada por completo e nenhuma delas é contada pelas próprias protagonistas. São histórias recuperadas, coletadas e reunidas a partir de fontes originalmente registradas e guardadas por razões muito diferentes e particulares. Os documentos centrais são uma petição eclesástica de anulação de casamento que consiste de duzentas páginas manuscritas e um testamento de onze páginas.²⁰⁰

As principais fontes de nossas pesquisas são os livros de batismo, de casamentos, as cartas de liberdade e, neste momento, o inventário *post mortem* do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, no que tange a seus cativos, perseguindo, especificamente, vestígios do casal de escravos Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra.

Os registros indicam que ambos estava entre os cativos que vieram com o Sargento-Mor, conforme consta nos artigos publicados de Lafayette de Toledo, quando ressaltou “[...] derrubando matas e edificando ranchos para os novos habitantes, tudo isso á custa, no que não

¹⁹⁹ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 92.

²⁰⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 11.

só tem empregado o serviço dos seus escravos e [...] não poupando-se fadigas, trabalhos e riscos de sua pessoa e seus escravos”.²⁰¹

Pelas descrições do inventário *post mortem* de 1832, àquela época, Pulcheria Cabra já devia estar com 50 anos e Manuel Bento Cabra era bem mais velho do que ela. Alguns documentos que encontramos são importantes para analisar o tempo em que esses cativos estavam juntos, as suas experiências no cativeiro e, principalmente, como auxiliavam os “novos habitantes”, recém-chegados para fazer parte do plantel de escravos que moravam nas senzalas da chácara Boa Vista.

Nesse sentido, contamos com a ajuda do Arquivo Municipal do Município de Paracatu, Minas Gerais, que enviou, para o Arquivo Público de Uberaba, 10 documentos avulsos e digitalizados, versando sobre o período de 1809 a 1817, identificados como “*Livro para Receita da Decima deste Julgado do Desemboque*”, já que, no livro de registro de 1811, à folha de abertura, consta: “*Esse Livro he para a Receita da Decima deste Julgado do Desemboque no presente anno de 1811*”. Porém o documento de registro que nos interessa é o livro “*1809 – Entradas Desemboque*”, no qual estão identificados os impostos cobrados sobre as mercadorias de compradores que entravam no Julgado do Desemboque.

Na página do citado documento, no registro nº 54, item quatro, temos:

“Aos 17 dias do mes de Novembro de 1809 dei entrada neste Registro do Desemboque o Capitam Antonio Eustaquio da Silva e Oliveira vindo do Rio de Janeiro e Guiado por Esta Capitania dos Seguintes Negros Novos.

Sete Negros Novos a 39//000// 21\$000

de Fazenda seca ferro e xumbo.....// 23\$203

// 44\$203²⁰²,”

Atestando nossa suposição, o geógrafo Luís Augusto Bustamante Lourenço, em seu livro *A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)*, afirmou:

Antônio Eustáquio, o segundo irmão, organizou, em 1810, uma incursão à região que se estendia à oeste do Desemboque. Contou com 30 homens nessa expedição, quando avançou 30 léguas (198 km) até o rio da Prata.

²⁰¹ **Jornal Gazeta de Uberaba** de 15 de setembro de 1888, p. 2. Ano X. Nº 590. Lafayette de Toledo – Tema dos artigos: “Coluna Excavações Históricas”.

²⁰² Documento avulso digitalizado. Página do Livro de registro de entrada de mercadorias do Julgado do Desemboque, “1809 Entradas Desemboque”. p. 12. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Antônio Eustáquio fez outra incursão pelos sertões do oeste em 1812, desta vez, acompanhado de seu primo, o padre Hermógenes (SILVA, 1970), e de volta dela, retornou a Vila Rica, para convidar parentes a se instalarem nas novas terras (TEIXEIRA, 2001).²⁰³

Nesse sentido, podemos também afirmar que, entre maio e setembro de 1812, Eustáquio fez a segunda incursão e, no final desse ano, já estava morando, em definitivo, no arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

Retomando o documento do registro supracitado, feito em novembro de 1809, entendemos que a compra dos sete negros novos, no Rio de Janeiro, e sua transferência para o Desemboque, pelo Sargento-Mor, já previa a atuação desses trabalhadores cativos, nas incursões.

De acordo com o inventário *post mortem*, em 1832, o escravizado Manuel Bento Cabra, estava com aproximadamente 70 anos. Assim, em 1812, estaria com 50; em 1810, 48, e, em 1809, 47 anos. Já sua mulher Pulcheria Cabra, em 1832, estaria com aproximadamente 50 anos; em 1812, 30; em 1810, 28, e, em 1809, 27 anos. Pelas idades dos cativos, principalmente a de Manuel, é possível que antes da aquisição dos sete negros novos e também das incursões de Eustáquio pela região do Sertão da Farinha Podre, Manuel e Pulcheria já pertencessem ao Sargento-Mor, principalmente, se considerarmos que se, em 1809, Manuel tinha 47 anos, seu senhor não compraria um escravo mais velho e, provavelmente, quando os sete novos chegaram ao Julgado do Desemboque, o casal, como propriedade do Sargento-Mor, auxiliou os novos companheiros.

Laços de família e parentesco

Seria importante compreender as origens africanas desses “novos escravos” e dos que vieram depois, além de perceber que as práticas sociais desenvolvidas nesta região e as trocas e intercâmbios de traços culturais conformariam modos de convivência, afetos e sociabilidades próprios do lugar. Rocha nos ajuda a refletir sobre a relevância da origem, da cultura e da reprodução das famílias cativas, em relação à própria história da escravidão no Brasil, pois para ela:

²⁰³ LOURENÇO, Luiz Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia, 2002. p. 85.

A questão da origem possui, sem dúvida, relevância para a compreensão das normas e práticas familiares dos escravos. Afinal, se os africanos dominaram a população escrava durante a primeira metade do século XIX, na segunda até a Abolição eram seus filhos e netos que compunham a maior parte desse contingente. Na tentativa de compreender a formação, manutenção e os significados dos laços de família e parentesco entre os cativos, é de suma importância atentar para o fator cultural. As práticas culturais africanas, juntamente com as condições (impostas e negociadas) dentro do cativeiro, aqui no Brasil, conformaram a vivência e a concepção de vida familiar dos cativos. No caso dos africanos, a “formação cultural” trazida em cada corpo aprisionado, certamente, teve um peso diferente daquele exercido pela “herança cultural” sobre os escravos crioulos. Mas, de qualquer maneira, tanto uma como a outra precisam ser mais bem estudadas em suas influências sobre a vida familiar dos escravos.²⁰⁴

Como a autora bem observa, além das condições históricas existentes, é preciso avaliar as práticas herdadas e também as imposições do cativeiro e as negociações conquistadas, nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, serve-nos de exemplo que dos dezesseis escravizados do plantel de Antônio Eustaquio, testamentados em 27 de junho de 1823 e anexados ao inventário de 1832, dois casais chegaram a constituir suas famílias e diversas redes de sociabilidade, solidariedade e de compadrio.

De acordo com a documentação pesquisada, quando o Sargento-Mor fixou sua residência no arraial de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, em 1812, Pulcheria Cabra estava com 30 anos; na ocasião do testamento, com 41, e no inventário de 1832, provavelmente com 50 anos. Porém sobre seu marido não há registro relativo à sua idade e, no inventário, à página 39, consta: “Manoel Bento, muito velho, muito doente, de axaques e demente”. O casal, ao que parece, talvez fosse o mais experiente do plantel, não apenas pelo casamento longo, mas pelas relações estabelecidas por eles, frutos de estratégias e de negociações e conquistas, em um cotidiano difícil e inconstante, como era a vida em cativeiro.

Considerando que as nossas fontes clarificam e ajudam a desvendar como Pulcheria e Manuel Bento, durante suas vidas em cativeiro, conseguiram, mesmo com as condições “impostas e negociadas”, conquistar a confiança dos seus senhores e constituir uma família nuclear, podemos pensar que, talvez, isso não fosse tão incomum, na região mineira. Além disso, ambos poderiam até já estar casados, ou pelo menos ser parceiros, quando vieram para a região, já que o casal era reconhecido como propriedade humana do dono da chácara Boa Vista.

Por meio da pesquisa no inventário *post mortem* de 1832, observa-se que o casal teve cinco filhos, porém, no testamento de 27 de junho de 1823, aparecem apenas Vicente Cabra e João Cabra, o primeiro filho do casal a ser identificado, no livro de batismos.

²⁰⁴ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 68.

Aos vinte e nove de junho de mil oitocentos e vinte e um nesta Matriz de Uberaba batizei e pus os Santos Óleos a *João inocente*, filho legítimo de *Manuel Bento e Pulcheria*, escravos de Antônio Eustáquio da Silva. Foram padrinhos José Campos e Maria de Jesus. O Vigário, Antonio José da Silva.²⁰⁵

No ano de 1827, mais três filhos de Pulcheria foram inventariados: uma mulata chamada Maria, Venâncio Cabra e Jerônima Cabra, nascida em 1826, e registrada no livro de batismo:

Aos vinte e cinco de Maio de mil oitocentos e vinte e seis n'esta Matriz de Uberaba baptizou o Reverendo Francisco da Rocha, e pus os Santos Oleos a Jeronyma, inocente, filha legitima de Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra, escravos de Antonio Eustachio da Silva. Foram padrinhos Candido Rodrigues de Paiva e Gertrudes de Tal. O Vigário, Antonio José da Silva.²⁰⁶

Levando em conta as informações do livro de registro de batismos, se o escravo João Cabra for o primogênito de Pulcheria e Manuel Bento, na época do inventário de 1832, o casal estaria vivendo junto há 11 anos, pois essa era a idade de João, e Jerônima estaria com 6 anos. Não encontramos os batismos de três outros irmãos e embora o nome de Vicente Cabra conste no testamento de 1823, não sabemos se ele é mais novo ou mais velho do que o seu irmão João Cabra. Em relação a Venâncio e a sua irmã Maria, supomos que foram inventariados, entre outros bens, após o ano de 1827 e, em 1832, estariam com a idade de 1 a 5 anos.

No que diz respeito ao tempo de casados de Pulcheria e Manuel Bento, não foi possível encontrar os primeiros livros de registros de casamento da Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, mas a partir da informação de que a idade da mulher, em 1812, quando o Sargento-Mor fixou residência no arraial, era de 30 anos e ela já vivia junto a seu parceiro, seria possível pensar que, em 1832, eles estavam unidos há 20 anos.

Nas atividades diárias do trabalho servil, na região da Farinha Podre, as comunidades negras também buscaram meios de elaborar formas específicas de organização, voltadas para seus interesses próprios. O parentesco ritual foi um dos mecanismos que muitos, inclusive Pulcheria e Manuel Bento, encontraram para tentar melhorar suas vidas no cativeiro.²⁰⁷

²⁰⁵ Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus. Livro de batismo nº 1. p. 115 verso.

²⁰⁶ Ibid., p. 172 verso.

²⁰⁷ Segundo Marina Mello e Souza, o compadrio, instituição do mundo cristão português que fazia do padrinho de batismo um substituto do pai, também foi muitas vezes usado pela comunidade negra para traçar laços de parentesco ritual, em função dos quais se teciam solidariedades. Isso mostra que, algumas vezes, elementos do mundo dos senhores eram adotados e usados conforme os interesses dos africanos e seus descendentes. SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2ª.ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 108-109.

Ao analisar os documentos de batismos da Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, percebemos que os escravizados Manuel e, principalmente, Pulcheria estavam familiarizados com a pia batismal da Igreja Matriz, já que seus nomes aparecem tanto nos batismos dos seus filhos, como nos de companheiros de senzala e de escravos que viviam em outras fazendas. No período de 1821 a 1832, encontramos doze batismos dos quais nove eram de cativos e outros três eram de proprietários e propriedades de outras porteiras.

Na região em tela, portanto, é possível observar que as relações de compadrio dos escravizados do Sargento-Mor, estabelecidas na pia batismal, foram além das porteiras da chácara Boa Vista, principalmente as constituídas por Pulcheria e seu marido, como consta nos batismos que apresentamos a seguir:

- a) Joaquim de Nação Cabinda, adulto - propriedade do vigário Antônio José da Silva (o primeiro testamenteiro do Sargento-Mor, em 1832); apadrinhado por Pulcheria e seu marido Manuel Bento.

Aos dezenove de Fevereiro de mil oitocentos e vinte e um batizei e pus os Santos Oleos a Joaquim, Cabinda, adulto, escravo de Antonio José da Silva. Foram padrinhos Manuel e Pulcheria, escravos. O Vigario, Antonio José da Silva.²⁰⁸

- b) Luiz de Nação Angola, adulto - propriedade do senhor Thomaz José de Miranda Porto (compadre de Antônio Eustáquio), apadrinhado por Manuel Vicente, livre, e por Pulcheria.

Em o primeiro de Agosto de mil oitocentos e vinte e cinco n'esta Matriz de Uberaba baptizei e pus os Santos Oleos a Luiz Angola, adulto, escravo de Thomaz José de Miranda Porto. Foram padrinhos Manuel Vicente e Pulcheria Cabra. O Vigario, Antonio José da Silva.²⁰⁹

- c) Joaquim, adulto - propriedade do senhor Antônio d'Araújo, apadrinhado pelos escravizados do Sargento-Mor, Pulcheria e Antônio, companheiros de cativeiro desde o testamento de 27 de junho de 1823, que saíram da chácara Boa Vista e foram até a Igreja Matriz.

²⁰⁸ Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus. Livro de batismo nº 1. p. 112.

²⁰⁹ Ibid., p. 157 e 157 verso.

Aos dezesseis de Outubro de mil oitocentos e vinte e cinco n'esta Matriz de Uberaba baptisei e pus os Santos Oleos a Joaquim, inocente, filho, digo, adulto, escravo de Antonio d'Araujo. Foram padrinhos Antonio e Pulcheria Cabra, crioulos.²¹⁰

Mesmo que as relações fossem em menor grau, é possível que o casal Pulcheria Cabra e Manuel Bento Cabra tenha construído vínculos de confiança com o Sargento-Mor e com uma das pessoas que gozava de maior crédito com ele, o vigário Antônio José da Silva. Dessa maneira, podemos pensarmos que laços de companheirismo e, talvez, de respeito entre os padrinhos, afilhados e, quem sabe, os proprietários, foram fortificados na pia batismal.

Resumindo, no período de 1816, até a morte de Antônio Eustáquio, o casal Cabra batizou seus filhos João, no dia 29 de junho de 1821, e Jerônima, em 25 de maio de 1826, e estendeu as relações de compadrio para além da senzala da chácara Boa Vista, já que apadrinhou Joaquim Cabinda, escravo do vigário Antônio José da Silva, e Luiz Angola, escravo do senhor Thomaz José de Miranda Porto. Além disso, Pulcheria foi madrinha de Joaquim, propriedade do senhor Antônio d'Araújo.

Como já dito, em várias outras oportunidades, neste estudo, os escravos constituíram, na pia batismal, relações de compadrio, sociabilidade e solidariedade com os cativos de sua comunidade e com os de propriedades vizinhas. Assim, podemos imaginar que Pulcheria Cabra e Manuel Bento Cabra tivessem uma espécie de liderança, na comunidade de escravizados que vivia nas senzalas da chácara Boa Vista, já que a vivência e a experiência deles com o cativo parece ter sido de grande valia para a convivência de todos.

Outros vestígios do inventário

Os termos do inventário *post mortem* de Antônio Eustáquio revelam que, como os demais de sua época, ele era católico fervoroso e, confirmando os princípios, dogmas e as práticas da doutrina, mantinha o medo do pecado e de sua alma ir para o purgatório. Prova disso são os gastos inventariados de seu funeral, que revelam os procedimentos das exéquias fúnebres:

Certifico, e juro aos Santos Evangelhos, que falecendo da vida presente o Sargento Mor Antonio Eustaquio da Silva e Oliveira, com o seo funeral e fez a dispeza seguinte:
Ao Reverendo Parocho
Encomendação Parochial, Missa de Corpo presente, e acompanhamento--10#000
Ao Padre Francisco Ferreira da Rocha
Acompanhamento e missa de corpo presente -----3#600

²¹⁰ Ibid., p. 160 verso.

A mim	
Acompanhamento e missa de corpo presente -----	3#600
Ao Sachristão	
Acompanhamento erisco (??)-----	3#000
A Fabrica	
Acompanhamento e Encomendação -----	3#600
Caixão, galão, e mais preparos para o mesmo-----	14#820
Musica -----	20#000
Cera-----	<u>75#360</u>
	133#980

Uberaba 9 de fevereiro de 1832
Coadjutor Zeferino Baptista de Carmo²¹¹

Tais dados nos possibilitam refletir sobre os aspectos da fé e da devoção que se explicitam e revelam não apenas o *status* do falecido proprietário, mas também os vínculos que mantinha com a Igreja, como católico. Tudo indica que ele incentivava e apoiava os sacramentos, como os casamentos e os batismos dos seus escravos, principalmente pelas vezes que o casal Pulcheria e Manuel Bento foi até a pia batismal. Mais que isso, ao investigarmos as relações entre senhores e escravos acerca desses sacramentos, foi possível perceber, sobretudo, além de um comprometimento com os valores morais da instituição, um desejo de controle dos corpos-trabalhadores-propriedades. Nesse sentido, ao analisar essas relações, em outra região paulista, Robert Slenes afirmou que:

[...] A hipótese mais provável, portanto, é a de que o interesse dos donos no casamento escravo tenha se traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando as escolhas aos casais, mas reservando ao senhor o direito “paternalista” de sugerir, persuadir, pressionar, e finalmente aprovar ou vetar os nomes escolhidos.²¹²

Pelas características das famílias escravas, nas senzalas da chácara Boa Vista, parece que os casais tiveram a liberdade de “escolher”, ou até mesmo de “negociar”, os seus parceiros e parceiras. Tomemos como exemplo a já citada Marianna de Nação Benguela, que escolheu como marido José de Nação Benguela, ambos da mesma “origem”, e o casal investigado nesta parte do estudo, a cativa Pulcheria Cabra, que também “escolheu” Manuel Bento Cabra, para ser seu esposo, ambos crioulos. No que diz respeito às relações entre senhores e escravos e às imposições, ressaltou Graham: “texto legal notável e sem dúvida único nos permite descobrir

²¹¹ Ibid., p. 44.

²¹² SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 94.

como os eventos num pequeno círculo de relações escravo-senhor, quando examinados de perto, se revelam instrutivamente mais complexos e menos arbitrários do que supomos.²¹³

Diante do exposto, é possível pensar que, mesmo com as dificuldades do cativo, Pulcheria e Manuel Bento conseguiram ganhar confiança e negociar com o seu senhor, para viverem juntos e criar sua família, na chácara Boa Vista.

A identificação do plantel de escravos da chácara Boa Vista registrada no inventário *post mortem* do Sargento-Mor assemelha-se muito a outras documentações do período, inclusive às encontradas na pesquisa da historiadora Sandra Lauderdale Graham:

“[...] A maioria dos cativos de Rio Claro era minimamente identificada por seu primeiro nome e idade aproximada; suas origens étnicas eram anotadas apenas como “africana”, ou “crioula”, sem dizer onde haviam nascido, se na África ou no Brasil. Não obstante, as distinções de ocupações e status despertam a atenção para uma hierarquia entre os trabalhadores.”²¹⁴

A Família de Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra

Como dito anteriormente, o casal, alforriado após a morte do seu senhor, fato comprovado pelo Termo de Louvação, de 31 de setembro de 1832,²¹⁵ já não era tão jovem, na época do inventário de 6 de fevereiro de 1832, e ressaltamos, neste ponto, mais detalhes sobre esse núcleo familiar, composto pelos dois – Manuel Bento Cabra, provavelmente com mais de 70 anos, sua mulher Pulcheria Cabra, 50 anos – e seus cinco filhos, cujas idades não constam: João Cabra, Vicente Cabra, Venancio Pardo, Maria, Mulata e Jerônima Cabra.

Como já dissemos e aqui reiteramos, dos trinta cativos que viviam nas senzalas da chácara Boa Vista, havia apenas dois casais, José de Nação Benguela casado com Marianna de Nação Benguela, e Pulcheria Cabra casada com Manuel Bento Cabra, que geraram 11 filhos e, no caso dos africanos, os filhos geraram dois netos.

De acordo com o inventário *post mortem*, após o dia 6 de fevereiro de 1832, Dona Antônia Angélica de Jesus herdou a chácara Boa Vista e, em sua companhia, enquanto ela fosse viva, ficaram os irmãos João Cabra e a mulata Maria. Venancio Pardo e Jerônima Cabra ficaram na condição de coartados, pois ambos haviam comprado a liberdade a prazo de dez anos. Com

²¹³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 26.

²¹⁴ Ibid., p. 46.

²¹⁵ Ibid., p. 7 verso-10-38.

relação ao escravo Vicente Cabra, no inventário não consta que fim levou e conjecturamos que ficou no poder dos herdeiros, ou foi alforriado, morreu ou fugiu.²¹⁶

Na intenção de relacionar os documentos encontrados e resumir as relações dessa família, é possível construir uma pequena e significativa história dos escravizados Manuel Bento e Pulcheria e seus cinco filhos. Junto a essa possibilidade e limitando-nos ao inventário de Antônio Eustáquio, foi possível reunir informações importantes acerca do destino dessa família, dentre as quais, a de que, mesmo após a morte do seu senhor, quase todos, possivelmente, permaneceram unidos e se encontrando.

Conforme já elucidado neste estudo, o Sargento-Mor era proprietário de 32 escravizados: 2 viviam na fazenda Rio das Pedras e os outros 30 cativos, na chácara Boa Vista. Desse total, seis eram mulheres: Marianna de Nação Benguela, Pulcheria Cabra, Rita Crioula, (filha de Marianna), Aguida Crioula, Jerônima e uma mulata chamada Maria, filha de Pulcheria. No inventário, não consta quais eram as relações de Pulcheria Cabra com os seus senhores, mas tudo indica terem sido de confiança devido às diversas vezes em que a cativa foi até a pia batismal para ser madrinha de alguns cativos da chácara Boa Vista e de outras propriedades. Nesse sentido, pensamos que, possivelmente, ela seria:

- a) uma mucama da casa grande;
- b) uma espécie de líder que ensinava os serviços (cozinhar, limpar, lavar, passar, costurar, dentre outros afazeres) para as mais novas;
- c) alguém que gozasse de algum prestígio e confiança, tendo acesso rotineiro aos aposentos privados da chácara Boa Vista, devido ao tempo em que serviu ao proprietário e à sua “dedicação”, “obediência” e resiliência.

De Pulcheria, sabemos que, quando o processo de inventário foi iniciado, em 6 de fevereiro de 1832, a escrava estava com 50 anos e quando ele foi finalizado, em 24 de maio de 1845, caso estivesse viva, completaria 66 anos. Já em relação a Manuel Bento e aos filhos João e Jerônima temos certeza apenas de que ele estaria com 70 anos, ou mais, o seu filho estaria com 24 e a filha com 19 anos.

²¹⁶ Ibid., p. 7.

Formulamos uma tabela que indica as relações de parentesco dessa família, a partir do casal Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra.

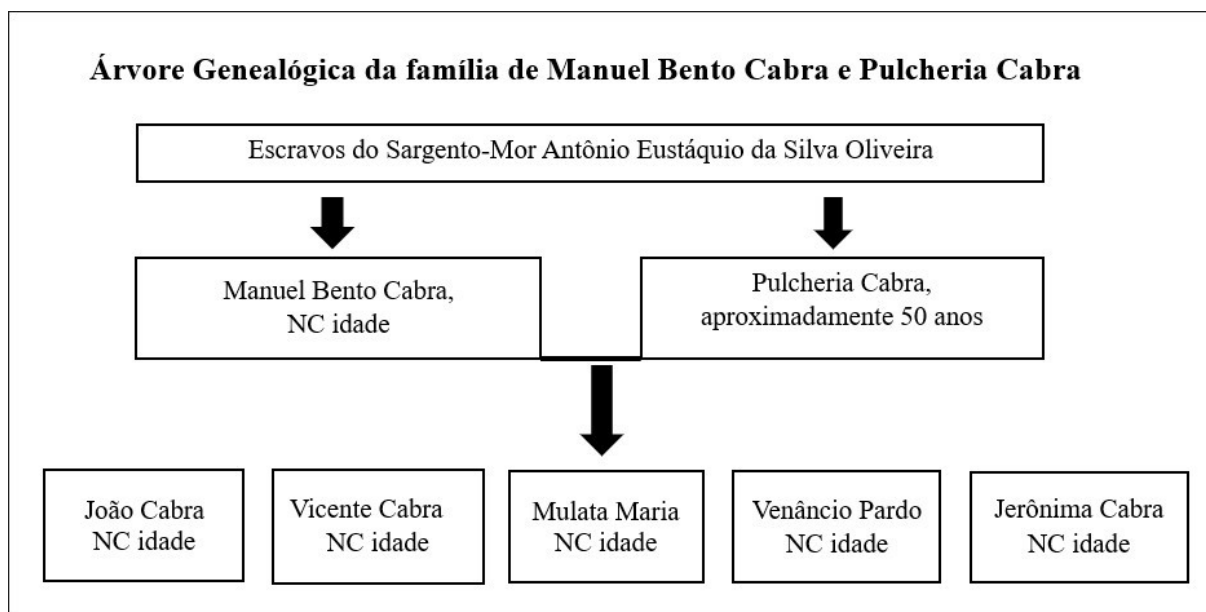


Figura 2 - árvore genealógica da família de Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra, elaborada por Luís Fernando Ribeiro de Oliveira, funcionário do Arquivo Público de Uberaba.

Tentando trazer à luz outros aspectos das uniões entre os africanos e crioulos, a partir das fontes utilizadas (livros da Igreja Matriz de registros de casamentos e de batismos, inventários *post mortem* e outros), detectamos relações de natureza diversa: resistência, violência, amor, redes de sociabilidades e companheirismo. Por meio dessas fontes, foi possível enxergar vínculos fecundos nas comunidades escravas que se formaram dentro das senzalas das fazendas e algumas lacunas poderão ser preenchidas (ou não), a partir de outros documentos. Certamente, com base no que reunimos até o momento, ao menos já é possível reafirmar, também na nossa região mineira, a existência de famílias escravas e, mais importante que isso, as suas redes de sociabilidade e o parentesco espiritual.

Com relação às escravas que tiveram filhos, ao longo da história da escravidão brasileira, a historiadora Hebe Mattos, reiterou que:

É sobre a mulher cativa e seus filhos crioulos (nascidos no Brasil) que se constrói a possibilidade da família escrava. Não obstante, em seu lado mais visível, o da expansão do sistema na ampliação recorrente da fronteira agrícola, a escravidão no Brasil foi antes de tudo masculina e africana.²¹⁷

²¹⁷ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 134.

De acordo com as análises de nossas fontes, as uniões dos escravos africanos e crioulos são muitas e, além de oficializadas pela Igreja, vários indícios, dos inventários *post mortem*, nos dizem que foram consensuais. Nesse sentido, a historiadora Graham ressaltou o seguinte:

A questão não é mais porque tão poucos casamentos entre escravos, mas porque tantos? É possível dizer que os senhores se beneficiaram das rédeas mais curtas sobre os homens casados que, com uma preciosa família para proteger, ficaria menos inclinados a fugir ou se rebelar e mais propensos à segurança do serviço obediente.²¹⁸

Graham afirmou, ainda, em relação aos senhores proprietários de escravos brasileiros:

[...] Talvez fosse mais convincente o fato de que os senhores sabiam que suas tentativas de romper famílias podiam causar graves perturbações, provocando não apenas descontentamento, mas também ameaças, fugas e possivelmente violências; por fim, talvez fossem até necessárias concessões para restaurar o equilíbrio inquieto das relações normais entre senhor e escravos.²¹⁹

Como já explicado, no inventário do Sargento-Mor, na lista de bens de raiz, não há referência ao termo *senzalas*, pois registrou-se: “de casas de morada coberta de telhas e assoalhada, [...] a saber de casas com (cuxia), [...] dois quartos fechados ligados ao dito Engenho”²²⁰. Diante do fato, é possível inferir que algum desses quartos, podiam ser de agregados ou para guardar diversos objetos da chácara e, que as senzalas, ficassem posicionadas distantes da casa-grande, abrigando os escravos casados com suas famílias em espaços separados dos solteiros.

Cabe-nos, neste momento do estudo, reiterar que, por meio das fontes pesquisadas, reunidas e selecionadas, conseguimos identificar alguns vestígios das uniões que se constituíram, por anos a fio, entre africanos e crioulos, na Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Nesse sentido, também não é possível deixar de registrar a reflexão do historiador Robert Slenes, quando frisou sobre a “Epigrafe-Contraponto”, elucidada por Charles Ribeyrolles:

A fome macilenta não entra na habitação do escravo e nela decididamente não se morre de inanição, como em White Chapel ou nas vilas de Westminster. Mas nela não há famílias, apenas ninhadas. Por que sentiria o pai as austeras e santas alegrias do

²¹⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 54 e 55.

²¹⁹ Ibid., p. 55.

²²⁰ Inventariado: Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. 1ª Vara Civil. Caixa: 94. 06 de fevereiro de 1832. Inventariante: Antônia Angelica de Jesus. p. 27.

trabalho? Ele não tem interesse algum na terra, na colheita. O trabalho, para ele, é aflição e suor, é a servidão. Por que manteria a mãe seu cubículo e os filhos limpos? Os filhos lhe podem ser tomados a qualquer momento, como os pintos ou os cabritos da fazenda, e ela mesma não passa de um semovente.

Ainda assim, existem nesses casebres, às vezes, distrações e alegrias, as distrações e alegrias bestiais da embriaguez, em que não se fala nunca do passado – que é a dor – nem do futuro – que está fechado.

Vi um dia, num hospital de Londres, um trabalhador da França, que morria. Ele pediu seu velho chapéu; prendeu ali um galho de roseira seco e nu, beijou-o e expirou. O que lhe dizia esta roseira, o que lhe fazia lembrar? A pátria, talvez, a mãe ou a noiva.

Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações.

Charles Ribeyrolles, *Brasil pitoresco*, 1859; grifos acrescentados Traduzido pelo autor, do texto original em francês.²²¹

Considerando que essa citação serviu também como fonte de inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa, então, a melhor maneira que encontramos para finalizar esta parte foi ressaltando as palavras de Slenes:

[...] Como resultado, é possível usar os textos do século XIX para recuperar os *projetos* dos escravos para a vida familiar e as “esperanças” e “recordações” que os orientavam. Enfim, torna-se visível a “flor”, aquela nascida do encontro da cultura africana e afro-brasileira dos escravos com sua experiência no cativeiro.²²²

Encontramos, em nossos estudos, algumas “flores” e, dentre elas, destacamos as escravas Pulcheria Cabra, Marianna de Nação Benguela e sua filha Rita Crioula, que conceberam alguns “botões”, germinados nas senzalas da chácara da Boa Vista.

Já no que diz respeito à morte do proprietário, os historiadores Manolo Florentino e José Roberto Góes, na obra *A paz das Senzalas*, fizeram interessantes apontamentos acerca dos destinos dos cativos:

O trabalho com as partilhas de cativos nos inventários *post-mortem*, contudo, trouxe-nos às mãos 138 grupos familiares cativos que, congregando 377 parentes, forneceram importantes indicações acerca dos destinos das famílias escravas quando da morte dos seus senhores.

Três entre cada quatro famílias escravas certamente permaneciam unidas após a partilha entre os herdeiros, cifra que aumenta para quatro em cada grupo de cinco

²²¹ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²²² SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 133.

considerando-se apenas as famílias cujos destinos eram dados a conhecer pela fonte.²²³

Os autores investigaram também se a fragilidade identificada no ato da divisão seria um atributo dos crioulos, escravos mais acostumados às normas da cultura escravista inclusiva e, nesse sentido, afirmaram:

Na busca de uma resposta possível, dividiram-se as famílias cativas segundo a naturalidade do cabeça do casal (ou seja, a naturalidade do homem, se se tratasse de famílias nucleares, ou a do pai ou mãe que viviam com seus filhos sem a presença do cônjuge). As tendências esboçadas respondem negativamente à indagação acima e demonstram que, de acordo com a naturalidade, as famílias escravas costumavam se manter unidas, em especial quando fossem africanas [...] enquanto cerca de 75% das famílias encabeçadas por crioulos mantinham-se unidas após as partilhas entre os herdeiros, para as famílias encabeçadas por africanos tal percentual chegava a quase 90%.²²⁴

Em nossa região, não é possível constatar exatamente como essas famílias sobreviveram após a abolição ou a morte de seus senhores, mas podemos imaginar desdobramentos possíveis. Com base nos inventários *post mortem* encontrados, além dos casamentos entre escravos oficializados pela igreja católica, havia também muitos indícios de uniões consensuais, mas não analisamos os impactos causados na família escrava, na ocasião da morte dos seus senhores.²²⁵ Recorrendo aos estudos e às observações de Manolo Florentino e José Roberto Góes, acerca dos plantéis, após o falecimento de seus senhores, esclarecemos o seguinte:

[...] Neste aspecto, a conclusão natural é a de que, falando em sentido global, a sanção legal-religiosa protegia mais os parentes escravos – embora, não importando o tipo de arranjo parental, fosse sempre maior a tendência à não pulverização familiar quando da morte dos senhores [...].²²⁶

²²³ FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 116.

²²⁴ Ibid., p. 117.

²²⁵ Sobre essa temática continuaremos mais a frente com as observações feitas pelo historiador Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior, acerca da família escrava em Uberaba.

²²⁶ Ibid., p. 118.

Nesse sentido, africanos e crioulos conseguiram manter unidas as suas famílias, principalmente após as partilhas dos bens dos finados e, recapitulando o que já foi enfatizado, temos que:

A família escrava enfrentava com sucesso a morte do seu senhor, sobretudo quando inserida em um grande plantel, e constituída por cônjuges e filhos legalmente reconhecidos. Sua chance de permanecer unida após a partilha dos bens era ainda maior [...] ou de um momento de crise da oferta africana de braços. Nestas condições ideais, cerca de 90% das famílias continuavam juntas [...].²²⁷

Ao refletir sobre o tema, o historiador Robert W. Slenes, acentuou:

Ainda não estudei o impacto sobre a família cativa da morte do senhor e do processo subsequente de herança; mas o fato de que a matrícula de 1872 registrou poucos casamentos entre escravos de proprietários diferentes sugere que não era uma prática comum separar os casais nas partilhas de bens, pelo menos aqueles unidos pela Igreja. [...] Enfim, os dados sobre Campinas indiretamente apóiam as conclusões de Florentino e Góes e de Simonato, os únicos até agora a estudarem sistematicamente o efeito das partilhas sobre a família escrava. Segundo esses autores, nas partilhas post-mortem do agro fluminense, entre 1790 e 1830 (Florentino e Góes) e em 1860 (Simonato), a maioria das famílias nucleares – a grande maioria nas posses com mais de 20 escravos – foi mantida unida.²²⁸

Nesse sentido, a historiadora Cristiany Miranda Rocha, também afirmou o seguinte:

Conforme vimos no primeiro capítulo, a historiografia sobre a família escrava, de um modo geral, identifica o momento da morte do proprietário como um momento de grande instabilidade para as famílias de escravos, representando na maioria das vezes a separação de cônjuges e de pais e filhos para pagamento de dívidas ou entre os herdeiros. (...) Em nosso estudo de caso, constatamos que nem sempre isso ocorria. Em 1846, com a morte de Salvador Bueno da Silveira, a partilha dos seus bens não separou nenhuma das famílias de escravos que lhe pertenciam.²²⁹

No que tange ao município de Uberaba, o historiador Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior, ao analisar alguns inventários *post mortem*, reiterou que:

²²⁷ Ibid., p. 121.

²²⁸ SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 101.

²²⁹ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 103.

Examinando o inventário de Lourenço Antônio da Silva e Feliciano Maria de Jesus, elaborado em 1871, verificamos ter havido, no momento da partilha, o cuidado em garantir a manutenção das ligações familiares que se foram estabelecendo entre os escravos de sua propriedade, ligações que parecem ter contado com a anuência do inventariado.²³⁰

Constatamos que as observações de Ribeiro Júnior, em seus estudos acerca dos destinos dos escravos, após a morte de seus senhores, não se diferem das dos historiadores Florentino e Góes, Simonato e Robert Slenes, ao afirmar que:

Como as partilhas foram amigáveis, isto é, indicam um acerto prévio entre os herdeiros, é legítimo pressupor que a equalização dessas diferenças de valores herdados pelos quatro interessados tenha se realizado quando da partilha dos outros bens. O que vemos, então, é uma partilha de escravo em que se esforça por manter intactos os grupos familiares já constituídos.²³¹

Como exemplo, temos um caso relatado anteriormente, referente ao casal de cativos Barbara Crioula e Basilio Crioulo, que vivenciaram as mortes do seu senhor, Manoel Machado Rodrigues, em 1858, e, posteriormente, da sua senhora, Dona Maria Joaquina de Jesus, em 1865, e, ao que nos parece, a família escrava permaneceu unida.

Ao pesquisar e estudar os manuscritos sobre a família escrava em Uberaba, o historiador Ribeiro Júnior, evidenciou que:

Existem na documentação coletada outras diversas evidências da interferência direta das famílias escravas no sentido de garantir a manutenção dos laços estabelecidos. Os proprietários, apesar de terem sempre em mente a lucratividade a ser extraída de seus escravos, fosse na exploração direta de seu trabalho, fosse nessas transações de compra e venda, viam as suas ações restringidas pelas ligações que foram se estabelecendo entre os seus cativos. E essa, aparentemente, restrita sociabilidade das senzalas que foi amalgamando suas solidariedades e fortalecendo-as como grupo a partir dos laços familiares construídos.²³²

Em relação à força e resistência escrava, principalmente das escravas no cativeiro, a historiadora Sandra Lauderdale Graham ressaltou que:

²³⁰ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **De Batuques e Trabalhos: Resistência Negra e a Experiência do Cativo – Uberaba, 1856/1901**. Dissertação Mestrado 2001. p. 114. Arquivo Público de Uberaba.

²³¹ Ibid., p. 116.

²³² Ibid., p. 112-113.

Ao mesmo tempo que, sob essa luz desestabilizadora, as práticas da escravidão aparecem menos arbitrárias e mais complexas do que supomos, as fontes se afastam das regiões da motivação profunda que queremos conhecer e que permanece inacessíveis. No fim, essa mulher nos escapa, sua história fica inacabada, não porque os documentos terminam – um registro de sua fuga, venda ou morte pode ainda ser encontrado [...].²³³

Finalizando este quarto e último capítulo, no qual tentamos inserir os escravizados e, em especial, os cativos José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela, e, Manuel Bento Cabra, casado com Pulcheria Cabra, como sujeitos que fizeram parte da história de Uberaba, novamente, trouxemos Robert Slenes, afirmando que:

[...] no fundo, deram respeitabilidade teórica às idéias de viajantes como Ribeyrolles. Para superar esses desvios do olhar, é necessário reconhecer o escravo como sujeito histórico e deslocar o enfoque para as “coisas miúdas”. Sim, Sr. Ribeyrolles, o trabalho para o escravo era “aflição e suor”, era “a servidão”. De fato, o cativo não sentia “as austeras e santas alegrias do trabalho”, isto é, não chegou a elevar “o trabalho” praticamente ao nível de uma religião, como se fazia no ideário burguês. Mas isto não quer dizer que seu futuro estivesse inteiramente fechado; como vimos, existia para ele a possibilidade de tirar da aflição e do suor uma vida melhor, mesmo que a liberdade não chegasse a se concretizar. O escravo que trilhava esse caminho, igual ao quilombola, levantava seu “mocambo”; resgatava seu passado, que não era apenas a dor, e usava-o para enfrentar o que vinha pela frente. Cultivando sua “roça” um dia por semana e tentando formar uma família e um “lar” em torno dela, [...]. Ele conquistava “direitos” e formava uma visão de economia moral que ajudava a aglutinar sua comunidade, solidificando a determinação coletiva de colocar limites à exploração senhorial. E, mais importante do que isto, adquiria condições para (re) criar uma cultura e uma identidade que tornavam a família e a roça muito mais do que um engodo ideológico, mesmo para aqueles que se empenhavam em melhorar sua situação através de uma estratégia de aparente colaboração com o senhor.²³⁴

Nesse sentido, mesmo com a violência e a instabilidade do cativo, uma história é certa: os casais Marianna de Nação Benguela e José de Nação Benguela e Pulcheria Cabra e Manuel Bento Cabra construíram suas famílias, seus parentescos espirituais e suas redes de sociabilidades, na comunidade escrava da chácara Boa Vista, onde viveram por muitos anos juntos.

²³³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 103 e 104.

²³⁴ SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 208.

Considerações Finais

No decorrer desses quatro capítulos escritos, delimitamos como região de estudo o Sertão da Farinha Podre, na freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. O período histórico escolhido foi de 1816 a 1888, ou seja, 73 anos durante o século XIX, em razão do período relacionado aos documentos encontrados.

A realização desse trabalho foi um encontro com os meus ancestrais. Foi o encontro “De minha alma, meu coração, de minha gente, minha semente, preta Maria, Zé, João”. A documentação analisada me transportou para o século XIX e certas leituras relativas à família escrava “cabem tão dentro de mim, que perguntar carece como não fui eu que fiz”.

Procuramos pesquisar como se deu o processo para a constituição das famílias negras na freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, no século XIX, e perseguir, por meio de documentos cartoriais e eclesiásticos, alguns eixos familiares. Nessa caminhada, confirmamos que as relações entre africanos, crioulos e senhores também foram marcadas pela violência, não há dúvida, porém, mesmo assim, a constituição de família e as redes de parentescos e sociabilidades constituídas, tanto na pia batismal como nos cultos de matriz africana realizados nas senzalas, foram formas de resistência e de lutas para melhorar a vida do cativo.

A partir deste estudo, com efeito, foram evidenciadas as redes de sociabilidade, solidariedade e as relações de compadrio estabelecidas por famílias escravas, na região do Sertão da Farinha Podre. As análises feitas nas fontes de registros de casamento, batismo, carta de liberdade, inventário *post mortem*, foram importantes para a compreensão de que a vida dos escravos não era uma anomia, devassidão, como disseram alguns estudiosos não apenas europeus. Além disso, o cruzamento de diferentes fontes viabilizou o acompanhamento de diversos grupos familiares escravizados que viveram juntos durante vários anos.

Neste estudo, que destaca a região do Sertão da Farinha Podre, buscamos pesquisar e desvelar um pouco a formação e manutenção das redes de parentescos e de sociabilidades que puderam ser vislumbradas mais de perto, além de enfocarmos, mais detalhadamente, os casais: José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela e Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra.

Observando alguns planteis de escravos, percebemos diversos casamentos oficializados pela Igreja e também um quantitativo significativo de indícios de relações consensuais não sacramentadas. Da mesma forma, chama atenção o grande número de africanas e crioulas que levaram seus infantes até a pia batismal para serem ungidos com os santos óleos.

No plantel de escravizados de propriedade do Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva Oliveira não encontramos casamentos de cativos ou cativas com escravos pertencentes a outros proprietários. Mas, em compensação, no que diz respeito às relações de compadrio, como as do casal de escravizados Manuel Bento Cabra e Pulcheria Cabra, é possível observar que constituíram compadres e comadres, nas senzalas da chácara Boa Vista, e com cativos de outras fazendas.

Com relação à escrava Rita Crioula, filha do casal José de Nação Benguela e Marianna de Nação Benguela, nossa pesquisa no inventário *post mortem* do Sargento-Mor, não permitiu saber quem é o pai dos filhos de Rita, e também netos de José e Marianna, e há possibilidade de que fosse morador de outra propriedade, tivesse fugido, ou sido morto. Ou não pudesse ou quisesse ser conhecido.

Outras situações encontradas em nossos estudos: para os escravos adultos, africanos ou crioulos, não há, em nenhum dos registros de batismo, informação relacionada aos pais e também tanto os africanos como para os crioulos, a maioria dos seus padrinhos foram pessoas livres. Dessa forma, percebemos que a escolha de um padrinho podia ter diferentes pretextos, desde a busca de algum tipo de vantagem até a garantia de proteção junto aos senhores. Ao analisarmos o casal de cativos Manuel Bento Cabra e Pulcheria, é perceptível a recorrência desses cativos apadrinhando parceiros moradores nas senzalas da mesma fazenda e isso talvez demonstre que esses escravos pudessem ter maior proximidade com os seus senhores.

Outro fato revelado pelas fontes relaciona-se ao falecimento do senhor proprietário das famílias escravas e, tomando como exemplo o Sargento-Mor Antônio Eustáquio, vimos que a sua morte, como a de outros proprietários, não provocou o fim da estabilidade familiar para cativos. Ao menos no que se concerne aos dois casais estudados, é possível supor que os seus filhos com menos de 12 anos tenham permanecido em companhia dos seus pais.

A análise feita no inventário *post mortem* e nos documentos de batismos nos possibilita pensar que os escravos mencionados nesse trabalho obtiveram vínculos importantes na criação de redes de solidariedade e de sociabilidade com padrinhos livres quanto os cativos. Talvez

tenham conquistado, a partir desses vínculos, posições conceituadas tanto com os escravos de sua comunidade quanto com os seus proprietários.

Como vimos, o arraial da freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, nas primeiras décadas do século XIX, em curto prazo, passou por algumas transformações: em 1820 passou a ser considerado Freguesia, em 1836, com a instalação da Câmara Municipal chegou à condição de Vila e, em 1856, foi elevada à categoria de cidade, alcançando a posição de entreposto comercial da região do Sertão da Farinha Podre. Nesse sentido, esse desenvolvimento deu-se com o amplo pano de fundo: de um lado, a lavoura de subsistência na região e, de outro, o crescimento das fazendas, as criações e, a paralelamente, o aumento do número de cativos. Talvez, essa progressão tenha proporcionado maior potência e propiciado ao ambiente estrutura de posse e a da família escrava.

Através dos casamentos e das uniões consensuais, os nascimentos dos filhos, antes ou depois dessas uniões, contribuíram para que vários indivíduos criassem ou estreitassem laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram de aliança. O pai e a mãe da “cria” (como aparecem nas fontes analisadas) solidificavam o desejo comum de unirem suas forças de maneira que pudessem viver, da melhor maneira possível, no cativeiro. Na maioria das vezes, o pai e/ou a mãe arrumavam um compadre e uma comadre e, quem sabe, cunhados, cunhadas, sogros e sogras. As relações entre os pais das crianças, os compadres e as comadres constituídas ou reforçadas na pia batismal eram de grande valia, pois poderiam garantir condições melhores de vida e até a liberdade do inocente. Além disso, se o rebento permanecesse vivo até a idade de ter os seus filhos – o que não era fácil – essa rede de laços de sociabilidade, solidariedade e aliança seria muito maior.

Os escravizados que vieram da África para o Brasil, ou os que vieram do Norte ou Nordeste após o fim do tráfico em 1850, trouxeram consigo, em suas bagagens, suas culturas, experiências e recordações, ressignificadas, por diversas vezes, no território nacional e na região mineira. Nesse sentido, a constituição da família escrava e o seu papel foi de suma importância para a manutenção dessas culturas, pois, através delas, muitas tradições africanas foram mantidas e intercambiadas. Da mesma maneira, os laços de família e de parentesco formados pelos cativos podiam lhes garantir um espaço de “livre-arbítrio”, existência e resistência.

Tudo indica, e é bem possível, que os casais apresentados, em especial José de Nação Benguela, casado com Marianna de Nação Benguela, e Manuel Bento Cabra, casado com

Pulcheria Cabra, conseguiram, de certa forma, dirigir, manipular e alterar, por meio de estratégias, táticas, “esperanças e recordações”, um pouco dos seus destinos, com relação à vida em cativeiro.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

Superintendência do Arquivo Público de Uberaba

Decreto da Provisão da Mesa de Consciência e Ordens do Rio de Janeiro. Arquivo Público de Uberaba. Mapoteca 1 – Gaveta 1. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Documento identificando moradores do Largo da Matriz de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, entre os anos de 1826 a 1832. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Livro de registro de entrada de mercadorias do Julgado do Desemboque, “1809 Entradas Desemboque”. p. 12.

Processo criminal

Processo criminal da 1ª Vara. Réus: escravos Reginaldo Crioulo, Domingos de Nação Monjolo, Rita Crioula, Pedro de Nação Congo. Vítimas: Francisco Ignacio da Silveira e José Ignacio da Silveira (Caseca). 8 de dezembro de 1858. Caixa: 20. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Inventários da Secretaria da 1ª Vara Civil

Inventariante Frutuosa Rodrigues Pires – Inventariado Tristão de Castro Guimarães. Data: 27 de agosto de 1825. Caixa: 92. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Florianna Teixeira de Queiroz – Inventariado Antônio Francisco dos Santos. Data: 15 de julho de 1829. Caixa: 93. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Antônia Angelica de Jesus. Inventariado: Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. Data: 06 de fevereiro de 1832. Caixa: 94. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Maria Joaquina – Inventariado José Gomes Pereira. Data: 20 de março de 1833. Caixa: 95. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Maria Violante do Espírito Santo – Inventariado tenente Joaquim José da Silva e Oliveira. Data: 6 de março de 1839. Caixa: 98. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariado: José de Miranda Ramalho. 1ª Vara Civil. Caixa: 101. Data: 2 de março de 1844. Inventariante: Joaquim José de Miranda.

Inventariante capitão Domingos da Silva e Oliveira - Inventariada Dona Francisca de Salles Gomides. Data: 24 de dezembro de 1850. Caixa: 107. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Izabel Alves Rodrigues – Inventariado Luis Alves Carrijo. Data: 18 de fevereiro de março de 1857. Caixa: 111. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Bernardo Antônio da Costa – Inventariada Floriana Maria de Jesus. Data: 22 de junho de 1858. Caixa: 115. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Maria Joaquina de Jesus – Inventariado Manoel Machado Rodrigues. Data: 19 de agosto de 1858. Caixa: 115. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Marcos Luís da Costa – Inventariado: Jesuína Maria de Jesus. Data: 27 de fevereiro de 1860. Caixa: 117. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo – Inventariada Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. Data: 13 de outubro de 1863. Caixa: 284. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Anna Cândida de Andrade – Inventariado Tenente-Coronel Joaquim Theodoro de Miranda. Data: 8 de agosto de 1865. Caixa: 285. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Francelina Maria de Jesus – Inventariado Custódia Maria de Jesus. Data: 9 de novembro de 1872. Caixa: 127. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Anna Josefa de Jesus – Inventariado Luiz José de Araújo. Data: 07 de junho de 1873. Caixa: 128. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Dona Francisca Rosa de Jesus – Francisco Correa de Moraes. Data: 20 de abril de 1875. Caixa: 130. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Domiciano Alves da Silveira – Inventariada Esmerina Francisca Alves. Data: 29 de abril de 1875. Caixa: 130. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Dona Maria Cândida de Jesus – Inventariado Antônio José de Carvalho. Data: 21 de abril de 1875. Caixa: 131. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Manoel Joaquim da Silva Prata – Inventariada: Laura Ferreira dos Santos. Data: 13 de fevereiro de 1877. Caixa: 133. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventários da Secretaria da 2ª Vara Civil

Inventariante Dona Maria Sebastiana do Espírito Santo – Inventariado Capitão Thomaz de Miranda Porto. Data: 03 de junho de 1854. Caixa: 280. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Anna Fernandes dos Santos – Inventariado Caetano Alves de Rezende. Data: 21 de junho de 1857. Caixa: 280. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante João Batista da Silveira – Inventariado Maria Magdalena de São Francisco. Data: 21 de junho de 1857. Caixa: 280. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Anna Joaquina Rodrigues – Inventariado Joaquim Alves Pereira Carrijo. Data: 04 de novembro de 1872. Caixa: 292. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Francisco Antônio Rocha – Inventariado: Maria Vicência de Sousa. Data: 06 de fevereiro de 1878. Caixa: 298. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Comendador Antônio Eloy Cassimiro de Araújo – Inventariada Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. Data: 13 de outubro de 1863. Caixa: 284. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante Cândida Maria da Silva – Inventariado Francisco Gonçalves Ferreira da Silva. Data: 01 de fevereiro de 1886. Caixa: 303. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Francisco Luís da Costa. Inventariado: Marcos Luís da Costa. Data: 03 de agosto de 1886. Caixa: 304. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Inventariante: Domingas do Espírito Santo – Inventariado: capitão Joaquim Antônio Rosa. Data: 29 de agosto de 1886. Caixa: 304. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura

Livro Nº 1 do Cartório do 2º Ofício de Uberaba de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura. Data limite de 1839 a 1941. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Livro Nº 2 do Cartório do 2º Ofício de Uberaba de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura. 10 de novembro de 1841. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Livro nº 4 do Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações, 1845-1855. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura. Livro nº 6. Data limite: 1863-1874. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura. Livro nº 6-A. Data limite: 1870-1875. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura. Livro nº 6-A p. 2. 20 de junho de 1870 a 12 de julho de 1875.

Cartório do 2º Ofício de Notas, Escrituras e Procurações - Fúlvio Márcio Fontoura. Livro Nº 9. Data limite: 1879-1883. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Câmara Municipal de Uberaba

Livro Nº 2 de Ofícios Expedidos da Câmara Municipal de Uberaba. Data limite: 22 de dezembro 1853 a 12 de março de 1860. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 4 de dezembro de 1871. Livro nº 2. p. 16 verso e 17.

Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus

Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus (ICSCJ). Caixa: 130. (Acervo: Documentação Particular (privado) do Arquivo Público de Uberaba).

Livro de Batismo da Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus. 1842. Caixa: 130. Reprodução (xerox). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Caixa: nº 130. 20 de agosto de 1843. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Batismo da Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus. 20 de junho de 1858. Caixa: 130. Reprodução (xerox). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Livro de batismo Nº 1 da Igreja Catedral do Sagrado Coração de Jesus de Uberaba. (ICSCJ). Data limite: 1816 a 1914. Digitalizado. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 2. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Paróquia do Sagrado Coração de Jesus – Catedral. Batizados - Livro Nº 3. 18 de outubro de 1841 a 21 de setembro de 1851. (PSCJ). (Digitalização Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Livro nº 4. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba. Livro nº 6. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Livro nº 1. Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

Livro de Batismos da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus (1816 a 1888).

Livro de registro de casamento da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus - 1 de fevereiro de 1866 a 7 de junho de 1884. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Livro de registro de casamento da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus - 1 de fevereiro de 1866 a 7 de junho de 1884. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Livro de registro de casamento da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus - 1 de fevereiro de 1866 a 7 de junho de 1884. (ICSCJ). (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Cemitério são João Batista

Livro de registro de sepultamentos do Cemitério São João Batista de 1911 a 1922. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba).

Jornais

Lavoura e Comércio, 27 de setembro de 1917. Nº 2.015. (Acervo: Arquivo Público de Uberaba - APU).

Diário Nacional. S. Paulo - Quarta-Feira, 1 de agosto de 1928.

Gazeta de Uberaba, 15 de setembro de 1888, p. 2. Ano X. Nº 590. Lafayette de Toledo - Tema dos artigos: “Coluna Excavações Históricas”.

REFERÊNCIAS

ADJUTO, A. Garcia. **Patrimônio - Appelação 2.912. Appellante A Camara Municipal de Uberaba. Appellada A Fabrica da Igreja Matriz**. Rio de Janeiro. Typ. Do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C. 1911.

ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. AMORIM, Amanda Moreira de. PAULA, Maria Helena de Paula. **Um cabra de cor ou um cabra da mãe: dinâmicas de sentido para “cabra” entre os séculos XVI e XIX**. Universidade Federal de Goiás, Catalão, Goiás, Brasil. jan./jun. 2017. p. 152-153.

ALONSO, Ângela. **O Abolicionismo como Movimento Social**. Artigo que resume a tese de livre-docência, **Flores, Votos e Balas: O Movimento pela Abolição da Escravidão no Brasil**, defendida na FFLCH-USP, em dezembro de 2012. Novos Estudos 100 - novembro de 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **O estudo da ilegitimidade dos filhos de mães escravas e sua relação com o nível de riqueza dos proprietários**, São Paulo do Muriaé (1852-1888). Trabalho apresentado na XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Londrina, PR - Brasil, de 17 a 22 de julho de 2005.

ASTORI, Fernanda Bindaco da Silva; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Caminhando com Michel de Certeau: contribuições epistemológicas para a pesquisa em Educação**. revista pró-discente, vitória, v. 25, n. 1, p. 10-26, jan./jun. 2019.

AZEVEDO, Celia Marinho. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, Afrânio. **Demografia histórica e história da língua portuguesa no Brasil-colônia: reflexões sobre o fim dos setecentos**. *Linguística*, Santiago, v.17, p.75-94, 2005.

BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2017.

BASTIDE, Roger. **The African Religions of Brazil: toward a sociology of the Interpenetration of Civilizations**. Tradução de Helena Sebba. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 (originalmente publicado na revista *Anhembi*, 1953).

BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história (dos antecedentes a 1929)**. Volume 1. Arquivo Público de Uberaba. 2007.

BILHARINHO, Guido. **Personalidades Uberabenses**. Edição: **Revista Dimensão Edições**. 2014. Impressão em Off-Set CNECEDIGRAF - Uberaba.

BOTELHO, Tarcísio R. **As alforrias em Minas Gerais no Século XIX**. *LPH - Revista de História*, Ouro Preto, Ufop, vol. 6, 1996, p. 191-199 e 196.

BOTELHO, op. cit., 1994; NEVES, op. cit.; KJFERVE & BRUGGER, op. cit.; RIOS, Ana Lugão. **Família e transição**. Dissertação (mestrado em História) - UFF, Niterói, 1990; GÓES, op. cit.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX**. Artigo.

BRANDÃO, Carlos. **Capital Comercial Geopolítica e Agroindustrial**. Belo Horizonte: UFMG, Mestrado, 1989.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980.

CANDIDO, Mariana Pinho. **An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and Its Hinterland (2013)**. Nova York: Cambridge University Press, 2015.

CANASSA, Flávio Arduini. **Boletim Informativo do Arquivo Público**. Edição Especial Origens de Uberaba. Nº 6, março de 1995.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**, São Paulo, DIFEL, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. **“Classes sociais e história: considerações metodológicas” (1973)**, cap. 3 de: Cardoso, *Autoritarismo e democratização* 2ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARNEIRO, Maria. E. R. **“Procura-se ‘Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa’: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista”**. 2006, 417f. Tese (Doutorado em História) PPPGHIS/Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 228-232.

CASTRO, Hebe M. Matos de. **História da Vida Privada no Brasil. Laços de família e direitos da escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 2).

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das Cores do Silêncio.** Campinas, Editora da UNICAMP, 2013.

CELLURALE, Luiz Henrique Caetano. **Administração Municipal em Uberaba: de Capitão Domingos a Anderson Adaauto.** Impressão: Publi Editora e Gráfica Ltda. 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade.** São Paulo: Cia das Letras. 1990.

CHICORSKI, Ana Carolina Coelho. **Leva, que a mim te deixo furtar: roubo de escravos em Uberaba - MG na segunda metade do século XIX.** Monografia - Uberlândia: INHIS/UFU, 2019.

COSTA, Emília, op. cit.; GUDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. “**Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII**”. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.** São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1988. p.41.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

D’ALINCOURT, Luiz. **Memórias sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, 3 volumes em 2 tomos, Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, tomo I, v II, p.268.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Brasil, Novo Mundo.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
<https://doi.org/10.1590/S0101-31731975000100012>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1ª edição (13ª impressão).** Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. p. 136.

FERREIRA, Jackson. Desta para melhor: o suicídio de escravos como uma tentativa de voltar para casa. **Revista de História Biblioteca Nacional no Bolso**, nº 3. A Era da Escravidão. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, 1997.

FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (Um Povo Infeliz)**. Uberaba - Brasil. TYP. DO “BRASIL CENTRAL”. 1929.

FLORENTINO, Manolo Garcia; AMANTINO, Márcia. “**Runways and Quilombolas in the Americas**”, em David Eltis and Stanley L. Engerman (org.), *The Cambridge World History of Slavery*: Volume 3, AD 1420-AD 1804, pp. 711-716.

FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João; RIOS, Ana. *The Cambridge World History of Slavery*, Volume 3, AD 1420-AD 1804, cap. 14.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. São Paulo: Alameda, 2014.

FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia (organizadoras). **Vissungos cantos afrodescendentes em Minas Gerais**. 3ª ed. Coleção Viva Voz. Belo Horizonte. FALÉ/UFMG, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 28ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1992.

GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação (mestrado em história econômica) - FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

GENOVESE, Eugene D. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Señales: Raíces de um Paradigma Indiciario**. In GARGANI, Aldo (org.) *Crisis de la Razón*. México, 1983.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História**. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (primeira edição italiana como *Mitti, emblemi, Spie: morfologia e Storia*. Turim, Giulio Einaudi Editore, 1986).

GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX**. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Alessandra Caetano. **Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825 - 1888**. Mestrado - São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. In: **Varia História**, v. 23, n. 37, p. 184-207, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100011>

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUEDES, Beto. **Canção do Novo Mundo**. Rio de Janeiro. EMI-Odeon. 1981. 1 disco sonoro (37 minutos).

GUEDES, Roberto. "O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro". Sesmaria - **Revista do NEHPS**, Campo Grande, ano I, nº I, 2001.

GUTMAN, Herbert G. **The Black Family in Slavery and Freedom (1750-1925)**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **A época colonial: administração, economia, sociedade**. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Bertrand Brasil, 1985.

HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: **O mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808 - 1842**. São Paulo: Símbolo. 1979.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. Rio de Janeiro: SMC, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em Uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Braziliense, 1988;

LIBBY, Douglas Cole. **As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

LOURENÇO, Luiz Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia, 2002.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista**. Uberlândia: Edufu, 2010.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1781-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. **Economia escravista em Minas Gerais**. Campinas: IFCH-UNICAMP. 1983.

MACHADO, Maria Helena P.T. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. **Revista Brasileira de História**. Vol.8, n.16, São Paulo, 1988 [p.143-160].

MARTINS, R. B. (1983). Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa Economia não exportadora. **Estudos Econômicos** (São Paulo), 13(1), 181-209. <https://doi.org/10.11606/1980-53571319rbm>

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal - 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro - Bolsa de Publicações do Município de Uberaba. 1974.

MIRANDA, Bruno. **Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico do Império do Brasil**. Universidade de São Paulo/São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6799-9926>. Doutorando em História pela Universidade de São Paulo.

MORI, Robert. **A história da Puri Victoria e seus descendentes: escravidão indígena e resistência no Sertão da Farinha Podre no século XIX**. Monografia - Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, 2013.

MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no caminho dos Goiares: guerra e etnogênese no “sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) - séculos XVIII e XIX**. 2015.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 - 1829)**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

MUNIZ, Kassandra da Silva. **Linguagem e Identificação: performatividade, negros (as) e ações afirmativas no Brasil**. Sínteses, Campinas, SP, v.14, p.262-295, 2009.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 66-68.

NABUT, Jorge Alberto. **Desemboque Documentário Histórico e Cultural. Fundação Cultural de Uberaba**. Arquivo Público de Uberaba. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Composto e impresso nas oficinas de: Pinti - Editora A. Gráficas LTDA. Uberaba - Minas Gerais. 1986.

OTTONI, C. B. **A emancipação dos escravos**. Parecer de 1871. In: NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 66-68.

PAIVA, Clotilde; LIBBY, Douglas Cole. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth- century Minas Gerais. In: **Latin American Population History Bulletin**, nº 23, Spring, p. 2-15, 1993.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Doutorado. FFLCH: USP, 1996.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: As possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. **Revista Histórica**. FFLCH - USP, São Paulo, n. 133.

PAIVA, Eduardo França. **Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII**. *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. 2007; 1: 505-521.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial, jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes rebeldes, nas fazendas de Campinas (1832)**. Editora da Unicamp, 2011.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Oficinas da Rio Grande Artes Gráficas S. A, Jornal da Manhã. 1970.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **De Ermida a Catedral (Egreja Matriz de Uberaba)**. Monografia histórica mandada organizar pelo revmo. Sr. padre Jacinto Fagundes, 2.º Cura da Catedral de Uberaba. Diocese de Uberaba. Separata do “Anuario Ecclesiastico”. 1938. TYP. São Domingos – Uberaba.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **Vida, Casos e Perfis. (1879-1940)**. Arquivo Público de Uberaba, junho de 1992.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **Personalidades Uberabenses**. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014.

PRATA, Pe. Thomaz de Aquino. **Memória Arquidiocese de Uberaba**. Edição: Fundação Cultural de Uberaba - Museu de Arte Sacra. 1987. Composição, Arte Final, Fotolito e Acabamento: Editora Rotal. Edição Comemorativa dos oitenta anos de criação da Diocese de Uberaba, 1907 – 1987.

PRIORE, Mary del. **À procura deles: quem são os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil, da Colônia à República**. São Paulo: Benvirá, 2021.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba, Uma Trajetória Sócio-Econômica (1811- 1910)**. Arquivo Público de Uberaba. 1991. Impressão e Acabamento: Grifo Editora e Gráfica Ltda.

RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. **A Conquista da Liberdade: cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão no Brasil**. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Professora Dra. Iraci Galvão Salles.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo - Uberaba, 1856 -1901** - Mestrado em História - PEPGH/PUC - SP, 2001.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pittoresco. História-descrições-viagens-instituições-colonização**, edição bilíngue (francês-português), 3 tomos em 1 volume, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1859, tomo III, p. 40-41.

RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social - Uberaba 1865/1935**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. 2009.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Martins, 1949.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem À Província de Goiás**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, S.P., Ed. Da Universidade de S. Paulo. 1975.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, Fatos e Homens**. Volume 1. Edição: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971.

SCHWARTZ, Stuart. **“A manumissão dos escravos no Brasil Colonial – Bahia, 1684-1745”**. In: anais de História, Assis, nº 6, 1974.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientista, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letas, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. 1983. **Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil**. Estudos econômicos. Economia Escravista Brasileira. São Paulo: IPE/USP, 13 (1): 259-287, jan/abr.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**, p. 334. Ver ainda sobre Bahia (Província): Reis, Isabel Cristina Ferreira dos, **“Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX”**, dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SILVA, Padre Antônio José da. **História Topográfica da Freguesia do Uberaba - Vulgo Farinha Podre**. O Caderno da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. 10 de maio de 1970.

SILVA, Fabrício Herbet Teixeira da. **Aos Nossos Olhos Europeus: Alimentação dos Paraenses nas Crônicas de Viajantes do Século XIX**. p. 373. Projeto História nº 42. Junho de 2011.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX**. In: Estudos Econômicos. São Paulo: vol. 18, nº 3, 1988;

SLENES, Robert W; FARIA, Sheila de Castro. **Família escrava e trabalho**. Tempo, vol. 3 - nº 6, dezembro de 1998. II Encontro de História da UFF.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil-Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Júlio César de. **Sociedade Escravista no Século XIX: Crianças escravas em Uberaba, 1871-1888**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOUZA, Marina de Mello. **Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola - séculos XVI e XVII**. São Paulo: Edusp, 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. **Catálogo para Estudo da Escravidão em Uberaba, 2012**. Uberaba: Publi Editora e Gráfica Ltda, 2012.

TEIXEIRA, Edelweiss. **O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)**. 1ª edição. Uberaba: Intergraff Editora. 2001.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)**. Cadernos de História. PUC Minas - Departamento de História. Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH

WAGNER, Ana Paula. **Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819)**. In: BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero. História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p.152).